

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI

Estado do Paraná



IPARDES

PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

**PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL - PARANÁ**

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI**

**1.^a Fase
Caracterização Global**

Instituições colaboradoras: SEAB e IAPAR

**CURITIBA
2007**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Roberto Requião - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Énio José Verri - *Secretário*

José Augusto Zaniratti - *Diretor Geral*

Moisés Francisco Farah Jr. - *Coordenador da CDG*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

José Moraes Neto - *Diretor-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah R. Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thais Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

Valter Bianchini - *Secretário*

Herlon Goelzer de Almeida - *Diretor Geral*

Almir Antonio Gnoatto - *Gerente Geral da UGP*

Luiz Carlos Teixeira Lopes - *Gerente Técnico da UGP*

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR

José Augusto Teixeira de Freitas Picheth - *Diretor-Presidente*

Arnaldo Colozzi Filho - *Diretor Técnico-Científico*

PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

COORDENAÇÃO GERAL

Nestor Bragagnolo - *SEPL/CDG*

ELABORAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS TERRITORIAIS

Coordenação Geral - IPARDES

Lenita Maria Marques

Valéria Villa Verde

Equipe Técnica

IPARDES

Ana Maria de Macedo Ribas, Anael Cintra, Ciro Cezar Barbosa, Daniel Nojima, Debora Zlotnik Werneck, Dirceu Krainski Pinto, Eloise Helene Hatschbach Machado, Elyane Neme Alves, Guilherme Dias da Silva Amorim, Janaina Goncalves, Josil do Rocio Voidela Baptista, Julio T. Suzuki Junior, Maria de Lourdes Urban Kleinke, Maria Luíza Marques Dias, Marino Antonio C. Lacay, Marisa Valle Magalhães, Nadia Zaiczuk Raggio, Neda Mohtadi Doustdar, Norma Consuelo dos Santos, Oduvaldo Bessa Junior, Pamela Patricia Cabral da Silva (acadêmica de Ciência Sociais), Solange do Rocio Machado, Vilmar Gross

IAPAR

Gil Maria Miranda, Moacyr Doretto

SEAB-UGP

Elisete Juraszek Sourient

Colaboração

Márcio J. Vargas da Cruz - Professor do Departamento de Economia da UFPR

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti (*Coordenação*), Cristiane Bachmann (*Revisão de texto*), Ana Rita Barzick Nogueira (*Editoração eletrônica*), Régia Toshie Okura Filizola (*Capa*), Eliane D. Mandu (*Normalização tabular*), Luiza Pilati Lourenço (*Normalização bibliográfica*), Julio Cesar de Ramos, Lucrécia Zaninelli (*Geoprocessamento e digitalização de informações*)

I59d Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Diagnóstico socioeconômico do Território Caminhos do Tibagi :
1.ª fase: caracterização global / Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES,
2007.
132p.
Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável -
Paraná.
Instituições colaboradoras: SEAB e IAPAR.

1. Situação social. 2. Situação econômica. 3. Território Caminhos
do Tibagi. I. Título.

CDU 332.143(816.22)

APRESENTAÇÃO

O *Diagnóstico Socioeconômico do Território Caminhos do Tibagi* é um estudo contratado pelo Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, de iniciativa do Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). É parte integrante de um conjunto de oito estudos sobre a realidade socioeconômica dos territórios: Caminhos do Tibagi, Cantuquiriguaçu, Centro Sul, Norte Pioneiro, Paraná Centro, Ribeira, União da Vitória e Vale do Ivaí.

O Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável foi desenvolvido visando à contratação de empréstimo internacional junto ao Banco Mundial, dando continuidade, assim, a uma cooperação de décadas voltada para o meio rural paranaense. Concomitantemente às negociações relativas à contratação do empréstimo, o Governo do Paraná, no seu Plano Plurianual (PPA 2007-2011) e no seu Programa de Desenvolvimento Regional (PDRE), assumiu algumas ações previstas no Projeto, dentre as quais a elaboração dos diagnósticos territoriais.

Para cumprir essa finalidade, constituiu-se um grupo de trabalho coordenado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) com as parcerias institucionais do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Minerais do Paraná (MINEROPAR).

SUMÁRIO

1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	8
1.1 LOCALIZAÇÃO	8
1.2 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS	9
2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL	20
2.1 HISTÓRIA	20
3 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	28
3.1 INDICADORES SINTÉTICOS	28
3.1.1 Desenvolvimento Humano	28
3.1.2 Famílias Pobres	29
3.1.3 Desigualdade de Renda.....	30
3.1.4 Trabalho Infante-Juvenil.....	31
3.2 HABITABILIDADE.....	34
3.3 SAÚDE.....	38
3.4 EDUCAÇÃO.....	46
3.5 PROGRAMAS SOCIAIS E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	51
3.6 SÍNTESE DAS CONDIÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	57
3.7 TURISMO E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	60
4 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA	63
4.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E EMPREGO	63
4.1.1 PIB total e PIB <i>per capita</i>	63
4.1.2 Ocupação e Renda	65
4.1.2.1 Indicadores gerais	65
4.1.3 Evolução do Emprego Formal.....	72
4.1.3.1 Desempenho recente	73
4.2 CARACTERIZAÇÃO SETORIAL DAS ATIVIDADES	74
4.2.1 Indústria.....	74
4.2.2 Serviços.....	78
4.2.3 Agropecuária	80
4.2.3.1 Tipologia dos estabelecimentos agropecuários	80
4.2.3.2 Estrutura fundiária	81
4.2.3.3 Procedência da força de tração e de maquinaria	83

4.2.3.4	Uso da terra	84
4.2.3.5	Valor bruto da produção agropecuária.....	85
4.2.3.6	Produção e área das principais culturas	86
4.2.3.7	Rebanho	86
4.2.3.8	Silvicultura	87
4.3	MEIOS E INSTRUMENTOS	88
4.3.1	Fundo de Aval, Crédito, Programas e Projetos	88
4.4	INFRA-ESTRUTURA	97
4.4.1	Infra-Estrutura Viária e Aeroportos	97
4.4.2	Armazéns	99
4.5	PERSPECTIVA ECONÔMICA TERRITORIAL.....	99
4.5.1	Material e Métodos.....	99
4.5.2	Resultados	100
5	ASPECTOS INTITUCIONAIS.....	103
5.1	FINANÇAS MUNICIPAIS.....	103
5.2	ATIVOS INSTITUCIONAIS	107
5.2.1	Instituições	107
5.2.2	Cursos Profissionalizantes: Cursos Técnicos de Nível Médio e Casa Familiar Rural.....	109
5.3	ASSENTAMENTOS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	111
5.4	INSTITUCIONALIDADE TERRITORIAL.....	112
5.4.1	Associações de Municípios.....	112
5.4.2	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs.....	112
5.4.3	Histórico do Processo Territorial	113
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

O procedimento metodológico proposto para construir os diagnósticos territoriais levou em conta o âmbito e as particularidades das ações previstas pelo Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável (PARANÁ, 2005). A concepção geral do diagnóstico (estrutura e metodologia) considerou a sua finalidade e a disponibilidade de dados. Esta última condição foi determinante para conceber o diagnóstico em duas fases complementares. Na primeira fase, analisam-se o território e seus municípios a partir de fontes secundárias; na segunda fase, a unidade de análise passa a ser microbacias, utilizando-se a mais importante fonte brasileira de informações sobre economia agrária – o Censo Agropecuário 2006 –, cujo banco de dados estará disponível no primeiro semestre de 2008.

O Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável adotou como pressuposto a noção de espaço rural para além da economia agrícola e/ou a zona rural dos municípios. Admite haver espaços rurais onde coexistem atividades de natureza agrícola e não-agrícola.

Sobre o recorte espacial definido para análise e intervenção, vale salientar que, no Brasil, particularmente a partir dos anos 2000, a escala territorial foi introduzida nas políticas públicas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ressalte-se que o MDA vinculou a sua política de crédito rural, notadamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), à organização territorial, ação respaldada inclusive com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). No Estado do Paraná, essa ação legitimou e/ou estimulou a organização de municípios em territórios.

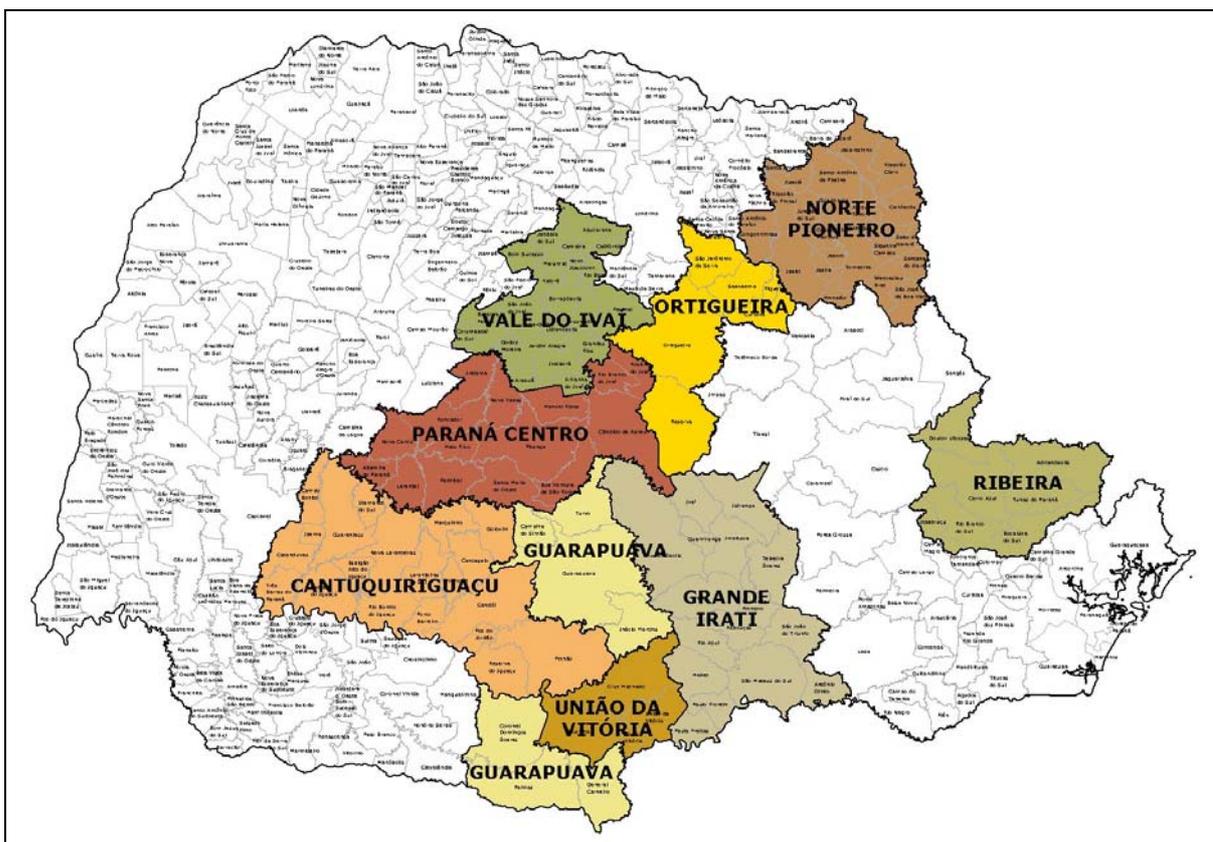
O conceito de território presente na política de crédito do MDA vem atrelado à perspectiva da promoção do desenvolvimento em áreas ou regiões estagnadas economicamente e deprimidas socialmente. Nesse contexto, a escala territorial assume um papel crescente enquanto unidade de planejamento e intervenção. Vale esclarecer que a organização de municípios em torno de um projeto não é novidade no Brasil, sendo que as associações de municípios e os consórcios municipais de saúde são exemplos dessas iniciativas.

Não cabe aqui debater a concepção territorial presente no Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, mas elucidar que essa noção busca trazer para as ações voltadas ao desenvolvimento a idéia da multissetorialidade concomitante à superação da dicotomia urbano-rural no que tange ao planejamento da ação pública. Nesse sentido, um conjunto de municípios articulados em torno de um projeto comum tem se mostrado eficaz na realização de mudanças desejadas e apresenta maior capacidade de negociação e maior disponibilidade de recursos financeiros e humanos.

No âmbito do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, os diagnósticos socioeconômicos territoriais têm o objetivo de subsidiar as ações do Projeto,

como também o planejamento das ações dos Fóruns e/ou Conselhos de Desenvolvimento Territorial. Com essa orientação, o Projeto identificou espaços geográficos relativamente homogêneos do ponto de vista físico-ambiental. A partir dessa delimitação geográfica, priorizou as áreas mais vulneráveis do Estado para intervenção. Pelos critérios técnicos adotados pelo Projeto, foram selecionados nove territórios, abrangendo 121 municípios e uma área de 8 milhões de hectares, que, em 2000, correspondiam a uma população de 1,7 milhão de habitantes (mapa A).

MAPA A - TERRITÓRIOS PRIORIZADOS NO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONFIGURAÇÃO INICIAL



FONTE: SEPL

NOTAS: Elaboração: IPARDES.

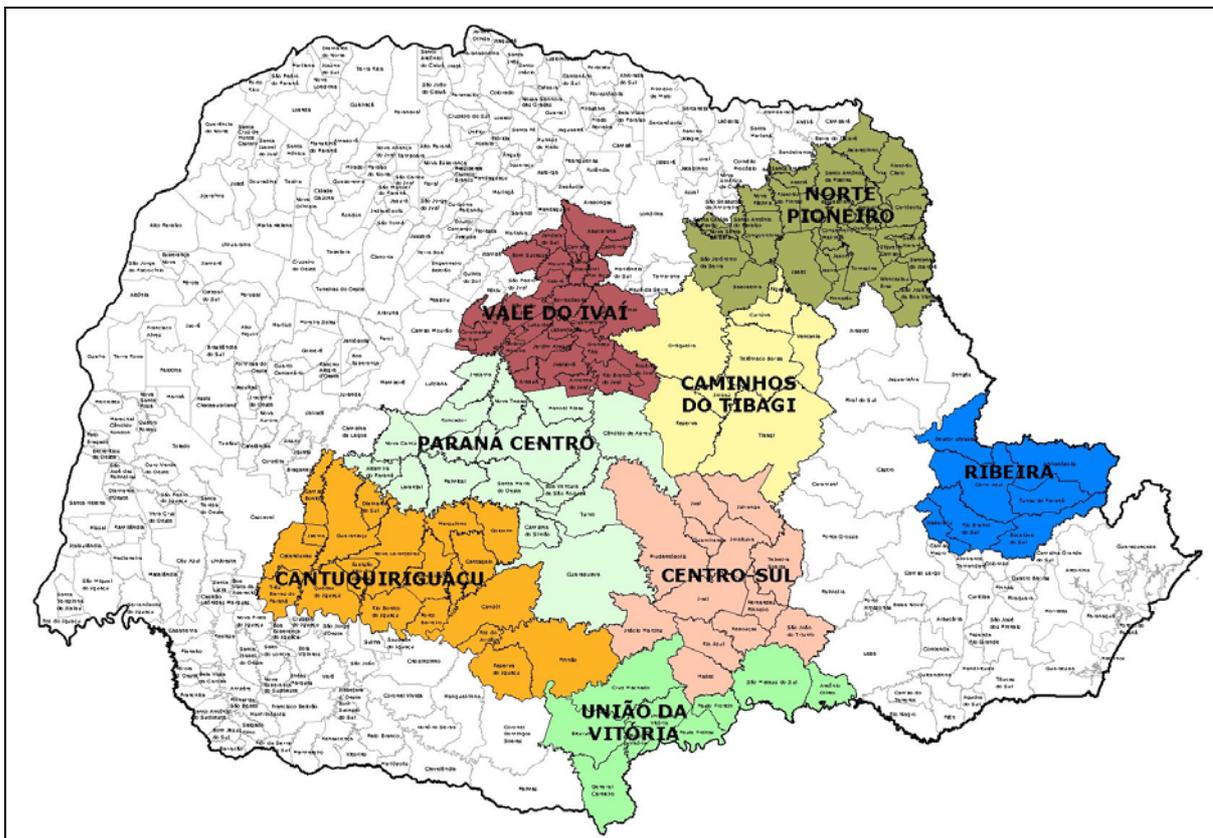
BASE CARTOGRÁFICA - SEMA (2004).

Uma etapa que antecedeu a elaboração dos Diagnósticos Territoriais foi proceder à validação desses espaços. Essa tarefa foi colocada *a priori*, para que o diagnóstico fosse desenvolvido com base na percepção local de sua abrangência e institucionalidade.

Esse procedimento, construído a partir de reuniões técnicas com instituições locais e mediadas pela Coordenação de Programas de Governo – CPG/ SEPL, pela Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP/SEAB e pelo IPARDES/SEPL, identificou a necessidade de redefinir o desenho inicial. Assim, a área do Projeto passou para aproximadamente 8 milhões de hectares e os territórios prioritários passaram a ser oito,

abrangendo 127 municípios, com uma população total de 1,8 milhão de habitantes, em 2007. Essa adequação incorporou também denominações territoriais que vem sendo utilizadas localmente. Com isso o território Ortigueira passou a ser denominado Caminhos do Tibagi, e o território Grande Irati passou a ser denominado território Centro-Sul (mapa B).

MAPA B - TERRITÓRIOS PRIORIZADOS NO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONFIGURAÇÃO ATUAL



FONTE: SEPL

NOTAS: Elaboração: IPARDES.

BASE CARTOGRÁFICA - SEMA (2004).

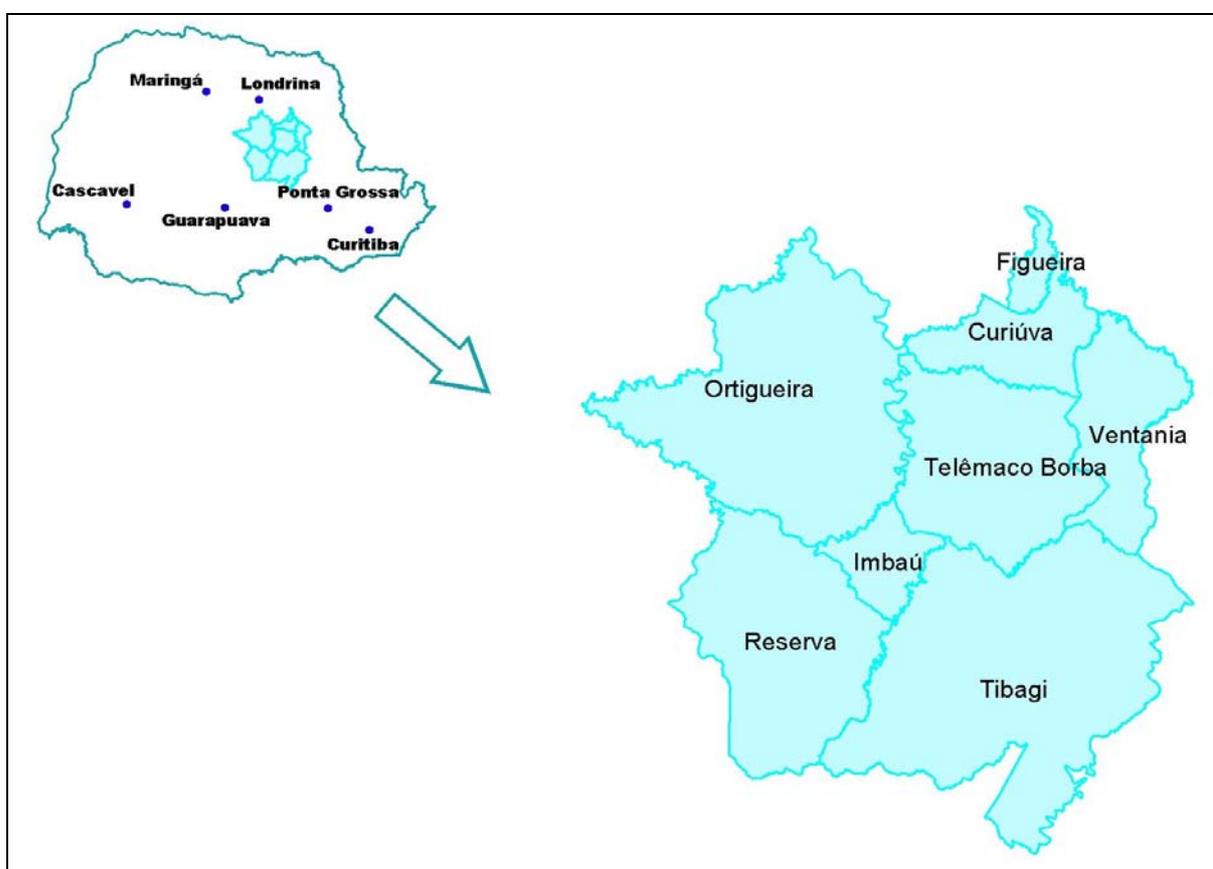
Para cumprir o seu papel de organizador dos elementos sociais e econômicos presentes nos territórios selecionados, os diagnósticos referentes à primeira fase apresentam uma leitura global do território estruturada em seis seções. A primeira seção traz a caracterização do território, localizando-o espacialmente e abordando seus aspectos físicos ambientais; a segunda seção trata da dinâmica populacional, com a história da ocupação do espaço territorial analisado e indicadores demográficos; na terceira seção são apresentados indicadores sociais e econômicos cuja ênfase recai sobre as dimensões do desenvolvimento; a quarta seção está voltada para a caracterização econômica e analisa a estrutura produtiva, as atividades, os meios e instrumentos e a perspectiva econômica territorial; na quinta e última seção analisam-se os aspectos institucionais presentes no território; e na seção 6, fazem-se as considerações finais.

1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1 LOCALIZAÇÃO

O território Caminhos do Tibagi localiza-se no Segundo Planalto Paranaense e abrange uma área de 10.195,64 km², correspondendo a cerca de 5,1% do território estadual e a 12,7% da área do Projeto. Essa região faz divisa, ao norte, com os territórios Londrina e Norte Pioneiro; a oeste, com o território Vale do Ivaí e Paraná Centro; a leste, com o território Ponta Grossa; ao sul, com o território Centro-Sul (mapa 1.1).

MAPA 1.1 - LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI



FONTE: IPARDES

O território Caminhos do Tibagi é constituído por oito municípios: Curiúva, Figueira, Imbaú, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania. Esse conjunto de municípios reúne 177.270 pessoas, representando 1,7% da população estadual e 9,5% da população da área do projeto (tabela 1.1).

TABELA 1.1 - POPULAÇÃO TOTAL E ÁREA TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL ⁽¹⁾	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Curiúva	14 338	576,26
Figueira	8 384	129,81
Imbaú	11 112	331,20
Ortigueira	24 387	2 429,56
Reserva	24 380	1 635,03
Telêmaco Borba	65 760	1 225,68
Tibagi	18 632	3 108,75
Ventania	10 277	759,37
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	177 270	10 195,64

FONTE: IBGE - Contagem de População (resultados preliminares – 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Resultados divulgados em Diário Oficial da União em 5 de outubro de 2007.

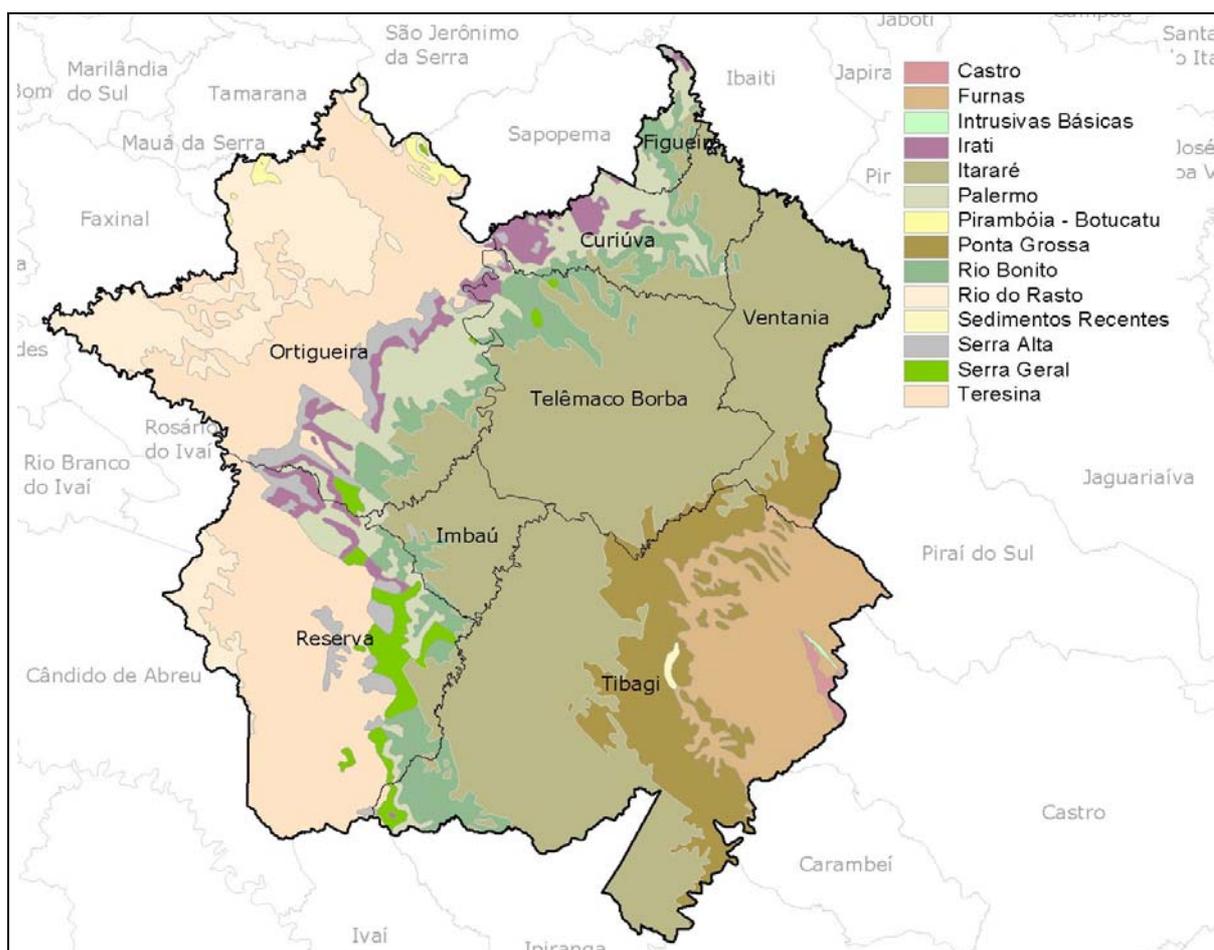
1.2 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

Neste item são apresentados temas que caracterizam ambientalmente o território Caminhos do Tibagi. Os temas abordados referem-se ao meio físico (geologia, médias das temperaturas mínimas e máximas, hipsometria, declividade e áreas com potencial à degradação do solo) e ao meio biológico (domínios fitogeográficos e cobertura vegetal de remanescentes e reflorestamento).

Os mapeamentos de uso da terra de 1980, de uso da terra de 2001/2002 e de unidades de conservação também compõem este diagnóstico e representam as relações de pressões antrópicas e os aspectos jurídico-ambientais. Para cada tema, além do mapa, foi realizada uma caracterização baseada nos dados medidos em área desses mapeamentos.

A geologia do território Caminhos do Tibagi é caracterizada pela predominância das formações Itararé e Teresina, com 37,6% e 19,7%, respectivamente. A Formação Itararé ocorre, principalmente, nos municípios de Ventania, Telêmaco Borba, Imbaú, metade oeste do município de Tibagi e na parte leste do município de Curiúva, sendo composta por um conjunto de rochas sedimentares que incluem arenitos, siltitos, folhelhos, argilitos, diamictitos, tilitos e, ocasionalmente, níveis de carvão. A Formação Itararé apresenta-se com alternâncias de argilitos, folhelhos e siltitos de cor cinza esverdeada, com freqüentes níveis de sílex e calcários esbranquiçados e ocorre em boa parte dos municípios de Ortigueira e Reserva. Com menor proporção, ocorrem litologias das formações Ponta Grossa (8,3%), Rio do Rastro (7,7%) e Furnas (7,7%) – mapa 1.2.

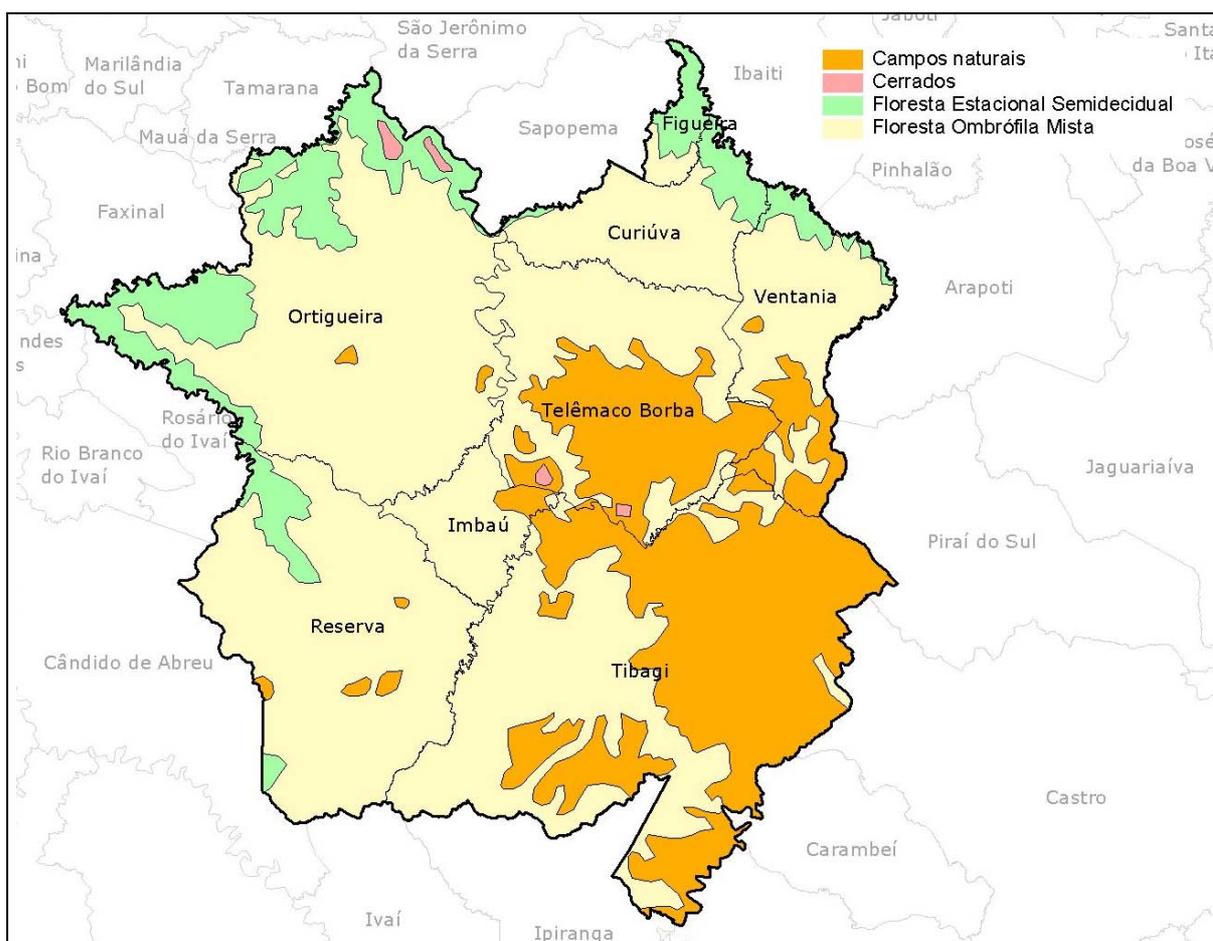
MAPA 1.2 - GEOLOGIA DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ



FONTE: MINEROPAR

Entre os biomas que originalmente se faziam representar neste território, destaca-se o da Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucárias), com 64,7%, que ocorria na quase totalidade dos municípios de Ventania, Curiúva, Ortigueira, Reserva, Imbaú e boa parte dos municípios de Telêmaco Borba e Tibagi. Nestes dois últimos, a predominância era de Campos Naturais, totalizando 25,1% deste bioma. Nas bordas nordeste e noroeste do território, ocorriam áreas de Floresta Estacional Semidecidual, com 9,9% e apenas 0,3% de Cerrados na porção noroeste (mapa 1.3).

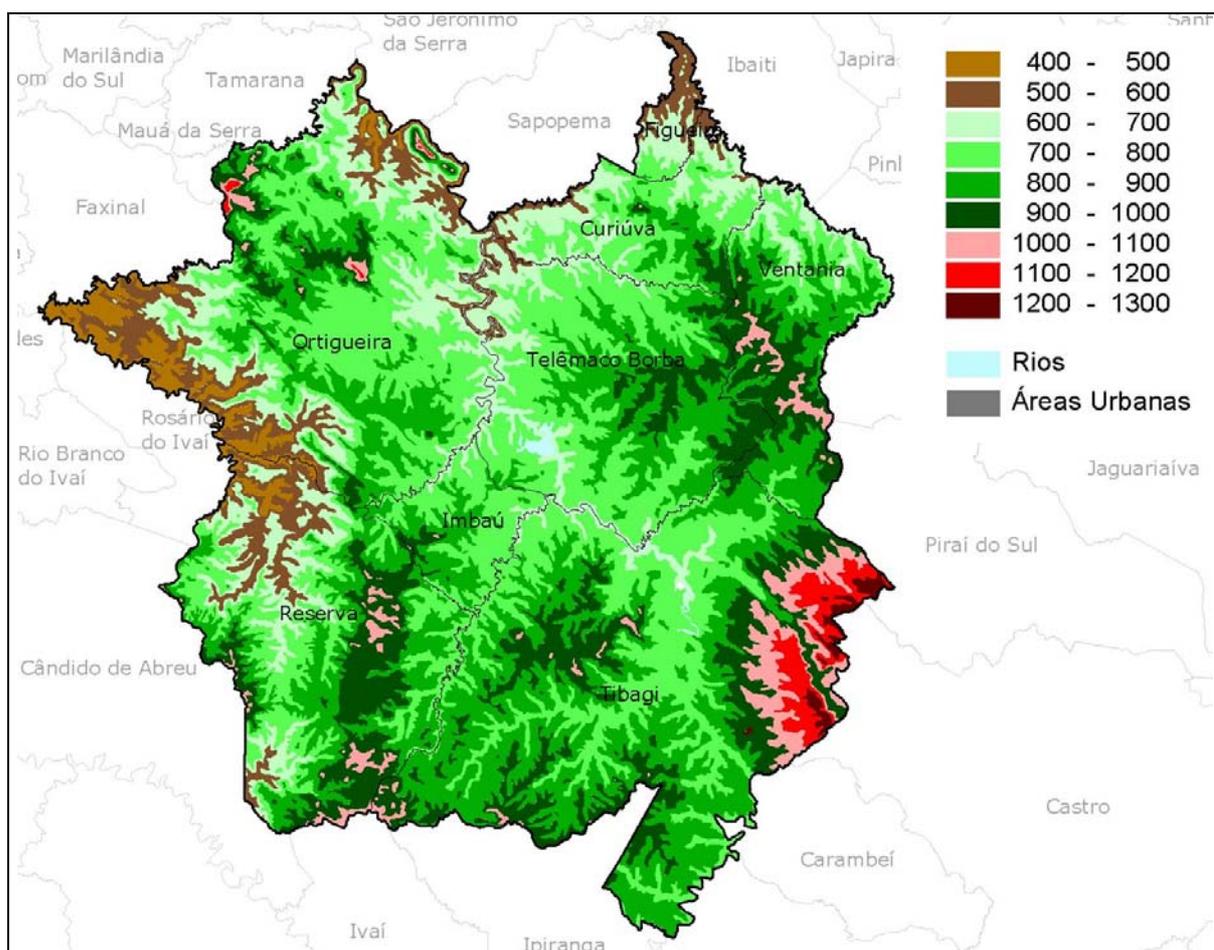
MAPA 1.3 - REGIÕES FITOGEOGRÁFICAS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ



FONTE: IPARDES

Com relação à hipsometria, as maiores altitudes (entre 1.000 m e 1.300 m) do território encontram-se na porção sudeste, município de Tibagi, com apenas 4,8% de toda área. A faixa de altitudes entre 600 m e 1.000 m é a mais representativa no território, totalizando 86,5% em área e encontra-se em todos os municípios. As menores altitudes estão presentes nas porções norte e noroeste, nos municípios de Figueira, Ortigueira e Reserva, com 8,6% (mapa 1.4).

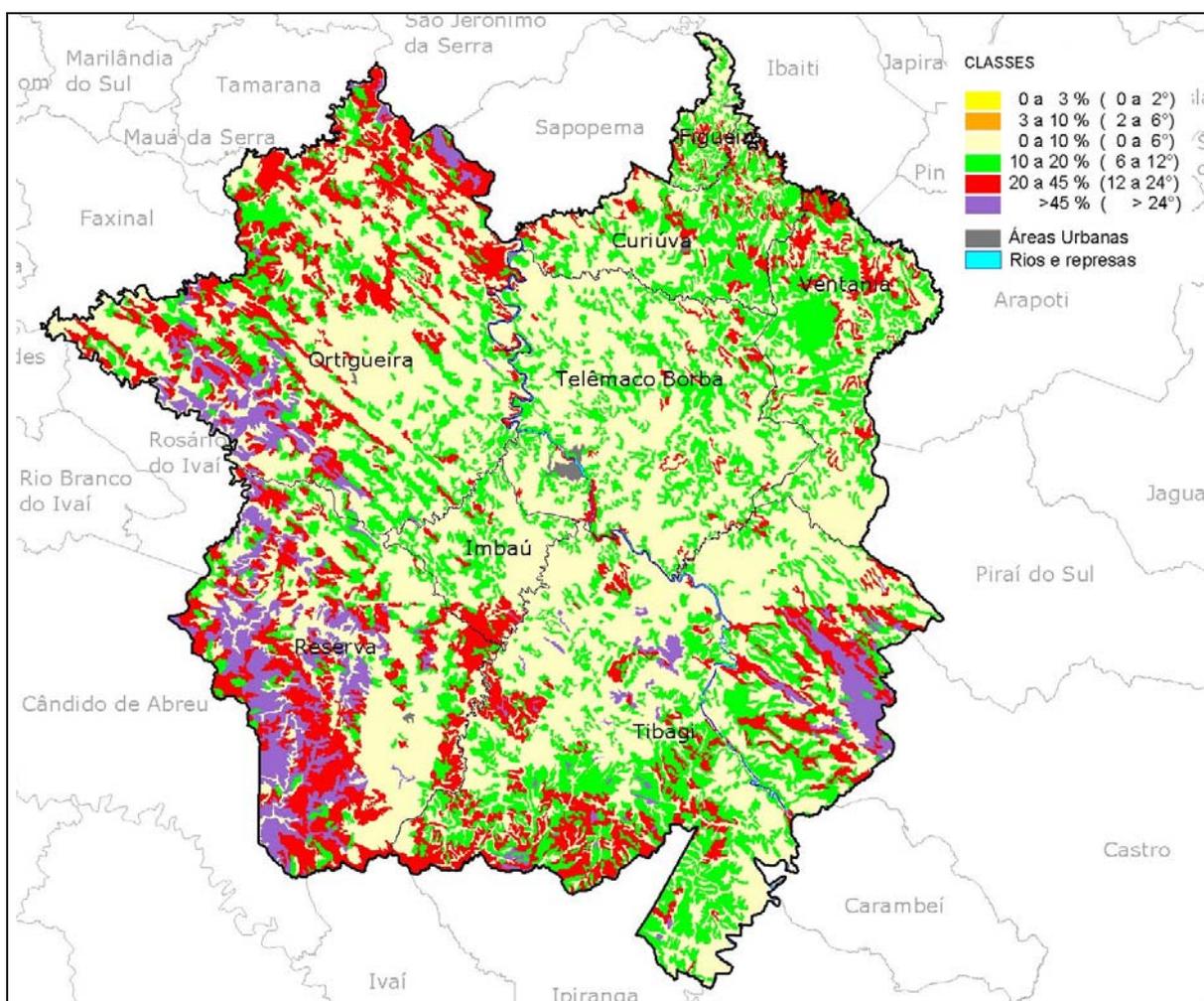
MAPA 1.4 - HIPSOMETRIA DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ



FONTE: IPARDES

A classe de declividades entre 3% e 10% é a predominante, com 52,7% do total da área e ocorrendo em todas as porções do território. As declividades superiores a 45% perfazem apenas 6% de toda área, encontrando-se na face oeste do município de Tibagi e na porção oeste do território, em parte do município de Ortigueira e Reserva. As classes de 10% a 20% e de 20% a 45% podem ser encontradas em todos os municípios do território, com 24% e 16,7%, respectivamente (mapa 1.5).

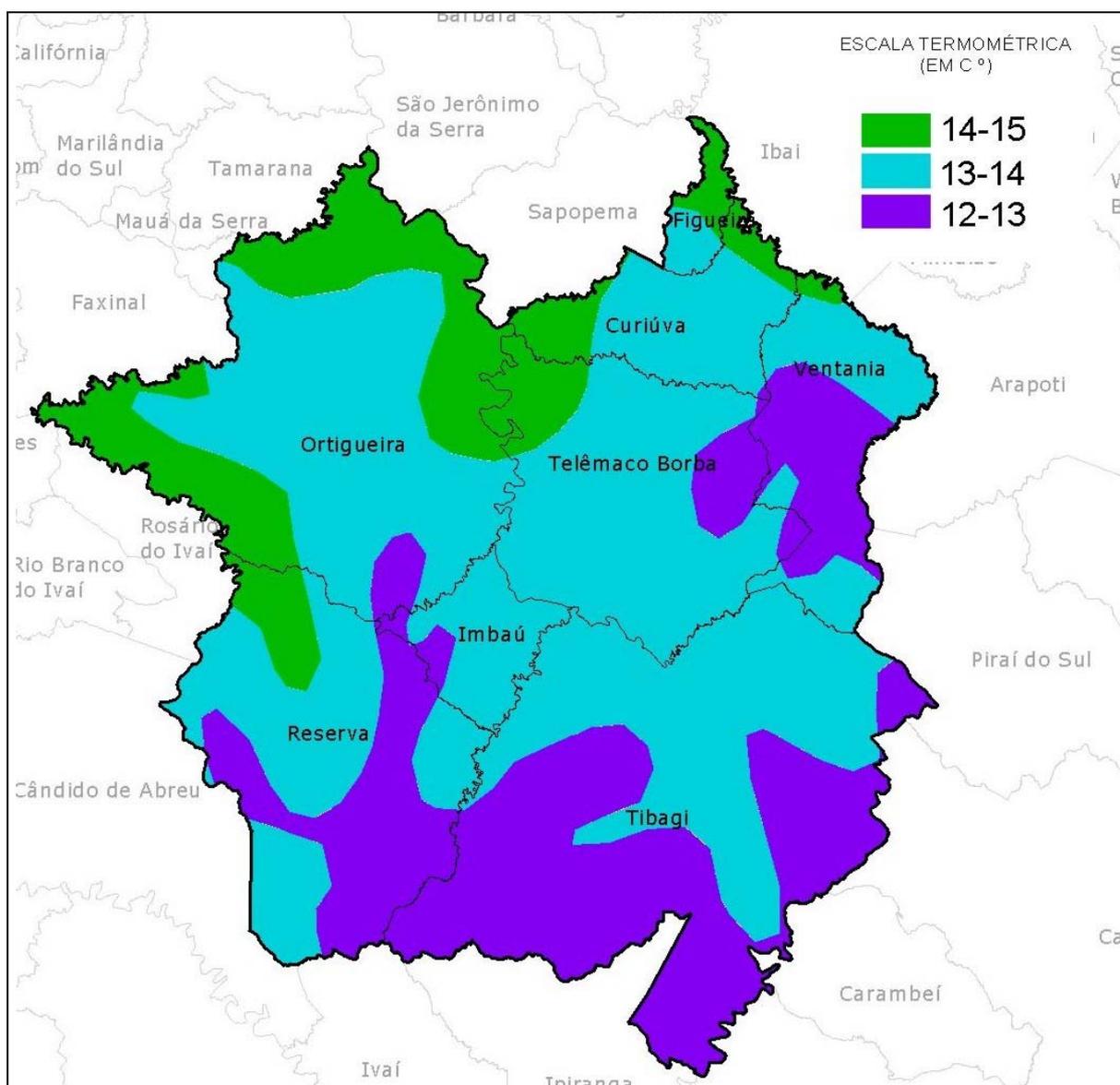
MAPA 1.5 - DECLIVIDADE DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ



FONTES: EMATER, IPARDES

Quanto à média anual das temperaturas mínimas, o território apresenta três classes bem definidas: 12°C a 13°C, 13°C a 14°C e 14°C a 15°C. A classe 13°C a 14°C é a que predomina na maior parte do território, com 56,5%. As temperaturas entre 12°C e 13°C ocorrem no sul e oeste, com 28,5%, enquanto as temperaturas entre 14°C e 15°C encontram-se representadas ao norte e noroeste, com 14,9% (mapa 1.6).

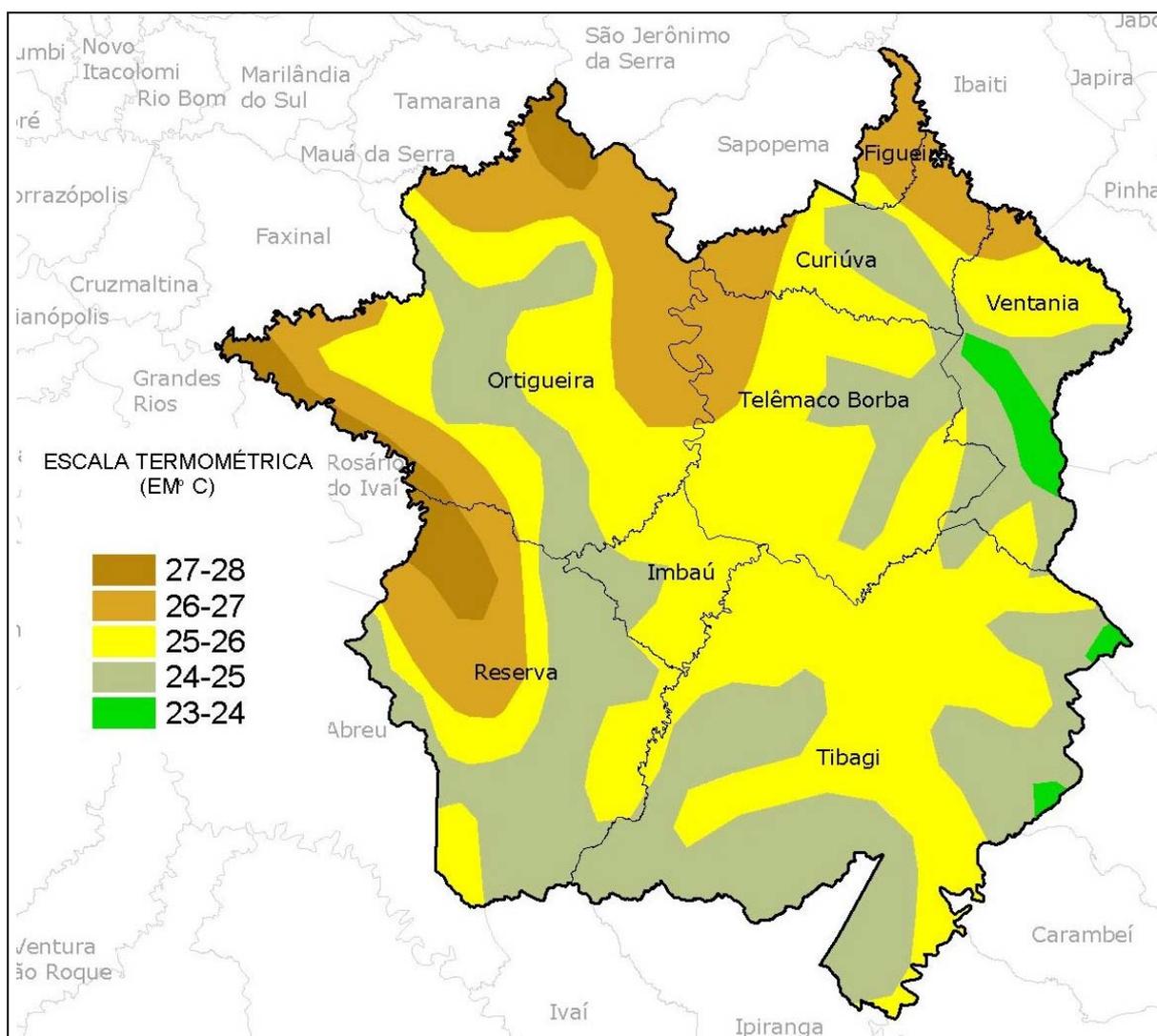
MAPA 1.6 - MÉDIA ANUAL DAS TEMPERATURAS MÍNIMAS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ



FONTE: IAPAR

As classes da média anual das temperaturas máximas apresentam-se mais divididas pelo território, sem concentrações definidas. As temperaturas entre 25°C e 26°C são predominantes (em 44,1% de toda área), acompanhadas das temperaturas entre 24°C e 25°C (34,2%). Em menor proporção ocorrem as classes de 26°C a 27°C (16,9%), 27°C a 28°C (3,2%) e 23°C a 24°C (1,5%) – mapa 1.7.

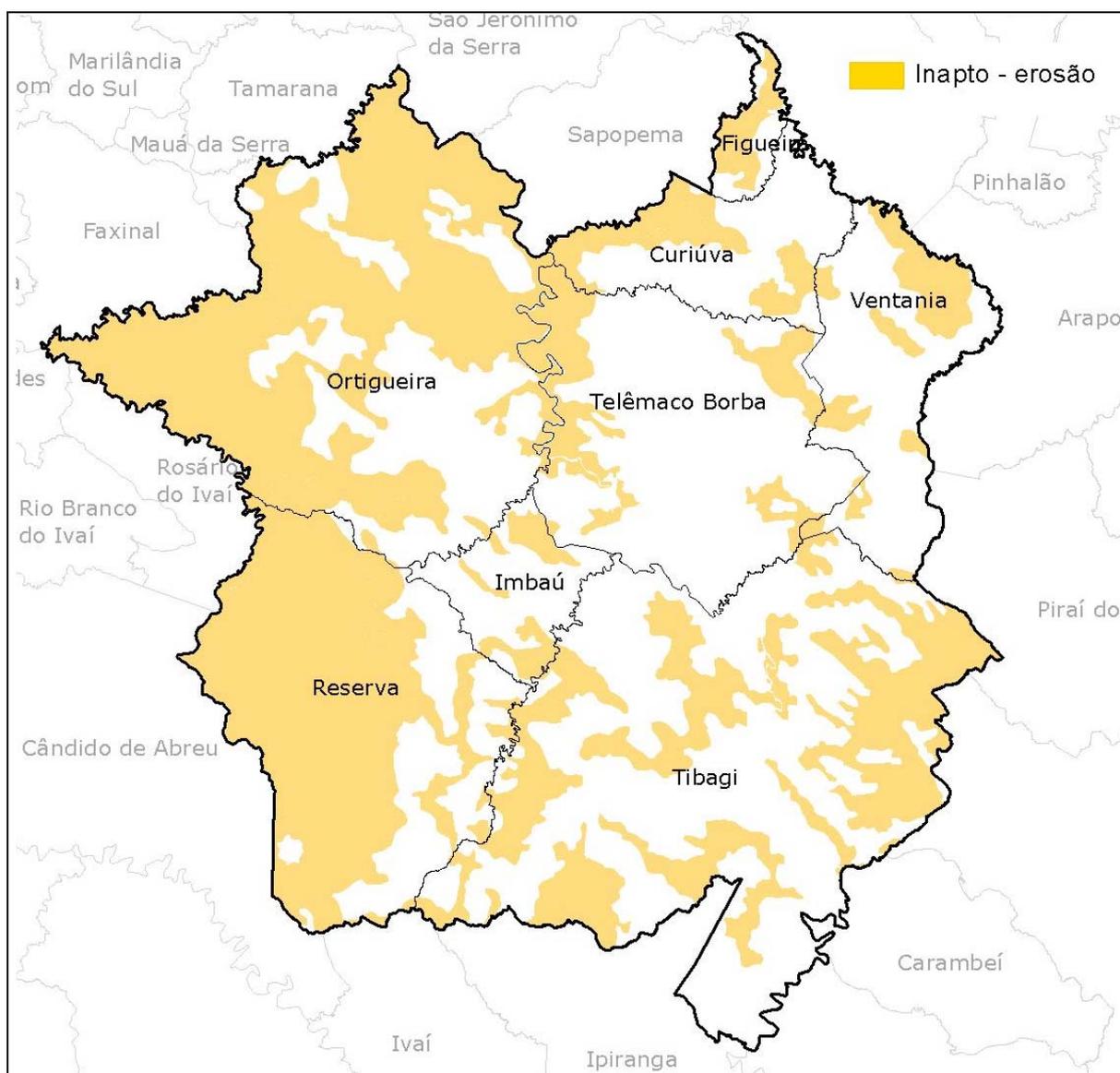
MAPA 1.7 - MÉDIA ANUAL DAS TEMPERATURAS MÁXIMAS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ



FONTE: IAPAR

Áreas com potencial à degradação do solo por fatores erosivos ocorrem em grande parte do território, totalizando 47,2% e situando-se preferencialmente à oeste, nos municípios de Ortigueira e Reserva (mapa 1.8).

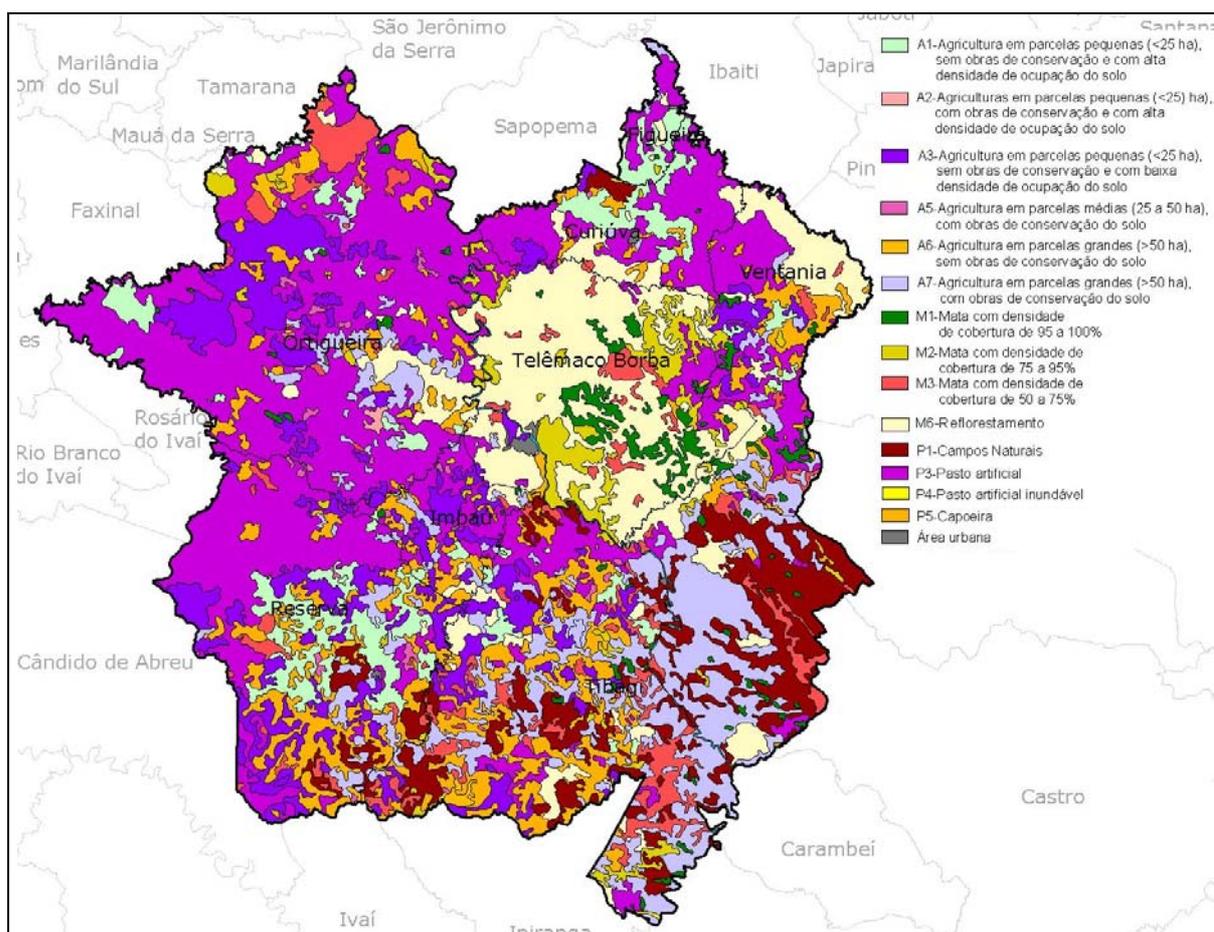
MAPA 1.8 - ÁREAS COM POTENCIAL À DEGRADAÇÃO DO SOLO DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ



FONTE: IPARDES

Por meio dos dados de mapeamento do uso da terra, realizado com fotos aéreas de 1980, verificou-se que as áreas com pastagens artificiais eram preponderantes no território Caminhos do Tibagi, ocorrendo em 29% da área total, principalmente ao norte e noroeste. Outras classes de uso da terra significativas eram o reflorestamento, que ocorria preferencialmente a nordeste, com 13,9%; a agricultura, em grandes parcelas (maiores que 50 ha), com obras de conservação de solo, que ocorriam concentradas a sudoeste, com 11,5%; áreas de capoeira, com 10,2%, e agricultura, em parcelas pequenas (menores que 25 ha), sem obras de conservação e com baixa densidade de ocupação do solo, concentradas mais a noroeste, com 9,7% (mapa 1.9).

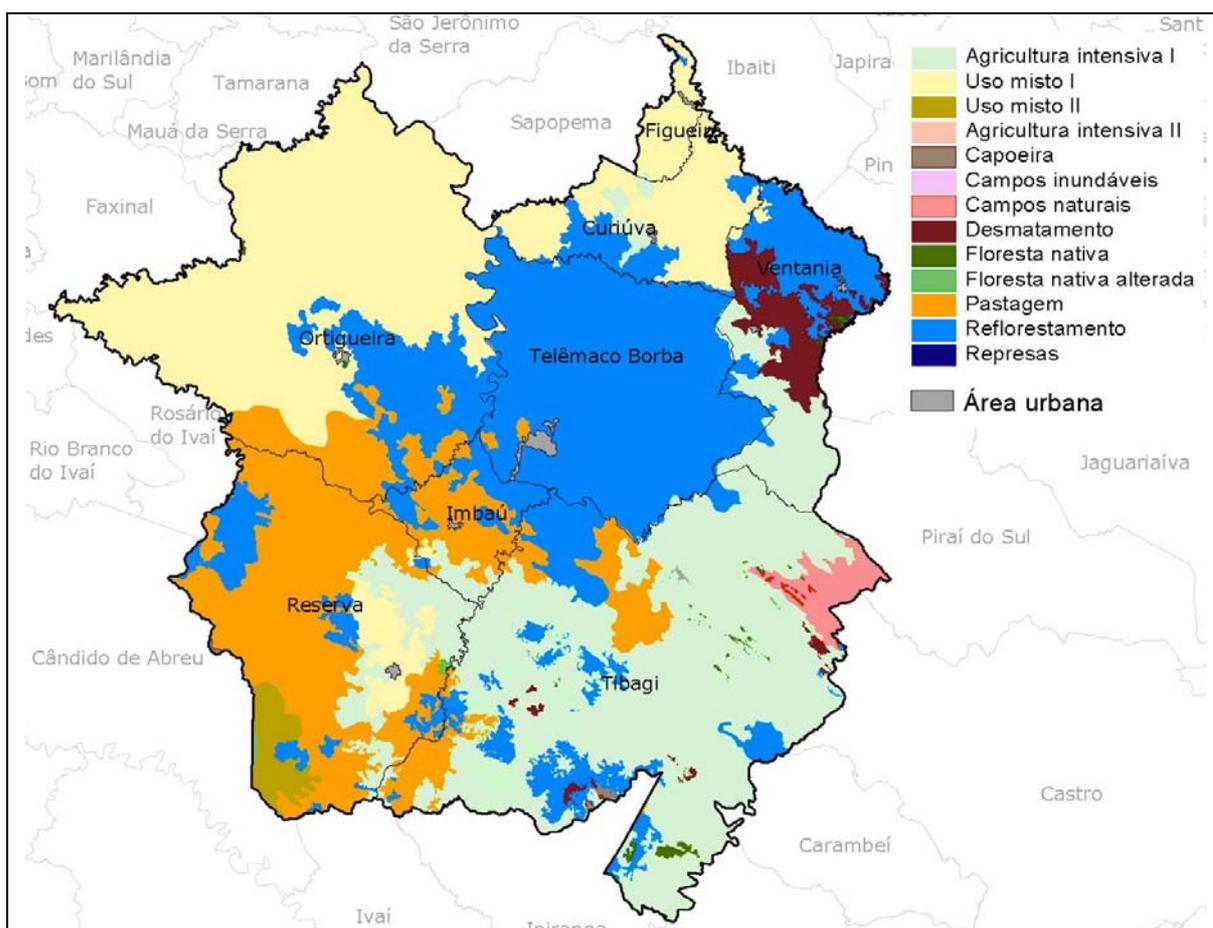
MAPA 1.9 - USO DO SOLO NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1980



FONTE: IPARDES

Em mapeamento realizado com imagens Land Remote Sensing Satellite (LANDSAT) de 2001 e 2002, as classes de uso da terra mais significativas são as de reflorestamento, que ocorrem ao norte e nordeste, em 27,9% de todo o território. Na porção sudoeste (25,7%), concentrando-se em quase todo o município de Tibagi e parte dos municípios de Reserva e Ventania, é bastante significativa a ocorrência de agricultura intensiva consolidada, podendo ocorrer plantios intercalados com mata de galeria nos fundos de vale e topos de morro. Áreas com agricultura dominante, mas em pequenas parcelas, associadas a reflorestamentos, pastagens e pequenas porções de florestas nativas e secundárias ocorrem na porção noroeste, com 24,6%. Também significativas são as áreas com pastagens, que totalizam 16,3% de todo o território e encontram-se concentradas a sudeste (mapa 1.10).

MAPA 1.10 - USO DO SOLO NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2001-2002



FONTE: IPARDES

No que tange à extração mineral, seis dos oito municípios do território Caminhos do Tibagi tiveram alguma produção. Segundo dados da Mineraias do Paraná S. A. (MINEROPAR), no período entre 1995 e 2004 houve extração de areia, argila, carvão, basalto, cascalho e diabásio, sendo que esses três últimos minerais foram extraídos apenas em Telêmaco Borba, e o carvão apenas em Figueira (quadro 1.1).

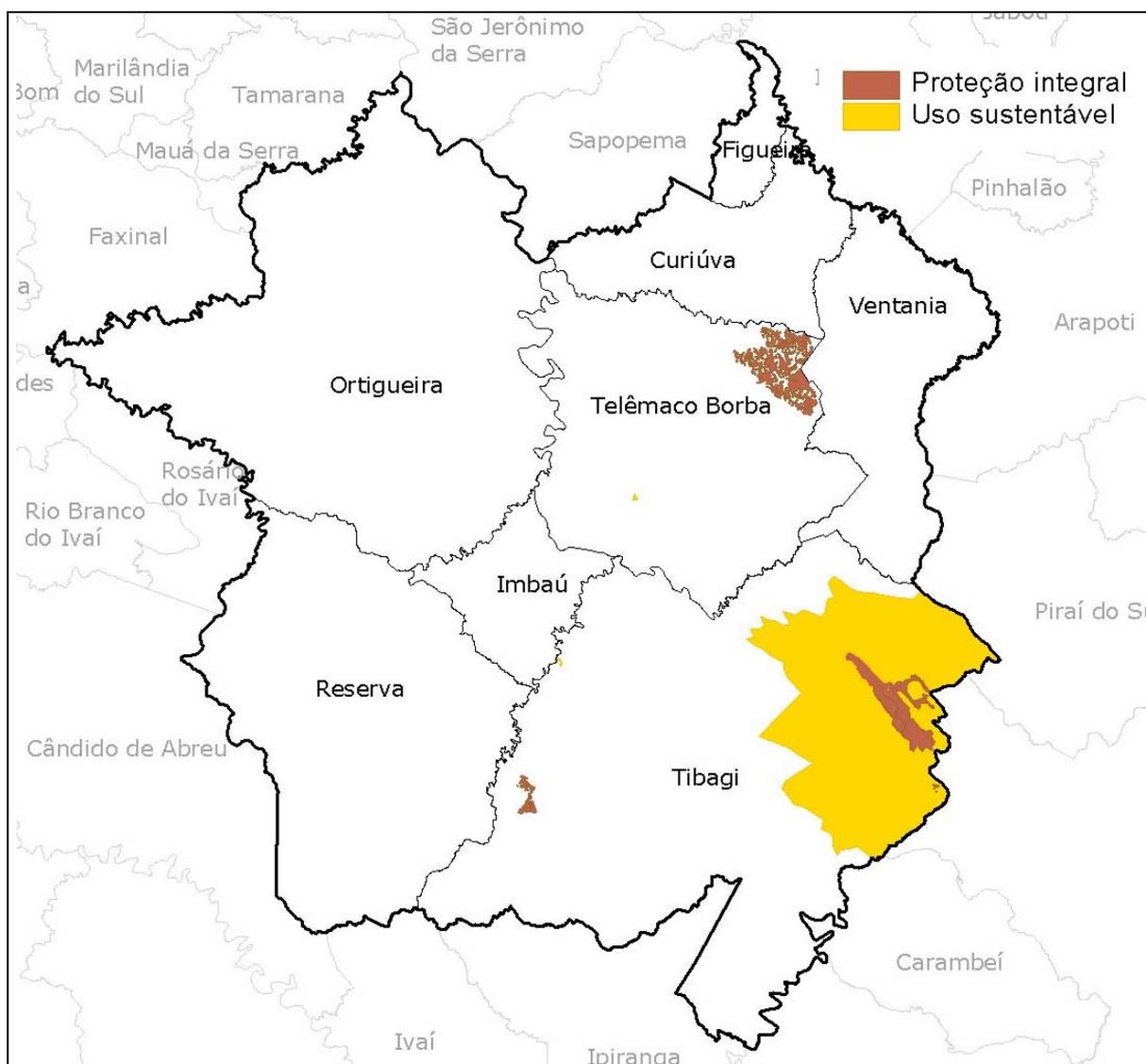
QUADRO 1.1 - PRODUÇÃO MINERAL DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995-2004

MUNICÍPIO	SUBSTÂNCIA
Curiúva	Argila
Figueira	Carvão
Imbaú	Argila
Ortigueira	Areia Argila
Telêmaco Borba	Areia Basalto Cascalho Diabásio
Tibagi	Areia Argila

FONTE: MINEROPAR

As unidades de conservação que ocorrem no território Caminhos do Tibagi concentram-se nos municípios de Tibagi e Telêmaco Borba, sendo 11,5% de unidades de proteção integral e 88,5% de unidades de uso sustentável. Estas últimas apresentam-se no município de Tibagi, como a Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana, o Horto Florestal Geraldo Russi e a Floresta Estadual Córrego da Biquinha, enquanto a Reserva Florestal Saltinho encontra-se no município de Telêmaco Borba. As unidades de proteção integral ocorrem principalmente a nordeste do município de Telêmaco Borba, como a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Monte Alegre. No município de Tibagi situa-se o Parque Estadual do Guartelá, a Fazenda Mocambo e a RPPN "Ita-Y-Tyba", que se encontram englobados pela APA da Escarpa Devoniana, e a RPPN Fazenda Primavera, que se situa a oeste do município (mapa 1.11).

MAPA 1.11 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ



FONTE: IPARDES

2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL¹

2.1 HISTÓRIA

O Território Caminhos do Tibagi reúne um conjunto de municípios que ocupam parcela da extensa região denominada "Paraná Tradicional", cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. Apresentando vastas áreas de campos naturais abertos e planos, a região da qual o território faz parte desenvolveu inicialmente uma pecuária extensiva, passando, posteriormente, a integrar o caminho boiadeiro, também conhecido como "estrada das matas", dedicando-se à invernagem do gado, que vinha das vacarias do Rio Grande do Sul, para posterior revenda nas feiras de Sorocaba, interior de São Paulo.² Organizada, via de regra, em grandes fazendas e contando com a mão-de-obra escrava e com o trabalho familiar, a sociedade campeira era essencialmente tradicional, patriarcal e latifundiária, fundada sobre bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo.

O deslocamento das atividades de invernagem na direção das áreas de campos do centro-sul paranaense, paralelamente à decadência do mercado de muares, provocada pelo surgimento das ferrovias paulistas, condicionaram fortemente o declínio regional do tropeirismo, a partir do final do século XIX, e a desintegração da sociedade campeira. No mesmo período, a região passou a sediar inúmeras experiências de colonização estrangeira, recebendo e assentando, principalmente, imigrantes de origem russo-alemã, polonesa e holandesa (ELFES, 1973). Algumas dessas colônias sofreram sérios revezes, resultando em iniciativas fracassadas, porém outras se desenvolveram e geraram posteriores empreendimentos econômicos de sucesso, que impulsionaram a expansão do setor agroindustrial na região adjacente à do território, particularmente em Ponta Grossa, Castro e Carambeí.

Nas áreas incluídas no território, as experiências de colonização estrangeira praticamente não se desenvolveram, e as atividades regionais têm estado de certa forma polarizadas pela forte indústria papeleira sediada em Telêmaco Borba, município partícipe do território.

Com este cenário de fundo, tem-se que o território Caminhos do Tibagi é integrado por oito municípios que, em 2000, abrigavam 168 mil habitantes, apresentando um grau de urbanização de 67% e uma densidade populacional de 16,5 habitantes/km² (tabela 2.1). Os resultados preliminares da Contagem Populacional de 2007³ indicam um ligeiro

¹ Partes deste texto foram extraídas de IPARDES (2004).

² Importantes estudos descrevem os principais traços históricos da formação dessa região. Ver, entre outros, Bernardes (1952), Westphalen (1968), Balhana, Machado e Westphalen (1969), Elfes (1973), Padis (1981), Wachowicz (1988) e Ferreira (1996).

³ Resultados divulgados em Diário Oficial da União no dia 05 de outubro de 2007.

crescimento da população do território para 177 mil habitantes, e um conseqüente aumento na densidade demográfica para 17,4 habitantes/km². A despeito desse incremento populacional, o território Caminhos do Tibagi apresenta um dos menores contingentes demográficos dentre os territórios priorizados pelo projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável (ver Apêndice – tabela A.2.1).

TABELA 2.1 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO, E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000/2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000 (%)	DENSIDADE (hab./km ²)	
	2000			2007		2000	2007
	Urbano	Rural	TOTAL				
Curiúva	7 026	5 878	12 904	14 338	54,4	22,4	24,9
Figueira	7 642	1 396	9 038	8 384	84,6	69,6	64,6
Imbaú	5 483	3 991	9 474	11 112	57,9	28,6	33,6
Ortigueira	8 363	16 853	25 216	24 387	33,2	10,4	10,0
Reserva	9 611	14 366	23 977	24 380	40,1	14,7	14,9
Telêmaco Borba	58 354	2 884	61 238	65 760	95,3	50,0	53,7
Tibagi	10 279	8 155	18 434	18 632	55,8	5,9	6,0
Ventania	5 357	2 667	8 024	10 277	66,8	10,6	13,5
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	112 115	56 190	168 305	177 270	66,6	16,5	17,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Na década de 1970, o conjunto do território experimentou expressivo crescimento populacional, determinado principalmente pela expansão dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira (tabela 2.2). A partir dos anos 1980, as taxas relativas ao território declinaram substantivamente, passando a oscilar em torno de zero.

TABELA 2.2 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1970-2007

MUNICÍPIO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Curiúva	-5,3	0,2	2,3	1,6
Figueira	-	0,2	-0,7	-1,1
Imbaú	-	-	1,9	2,4
Ortigueira	3,2	-5,3	-1,0	-0,5
Reserva	1,2	0,6	-0,5	0,3
Telêmaco Borba	3,9	0,4	0,8	1,1
Tibagi	0,1	-2,0	1,3	0,2
Ventania	-	-	2,7	3,8
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	2,4	-0,4	0,5	0,8

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Na comparação com os demais territórios (ver Apêndice - tabela A.2.2), o Caminhos do Tibagi assemelha-se a alguns, e mesmo ao conjunto do Estado, por apresentar comportamentos oscilantes em termos de ritmo de crescimento (ou decréscimo) populacional. Os únicos que vem sofrendo sucessivas reduções nas taxas ao longo das décadas são o do Paraná Centro e o de União da Vitória. Os territórios Norte Pioneiro e Vale do Ivaí destacam-se pelo contínuo declínio nas taxas de decréscimo populacional, alcançando crescimento próximo a zero no período 2000-2007.

Internamente ao território Caminhos do Tibagi, os municípios, de modo geral, demonstram ritmos oscilantes de evolução populacional. Ortigueira e Figueira, no entanto, vêm experimentando sucessivas perdas populacionais, ao passo que os dois municípios mais novos do território, Imbaú e Ventania, evidenciam expansão demográfica.

Sem dúvida, o componente migratório, dentre os fatores demográficos, vem tendo peso substantivo na conformação do quadro populacional regional. O já conhecido processo de modernização da agricultura paranaense, deflagrado em algumas regiões, principalmente a partir da década de 1970, foi paulatinamente se estendendo a todas as áreas do Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais. Os municípios que compõem o território Caminhos do Tibagi não fugiram às características mais gerais que marcaram esse processo. Mais especificamente, ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região.

Os dados relacionados à movimentação populacional ocorrida no quinquênio 1995-2000 ilustram essa tendência (tabela 2.3). Embora os municípios do território recebam consideráveis fluxos imigratórios, particularmente de âmbito intra-estadual, com destaque para Telêmaco Borba, suas perdas são mais volumosas, provocando saldo negativo nas trocas populacionais. Sob o ponto de vista dos movimentos intra-estaduais, predominam numericamente os deslocamentos entre os municípios do território e demais municípios do Estado que não integram nenhum dos territórios em estudo, particularmente no que diz respeito aos fluxos de saída (ver Apêndice – tabelas A.2.3 e A.2.4). Entretanto, os deslocamentos entre os municípios do próprio território não são desprezíveis, notando-se que Curiúva, Imbaú, Tibagi e Ventania apresentaram saldos positivos no quinquênio 1995-2000, enquanto os demais municípios experimentaram saldos negativos na migração intraterritorial. Quando se comparam os resultados do território Caminhos do Tibagi com os dos demais territórios, várias dessas observações também são válidas (ver Apêndice – tabelas A.2.5 e A.2.6).

TABELA 2.3 - IMIGRANTES, EMIGRANTES E TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS INTRA-ESTADUAIS E INTERESTADUAIS DE DATA FIXA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/2000

MUNICÍPIO	IMIGRANTES ⁽¹⁾			EMIGRANTES			TROCAS LÍQUIDAS		
	Intra-estaduais	Interestaduais	TOTAL	Intra-estaduais	Interestaduais	TOTAL	Intra-estaduais	Interestaduais	TOTAL
Curiúva	2 061	261	2 321	1 133	238	1 371	928	22	950
Figueira	658	320	978	1 585	342	1 928	-927	-23	-950
Imbaú	1 207	159	1 366	295	5	301	911	154	1 065
Ortigueira	1 982	322	2 304	3 082	510	3 592	-1 099	-189	-1 288
Reserva	1 164	266	1 430	3 320	385	3 705	-2 156	-119	-2 275
Telêmaco Borba	4 666	714	5 380	6 751	782	7 532	-2 085	-67	-2 152
Tibagi	1 885	263	2 149	1 686	74	1 761	199	189	388
Ventania	850	155	1 006	678	21	699	172	134	306
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	14 474	2 459	16 933	18 530	2 358	20 888	-4 056	101	-3 955

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTAS: Dados trabalhados pelo IPARDES.

O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia na localidade em estudo em 1995, e sim em 2000; o emigrante de data fixa informou, na pesquisa censitária, que residia na localidade em estudo em 1995, mas na data do censo (2000) residia em outro local.

(1) Exclui imigrantes procedentes de países estrangeiros.

Subjacentes às alterações na dinâmica de crescimento populacional da região, fortemente condicionadas pelos processos migratórios, interagem também as mudanças no comportamento reprodutivo e no perfil de mortalidade da população, observadas no período. Desde meados da década de 1960, várias regiões do Brasil passaram a experimentar uma trajetória firme e continuada de declínio da fecundidade, inserindo o país em um quadro irreversível de transição demográfica. A população do Paraná acompanhou *pari passu* esse processo e, apesar da existência de diferenciais regionais intra-estaduais, já no início dos anos 1990 demonstrava padrões de controle efetivo e continuado do tamanho de suas proles (MAGALHÃES, 2003). O número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher no transcorrer do período reprodutivo, estimado para o Estado no início da década de 1990, situava-se em 2,6, tendo declinado para 2,3 em torno do ano 2000 (tabela 2.4). Os municípios do território Caminhos do Tibagi evidenciavam níveis de fecundidade mais elevados do que a média do Estado nesse período. No entanto, todos experimentaram quedas nas taxas de fecundidade no intervalo de dez anos em questão, alguns em níveis expressivos.

TABELA 2.4 - TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL ⁽¹⁾		ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ⁽²⁾ (anos)	
	1991	2000	1991	2000
Curiúva	3,5	3,3	59,4	65,4
Figueira	3,6	3,3	60,6	66,7
Imbaú	3,6	3,5	58,5	62,8
Ortigueira	4,6	2,9	56,3	61,5
Reserva	3,7	3,1	56,3	62,9
Telêmaco Borba	2,9	2,8	63,7	68,6
Tibagi	3,8	2,7	61,2	65,1
Ventania	4,6	3,5	62,4	62,8
PARANÁ	2,6	2,3	65,7	69,8

FONTE: PNUD

- (1) Refere-se ao número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher residente na localidade em estudo, ao longo do seu período reprodutivo.
- (2) Expectativa média de vida que uma criança tinha ao nascer na localidade em estudo, dadas as condições socioeconômicas e ambientais vigentes à época.

É interessante observar, no entanto, que desde os anos 1990, o fenômeno do aumento da gravidez na adolescência tem se alastrado nas mais diversas regiões do país, preocupando famílias, médicos, educadores e desafiando setores públicos e instâncias privadas a proporem programas, projetos e medidas direcionadas a atender e/ou minimizar o problema. A despeito dessa realidade, o processo mais geral de queda da fecundidade não é afetado, pois a contribuição dos nascimentos de mães jovens para o conjunto de nascimentos é, em geral, bastante pequena.

A mortalidade, por seu turno, que desde as primeiras décadas do século XX inicia, no Paraná, forte tendência de declínio, a exemplo do que ocorria em outras áreas brasileiras, prossegue em ritmo de queda ao final do século, se bem que de forma mais lenta. Nesse

contexto, a população do Estado, que no início da década de 1990 exibia índice de expectativa de vida ao nascer próximo de 66 anos, passa a apresentar, dez anos depois, um indicador mais elevado, no patamar de 70 anos. De forma similar à dinâmica da fecundidade, embora a grande maioria dos municípios do território Caminhos do Tibagi experimentasse níveis de esperança de vida ao nascer abaixo da média estadual nos anos considerados, demonstraram significativos ganhos médios de anos de vida no transcorrer do decênio.

Todas essas mudanças imprimiram uma nova conformação à estrutura etária e por sexo da população do território, acompanhando a tendência estadual. No transcorrer das últimas décadas do século XX, os padrões etários dos municípios paranaenses revelaram um processo paulatino de envelhecimento, com redução do peso dos grupos de idade mais jovens e aumento, por outro lado, das proporções das idades adultas e idosas (IPARDES, 2004). As taxas anuais de crescimento da população por grandes grupos etários para o período 1991-2000 ilustram bem essas tendências e dimensionam as desigualdades do comportamento etário da população (ver Apêndice – tabelas A.2.7 e A.2.8).

Assim, no limiar dos anos 2000, o grau de envelhecimento da população do Estado, medido por meio do índice de idosos,⁴ atingia quase 20%, indicando que para cada 100 jovens menores de 15 anos de idade que residiam no Paraná havia 20 idosos com 65 anos e mais de idade (ver Apêndice - tabela A.2.9). O grau de envelhecimento da população do território Caminhos do Tibagi encontra-se em um patamar ligeiramente abaixo ao da média do Estado, igualando-se ao do território União da Vitória. No âmbito intraterritorial, apenas os municípios de Reserva, Tibagi e Ventania apresentavam, em 2000, índices de envelhecimento abaixo da média do território (tabela 2.5).

TABELA 2.5 - POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E ÍNDICE DE IDOSOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	GRUPO ETÁRIO		ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾ (%)
	0 a 14 anos	65 anos e +	
Curiúva	4 116	860	20,9
Figueira	2 790	565	20,3
Imbaú	3 070	609	19,8
Ortigueira	8 129	1 472	18,1
Reserva	8 054	1 335	16,6
Telêmaco Borba	18 119	3 338	18,4
Tibagi	6 294	1 047	16,6
Ventania	2 659	435	16,4
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	53 231	9 661	18,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O índice de idosos mede a relação, em percentual, entre o número de pessoas idosas (65 anos e mais) e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (menores de 15 anos de idade).

⁴ O índice de idosos, uma medida do envelhecimento de uma população, mede a relação entre o número de pessoas idosas e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (no presente estudo, pessoas com 65 anos e mais e menores de 15 anos, respectivamente).

No que tange à composição por sexo da população dos distintos grupos etários, os municípios do território Caminhos do Tibagi, a exemplo dos demais territórios do Estado (ver Apêndice – tabela A.2.10), evidenciam predominância masculina no segmento de crianças e jovens (abaixo de quinze anos) residentes na área, condizente com o padrão em geral percebido na maior parte das estruturas demográficas conhecidas (tabela 2.6).

Na faixa de idade intermediária é interessante notar que apenas Telêmaco Borba registra número maior de mulheres do que de homens residentes, situação mais comumente observada em regiões com maior nível de urbanização. A superioridade numérica masculina no segmento etário em idade de trabalhar é encontrada, via de regra, em áreas rurais. No cômputo geral do território, prevalece o contingente masculino nesse intervalo etário.

Na faixa etária superior, que abrange a população considerada idosa, a tendência demográfica internacional é a de predomínio do número de mulheres, principalmente em decorrência dos efeitos da sobremortalidade masculina. Em outras palavras, entre os idosos, as mulheres detêm maiores probabilidades de sobrevivência do que os homens. No entanto, dentre os municípios do território Caminhos do Tibagi, apenas Telêmaco Borba evidencia esse padrão. Todos os demais apresentam larga superioridade masculina, com destaque para Ortigueira, Imbaú e Tibagi, fenômeno condizente com o perfil predominantemente rural dos municípios que compõem este território.

Após essa caracterização, é importante salientar que as disparidades nas estruturas etárias e de sexo observadas entre as distintas populações dos municípios, ou de grupos de municípios, além de constituírem o resultado dos efeitos combinados das respectivas histórias pregressas de evolução dos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração –, geram pressões de demanda diferenciadas sobre os serviços públicos de atendimento às necessidades básicas da população, especialmente no que se refere aos setores da educação e da saúde. Clarificá-las constitui, portanto, elemento relevante para a tarefa de planejamento.

TABELA 2.6 - POPULAÇÃO MASCULINA, FEMININA E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	GRUPO ETÁRIO								
	0 a 14 anos			15 a 64 anos			65 anos e +		
	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Curiúva	2 123	1 993	1,07	4 083	3 845	1,06	458	402	1,14
Figueira	1 438	1 352	1,06	2 853	2 830	1,01	298	267	1,12
Imbaú	1 598	1 472	1,09	3 001	2 794	1,07	337	272	1,24
Ortigueira	4 063	4 066	1,00	8 200	7 415	1,11	835	637	1,31
Reserva	4 135	3 919	1,06	7 574	7 014	1,08	708	627	1,13
Telêmaco Borba	9 079	9 040	1,00	19 401	20 380	0,95	1 534	1 804	0,85
Tibagi	3 200	3 094	1,03	5 747	5 346	1,08	571	476	1,20
Ventania	1 372	1 287	1,07	2 570	2 360	1,09	230	205	1,12
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	27 008	26 223	1,03	53 429	51 984	1,03	4 971	4 690	1,06

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A razão de sexo expressa o número de homens observado na população em relação ao número de mulheres.

3 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

Esta seção busca dimensionar as condições de vida da população do território Caminhos do Tibagi por meio de indicadores sintéticos e variáveis socioeconômicas. Com isso, o diagnóstico do território investiga e traz para a discussão um conjunto de dados e informações que apontam para os avanços alcançados e para as fragilidades a serem superadas.

3.1 INDICADORES SINTÉTICOS

3.1.1 Desenvolvimento Humano

O uso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁵ em análises socioeconômicas é relevante pela possibilidade de expor desigualdades entre estruturas político-administrativas e por permitir comparações que contribuem para a gestão pública.

Os municípios que integram o território Caminhos do Tibagi acompanharam o movimento de variação positiva do indicador no período 1991-2000 que, de modo geral, abrangeu os municípios brasileiros. No entanto, esse movimento não foi suficiente para melhor posicionar esse conjunto de municípios em relação à média estadual. Mesmo Telêmaco Borba, que registra o índice mais elevado do território (0,767), encontra-se distante da média estadual (0,787). Todos os demais situam-se inclusive abaixo da média brasileira (0,766) – tabela 3.1.

TABELA 3.1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, *RANKING* E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES RENDA, EDUCAÇÃO E LONGEVIDADE, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	IDH-M 1991	IDH-M 2000	<i>RANKING</i> ESTADUAL IDH-M 2000	VARIAÇÃO (%)			
				<i>Ranking</i> 1991-2000	Índice de renda <i>per capita</i> 1991/2000	Índice de Longevidade 1991/ 2000	Índice de Educação 1991/2000
Curiúva	0,581	0,675	380°	0	13,2	17,5	17,7
Figueira	0,614	0,711	296°	-42	6,2	17,0	23,5
Imbaú	0,571	0,646	395°	9	11,0	12,7	15,4
Ortigueira	0,528	0,620	399°	-	6,6	16,7	29,1
Reserva	0,551	0,646	396°	2	16,2	21,1	14,7
Telêmaco Borba	0,704	0,767	97°	37	6,6	12,7	8,0
Tibagi	0,597	0,686	369°	4	15,0	10,6	18,5
Ventania	0,586	0,665	390°	11	17,5	1,1	26,0

FONTE: PNDU/ IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A variação entre o patamar máximo e mínimo do IDH-M expressa a desigualdade social neste território. Enquanto Telêmaco Borba ocupa a 97ª posição no *ranking* dos 399

⁵ Elaborado pelo PNUD-ONU, é um índice construído com o objetivo de medir o desenvolvimento humano a partir dos componentes educação, saúde e renda. Para uma síntese do detalhamento da construção do IDH-M, ver PNUD (2003) e IPARDES (2003b).

municípios paranaenses, todos os outros municípios ocupam posições bastante desfavoráveis, destacando-se Ortigueira no limite extremo desse *ranking*.

Muitas vezes os avanços socioeconômicos não se refletiram em conquista de melhor posição no *ranking* estadual. Nesse sentido, vale citar Imbaú, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania, que, embora tenham melhorado seus indicadores, perderam posição relativa.

Os componentes do IDH-M Esperança de Vida ao Nascer, Taxa de Alfabetização de Adultos, Taxa de Frequência Escolar (pessoas de 7 a 22 anos de idade) e Renda *per Capita* refletem mudanças sociais com desempenhos diferentes nos vários municípios. De modo geral, no território, assim como no Estado, os ganhos do IDH-M tiveram forte influência de investimentos na área da educação, que registrou, em seus índices, variações percentuais mais elevadas, comparativamente àquelas verificadas para os índices de saúde e de renda. Enquanto para o componente educação os municípios em geral apresentaram ganhos, nas outras áreas o município de Reserva destacou-se em saúde e renda, e os municípios de Ventania, Tibagi e Curiúva apresentaram ganhos mais significativos somente em renda.

3.1.2 Famílias Pobres

Entre os vários indicadores que quantificam e qualificam a situação de pobreza, a renda familiar constitui um referencial analítico capaz de expressar aspectos da privação humana relacionados às necessidades básicas insatisfeitas. Neste estudo, esse limiar está relacionado à renda familiar *per capita* até meio salário mínimo.⁶

O total de famílias pobres no território Caminhos do Tibagi, em 2000, era de 17.097, ou seja, 35,1% do total de famílias, indicador bastante superior à média paranaense, de 20,9%. De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, que chegaram a alcançar mais que o dobro da média estadual (tabela 3.2).

TABELA 3.2 - TOTAL DE FAMÍLIAS E DE FAMÍLIAS POBRES, DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS	FAMÍLIAS POBRES						TAXA DE POBREZA (%)
		Situação de domicílio						
		Urbano		Rural		TOTAL (Abs.)		
		Abs.	%	Abs.	%			
Curiúva	3 720	728	45,4	875	54,6	1 603	43,1	
Figueira	2 768	822	85,8	136	14,2	958	34,6	
Imbaú	2 805	639	51,8	594	48,2	1 233	44,0	
Ortigueira	7 093	984	26,8	2 685	73,2	3 669	51,7	
Reserva	6 558	921	29,6	2 194	70,4	3 116	47,5	
Telêmaco Borba	18 435	3 822	96,0	161	4,0	3 983	21,6	
Tibagi	5 121	753	42,0	1 039	58,0	1 792	35,0	
Ventania	2 218	472	63,5	271	36,5	743	33,5	
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	48 718	9 141	39,1	7 955	60,9	17 097	35,1	
PARANÁ	2 824 283	395 344	67,1	194 076	32,9	589 420	20,9	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

⁶ Critério adotado no estudo Famílias Pobres no Estado do Paraná (IPARDES, 2003a).

A condição urbana do município de Telêmaco Borba, inversamente aos demais municípios, contribui para a concentração de famílias pobres na área urbana. A forte presença de municípios com predominância de população rural contribuiu para a maior concentração de famílias pobres nessas áreas. Com grandes proporções, destacam-se Ortigueira e Reserva, nos quais mais de 70% das famílias pobres eram rurais.

As elevadas taxas de pobreza das famílias rurais não revelam a parcela dos ganhos familiares resultantes da produção para o consumo próprio. De qualquer modo, essa parcela possivelmente não representa acréscimo significativo, capaz de alterar o quadro de carências sociais dessas famílias, considerando a fragilidade das condições de produção em geral.

3.1.3 Desigualdade de Renda

Uma medida clássica de mensuração da desigualdade de renda é a razão entre a renda média domiciliar *per capita* dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres.

No Brasil, essa medida indicou que a renda média *per capita* dos mais ricos, em 1991, era 30 vezes maior, com aumento, na década, para 33 vezes, determinada pela maior velocidade de ganho dos 10% mais ricos. A renda média *per capita* dos 40% mais pobres passou de R\$ 38,58, em 1991, para R\$ 47,26, em 2000. A renda média *per capita* dos 10% mais ricos, por sua vez, cresceu de R\$ 1.174,20 para R\$ 1.556,24. Nessa evolução, a variação percentual, respectivamente de 22,5% e 32,5%, confirma o maior ganho do grupo de maior renda (tabela 3.3).

TABELA 3.3 - RAZÃO ENTRE A RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E 40% MAIS POBRES E VALORES DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* MÉDIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	RAZÃO ENTRE A RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E DOS 40% MAIS POBRES		RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MÉDIA DOS 40% MAIS POBRES (R\$ de 2000)		RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS (R\$ de 2000)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Curiúva	15	15	25,40	38,46	371,84	557,58
Figueira	14	17	44,97	45,99	635,14	772,24
Imbaú	20	22	24,29	31,10	489,73	675,55
Ortigueira	14	19	27,96	26,92	387,80	512,27
Reserva	15	24	25,14	29,68	364,62	724,52
Telêmaco Borba	15	20	59,77	67,59	889,98	1 336,56
Tibagi	16	21	27,85	36,86	438,75	761,00
Ventania	11	19	32,10	44,48	368,79	852,84
MÉDIA TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	15	20	33,44	40,12	493,33	774,07
PARANÁ	23	24	48,16	66,92	1 090,75	1 595,38
BRASIL	30	33	38,58	47,26	1 174,20	1 556,24

FONTE: IPEA/IPEADATA

No Paraná, a renda média *per capita* dos mais ricos, em 1991, era 23 vezes maior, com pequeno aumento, na década, para 24 vezes, determinada também pela maior velocidade de ganho dos 10% mais ricos. A renda média *per capita* dos 40% mais pobres manteve-se mais elevada que a brasileira, passando de R\$ 48,16, em 1991, para R\$ 66,92, em 2000. Por sua vez, a renda média *per capita* dos 10% mais ricos alcança a renda média *per capita* brasileira em 2000, passando de R\$ 1.090,75 para R\$ 1.595,38. Nessa evolução, a variação percentual foi superior às médias nacionais, 38,9% e 46,2%, respectivamente, para os segmentos mais pobres e mais ricos.

No território Caminhos do Tibagi, a dinâmica econômica também favoreceu a renda dos 10% mais ricos. Em 1991, a razão entre os extremos era de 15, bem abaixo da média estadual. Em 2000, esse indicador era de 20, ainda inferior à média do Estado. O aumento da desigualdade foi generalizado no território, à exceção de Curiúva, que manteve o mesmo patamar (ver tabela 3.3).

É importante notar que essa medida de desigualdade se dá sobre uma base muito baixa de renda domiciliar *per capita* dos 40% mais pobres. Apesar dos ganhos verificados na década, em 2000 a maioria dos municípios não ultrapassava a média de renda domiciliar *per capita* de um terço do salário mínimo (R\$ 151,00), enquanto no topo da pirâmide os ganhos foram elevados e, em consequência, definiram valores substanciais com variações de 15 a 22 na razão de desigualdade.

Nenhum município do território registrou níveis de desigualdade mais elevados que a média estadual. Entre os municípios que apresentam maior desigualdade no ano de 2000 estão Reserva, Imbaú e Tibagi. Inversamente, Curiúva e Figueira situam-se como os menos desiguais em termos de renda, mas, ainda assim, a razão da menor desigualdade é expressiva (ver tabela 3.3).

Em síntese, comparativamente ao Brasil, no Paraná o segmento de menor renda obteve acréscimos que podem ser considerados substanciais e que contribuíram para amenizar os níveis de desigualdade. Por sua vez, no território, ainda que tenham ocorrido acréscimos, à exceção de Telêmaco Borba, na grande maioria dos municípios o segmento de menor renda permanece com média *per capita* bastante inferior à paranaense e mesmo à brasileira. Esse resultado, com exceção de Telêmaco Borba, não é diferente para o segmento mais rico, que apresenta médias de ganho muito abaixo do Paraná e do Brasil, o que revela a trajetória de dificuldades associadas à dinâmica regional.

3.1.4 Trabalho Infante-Juvenil

A presença do trabalho infante-juvenil⁷ é mais um forte indicativo das dificuldades socioeconômicas das famílias que dependem da contribuição do trabalho ou da renda de seus filhos (IPARDES, 2007). A condição de uma ocupação precoce pressupõe que esse

⁷ Informações extraídas do documento *Mapa do Trabalho infante-juvenil no Paraná* (IPARDES, 2007).

segmento se encontra comprometido com obrigações que, de modo geral, o penalizam pelos riscos à saúde, pela perda de oportunidade de investimentos na formação e, sobretudo, pela supressão da infância como momento fundamental para atender à integralidade do seu desenvolvimento humano.

No território Caminhos do Tibagi, segundo dados do IBGE de 2000, encontravam-se ocupados 5.117 trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos – 18,2% do total desse grupo etário, percentual superior à média estadual (16,9%). Assim como para o Estado, nesse conjunto predominam os adolescentes de 14 a 17 anos (tabela 3.4).

No âmbito dos municípios, a proporção de crianças de 10 a 13 anos que trabalham chega a atingir 15,8% em Reserva, e, para o grupo de 14 a 17 anos, a proporção dos ocupados é superior a 30% em mais da metade dos municípios.

Dentre os ocupados entre 10 e 17 anos de idade nos municípios do território, Reserva concentra 28,1% desses trabalhadores; Ortigueira, 22,5%; e Ventania, 22,4%. O maior número registrado em Telêmaco Borba está associado à dimensão populacional desse município, uma vez que os ocupados, em relação ao total do grupo etário, atingem 11,8%, percentual abaixo da média do território e do Estado.

De modo geral, a grande maioria das crianças encontra-se ocupada em atividades agrossilvopastoris. Nos municípios de Ortigueira e Reserva sobressai a ocupação no cultivo do milho, enquanto nos demais encontram-se distribuídas em diferentes atividades desse setor de acordo com o cultivo predominante no município. Em termos de atividades urbanas, a distribuição é relativamente esparsa, à exceção da ocupação em serviços domésticos. O município de Telêmaco Borba diferencia-se por apresentar esse grupo de ocupados igualmente distribuído entre atividades urbanas e rurais.

Entre os adolescentes, a inserção no setor urbano é bem mais acentuada, destacadamente em Telêmaco Borba. Esse setor integra as atividades tradicionais de comércio, serviços e serviços domésticos. Acompanhando a pauta da região, vários municípios deste território destacam-se por apresentar trabalho infanto-juvenil na atividade da madeira, particularmente no município de Ventania. Quanto às atividades agrossilvopastoris, também sobressai o trabalho dos adolescentes no cultivo de milho, com elevada concentração nos municípios de Ortigueira e Reserva.

Vale observar, ainda, que em função das características produtivas regionais, paralelamente à silvicultura há uma forte produção de carvão, em especial no município de Telêmaco Borba. Essa atividade, preocupante pelas elevadas condições de riscos, reconhecidamente incorpora um elevado número de trabalhadores infanto-juvenis.

TABELA 3.4 - TOTAL DE PESSOAS E DE OCUPADOS, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS								
	TOTAL			Ocupados					
	10 a 17 anos	10 a 13 anos	14 a 17 anos	10 a 17 anos		10 a 13 anos		14 a 17 anos	
				Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Curiúva	2 245	1 084	1 161	391	17,4	65	6,0	326	28,0
Figueira	1 563	720	843	286	18,3	21	2,9	266	31,5
Imbaú	1 526	799	727	279	18,3	34	4,2	245	33,7
Ortigueira	4 335	2 101	2 234	974	22,5	241	11,5	733	32,8
Reserva	4 238	2 107	2 130	1 193	28,1	334	15,8	859	40,3
Telêmaco Borba	9 675	4 846	4 829	1 143	11,8	90	1,9	1 052	21,8
Tibagi	3 124	1 594	1 530	536	17,2	84	5,3	452	29,6
Ventania	1 415	642	772	316	22,4	36	5,6	281	36,3
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	28 120	13 893	14 227	5 117	18,2	904	6,5	4 213	29,6
PARANÁ	1 502 974	746 331	756 642	253 256	16,9	36 458	4,9	216 798	28,7

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

3.2 HABITABILIDADE

Este item busca traçar um quadro das condições mais gerais de habitação da população do território Caminhos do Tibagi. Para tanto, foram analisados indicadores de densidade por cômodo, infra-estrutura dos domicílios e déficit habitacional.

Observa-se que o percentual de domicílios com densidade superior a duas pessoas por cômodo⁸, em 2000, era superior à média nacional, que, por sua vez, era superior à média paranaense para a maioria dos municípios do território. Note-se que, a despeito de a maioria dos municípios ter evidenciado expressivos decréscimos nesse percentual entre 1991 e 2000, para este último ano analisado todos os municípios tiveram uma participação percentual superior à média estadual. A diminuição nos percentuais de inadequação pode ser verificada tanto para o Estado do Paraná quanto para o país (tabela 3.5).

TABELA 3.5 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM DENSIDADE SUPERIOR A DUAS PESSOAS POR CÔMODO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS (%)	
	1991	2000
Curiúva	31,3	21,8
Figueira	20,6	15,2
Imbaú	49,1	29,5
Ortigueira	41,5	26,1
Reserva	49,2	31,0
Telêmaco Borba	25,5	16,9
Tibagi	37,4	26,8
Ventania	36,5	25,8
PARANÁ	21,7	14,7
BRASIL	26,5	21,1

FONTES: PNUD/IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Os dados permitem destacar o município de Reserva como aquele que apresentou o maior percentual de inadequação para os dois anos analisados – 1991 e 2000 –, 49,2% e 31% respectivamente. Na posição inversa, o município de Figueira, em 2000, exibiu o menor percentual de inadequação, quando considerado o número de pessoas por cômodo, a saber: 15,2% (ver tabela 3.5).

A análise da infra-estrutura, associada às condições de habitação, adota o enfoque da inadequação e, portanto, da demanda, e tem como objetivo apontar as necessidades mais imediatas da população. Esse indicador foi construído a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000.

Foram considerados inadequados todos os domicílios particulares permanentes que não tinham água encanada em pelo menos um cômodo, independentemente da

⁸ Critério de adequação adotado pelo estudo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2003).

condição de acesso (rede geral, poço ou nascente). Também foram considerados inadequados quanto ao esgotamento sanitário os domicílios não ligados à rede geral de esgoto ou fossa séptica. Do mesmo modo, foram tomados como inadequados aqueles domicílios em que o lixo não é coletado e há ausência de energia elétrica.⁹

A análise das condições mais gerais de habitabilidade no território Caminhos do Tibagi deve considerar o fato de que a população encontrava-se, predominantemente, na zona urbana. As exceções ficam por conta do município de Ortigueira e Reserva, com 65,1% e 58,2%, respectivamente, da população domiciliada na zona rural.

Constata-se que a inadequação no abastecimento de água na área urbana registrou maiores percentuais para os municípios de Reserva, com 11,8%, seguido por Ventania, com 9,8%, Tibagi, com 8,6%, e Imbaú, com 7,2%, sendo que a média do território Caminhos do Tibagi para a zona urbana foi de 2,9%. Na zona rural, os municípios que apresentaram os maiores percentuais de inadequação no abastecimento de água foram Reserva, com 32,2%; Ortigueira, com 21,8%; e Tibagi, com 19,6%, sendo que a média do território para a zona rural foi de 9,7%. Pode-se destacar os municípios de Telêmaco Borba e Figueira como aqueles que exibiram as menores taxas de inadequação no abastecimento de água dos domicílios rurais e urbanos (ver tabela 3.6).

No que se refere ao esgotamento sanitário, observa-se que a inadequação com os maiores percentuais na zona urbana são Ventania, com 99,4%; Curiúva, com 98,8%; e Imbaú, com 97,6%; e na zona rural, chama a atenção a magnitude da inadequação, atingindo quase a totalidade dos domicílios do território. Quanto ao destino do lixo, os domicílios localizados na zona urbana dos municípios de Ortigueira (13,9%), Reserva (11,7%) e Figueira (10,3%) apresentaram as piores taxas. Na zona urbana, o percentual médio de inadequação para a coleta de lixo no território foi de 3,0% (ver tabela 3.6).

Visto globalmente, o território apresentava uma significativa cobertura de acesso à energia elétrica, uma vez que, em 2000, 4,3% dos domicílios não tinham acesso a esse serviço. No entanto, observa-se que, para alguns municípios, o acesso à energia elétrica mostrava déficits expressivos, a exemplo dos municípios de Ortigueira, com 21,9%, e Reserva, com 17,6% (ver tabela 3.6).

⁹ Neste estudo foram adotados os seguintes parâmetros para a análise da infra-estrutura habitacional: domicílios particulares permanentes, construídos para servir exclusivamente à habitação e com finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Em relação ao acesso à água, foram considerados inadequados os domicílios urbanos abastecidos por: rede geral canalizada só na propriedade ou terreno; poço ou nascente (na propriedade) canalizada só na propriedade ou terreno; poço ou nascente (na propriedade) não canalizada; canalizada em pelo menos um cômodo; canalizada só na propriedade ou terreno; não canalizada. Os domicílios rurais inadequados são aqueles abastecidos por poço ou nascente (na propriedade) não canalizada; água canalizada só na propriedade ou terreno e água não canalizada. Quanto ao esgotamento sanitário, foram considerados inadequados: fossa rudimentar; vala; rio, lago ou mar; outro escoadouro; domicílios que não tinham banheiro ou sanitário. E, quanto ao destino do lixo, foram considerados inadequados: queimado (na propriedade); enterrado (na propriedade); jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; outro destino.

TABELA 3.6 - TOTAL DE DOMICÍLIOS E PERCENTUAL DE INADEQUAÇÃO DE ÁGUA, ESGOTO, COLETA DE LIXO E ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS					DOMICÍLIOS INADEQUADOS (%)						
	TOTAL	Abs.		%		Água		Esgotamento		Lixo		Energia Elétrica
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
Curiúva	3 495	1 934	1 561	55,3	44,7	6,4	11,6	98,8	99,4	4,0	91,7	5,7
Figueira	2 599	2 215	384	85,2	14,8	4,4	5,5	79,3	98,4	10,3	79,3	2,6
Imbaú	2 621	1 549	1 072	59,1	40,9	7,2	16,9	97,6	99,4	9,6	82,8	6,2
Ortigueira	6 754	2 356	4 398	34,9	65,1	5,9	21,8	71,4	98,3	13,9	93,7	21,9
Reserva	6 194	2 591	3 603	41,8	58,2	11,8	32,2	65,9	91,8	11,7	92,9	17,6
Telêmaco Borba	17 492	16 754	738	95,8	4,2	2,9	1,6	40,0	17,9	2,6	5,8	1,0
Tibagi	4 827	2 760	2 067	57,2	42,8	8,6	19,6	47,4	85,0	3,8	87,2	9,8
Ventania	2 107	1 436	671	68,2	31,8	9,8	16,8	99,4	96,6	6,7	85,0	8,5
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	46 089	31 595	14 494	68,6	31,4	2,9	9,7	31,3	41,9	3,0	39,8	4,3
Total de domicílios inadequados (abs.)	1 649	3 031	18 008	13 162	1 720	12 509	3 825
PARANÁ (abs.)	2 664 276	2 209 536	454 740	57 008	51 488	856 345	394 890	64 072	383 087	56 796

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

Segundo dados da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), vem ocorrendo uma expansão significativa no total de consumidores residenciais desse serviço no território, destacando-se os municípios de Reserva, Ventania, Curiúva e Tibagi, todos com expressivos percentuais (tabela 3.7).

TABELA 3.7 - CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1996/2006

MUNICÍPIO	CONSUMIDORES						
	TOTAL			Variação			
	1996	2000	2006	1996/2000		2000/2006	
				Abs.	%	Abs.	%
Curiúva	1 521	2 061	2 920	540	35,5	859	41,7
Figueira	2 240	2 232	2 436	-8	-0,4	204	9,1
Imbaú	-	1 885	2 144	-	-	259	13,7
Ortigueira	2 054	2 493	3 239	439	21,4	746	29,9
Reserva	2 320	2 608	3 834	288	12,4	1 226	47,0
Telêmaco Borba	15 991	15 892	18 947	-99	-0,6	3 055	19,2
Tibagi	2 443	2 447	3 343	4	0,2	896	36,6
Ventania	1 198	1 345	1 957	147	12,3	612	45,5

FONTE: COPEL

O consumo de energia elétrica na zona rural também expandiu-se significativamente, podendo-se destacar os municípios de Reserva, Ventania, Curiúva, e Tibagi, cujo consumo cresceu no período considerado (2000/2006). Nesse caso, vale lembrar que o consumo elétrico na zona rural compreende tanto o consumo doméstico como o produtivo (tabela 3.8).

TABELA 3.8 - CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1996/2006

MUNICÍPIO	CONSUMIDORES						
	TOTAL			Variação			
	1996	2000	2006	1996/2000		2000/2006	
				Abs.	%	Abs.	%
Curiúva	784	891	895	107	13,7	4	0,5
Figueira	201	217	222	16	8,0	5	2,3
Imbaú	-	1 197	762	-	-	-435	-36,3
Ortigueira	1 423	1 734	2 331	311	21,9	597	34,4
Reserva	1 386	1 160	1 797	-226	-16,3	637	54,9
Telêmaco Borba	735	406	195	-329	-44,8	-211	-52,0
Tibagi	1 053	809	1 356	-244	-23,2	547	67,6
Ventania	418	512	592	94	22,5	80	15,6

FONTE: COPEL

O conceito de déficit habitacional está ligado diretamente ao conceito de deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas moradias sem condições de habitabilidade devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física.

A partir dos resultados, observou-se que o déficit para o Paraná representa 3,5% do total de domicílios do Estado. Tais números representam 169.227 do total de domicílios particulares permanentes existentes no Paraná para o ano de 2000. No âmbito territorial, o déficit habitacional absoluto era de 321 unidades.

Cabe notar, no entanto, que os maiores percentuais de déficit no território Caminhos do Tibagi concentravam-se nos municípios de Ortigueira, com 124, seguido por Tibagi e Reserva, com déficit de 60 e 59 unidades, respectivamente (tabela 3.9).

Comparando os resultados dos demais municípios do território com a média do déficit habitacional do Estado, todos os municípios encontravam-se numa situação relativamente mais favorável que a média do Estado (ver tabela 3.9).

TABELA 3.9 - POPULAÇÃO, TOTAL DE DOMICÍLIOS E DÉFICIT HABITACIONAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	DÉFICIT HABITACIONAL	
			Abs.	%
Curiúva	12 904	3 495	-	-
Figueira	9 038	2 595	5	0,2
Imbaú	9 474	2 621	17	0,6
Ortigueira	25 216	6 754	124	1,8
Reserva	23 977	6 194	59	1,0
Telêmaco Borba	61 238	17 492	37	0,2
Tibagi	18 434	4 827	60	1,2
Ventania	8 024	2 107	19	0,9
Caminhos do Tibagi	168 305	46 085	321	0,7
PARANÁ	9 563 458	4 875 645	169 227	3,5

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

3.3 SAÚDE

O perfil da saúde de uma população resulta do padrão demográfico que a caracteriza, bem como reflete o contexto socioeconômico-ambiental mais amplo em que ela se insere. Isso significa dizer que, no quadro das doenças e óbitos que afetam essa população, têm peso o grau de desenvolvimento e a abrangência do nível de bem-estar social.

Os dados relacionados a óbitos e a internações hospitalares, associados a outros indicadores, tais como a cobertura da rede de atenção básica e hospitalar, fornecem elementos necessários para o conhecimento da saúde da população, oferecendo subsídios para o planejamento das ações das políticas de atenção à saúde.

Um dos principais indicadores de qualidade de vida e assistência à saúde é o coeficiente de mortalidade infantil¹⁰. Porém, apesar da tendência continuada de declínio dos níveis de mortalidade infantil no país, ainda se observam profundas desigualdades sociais e espaciais.

Dos oito municípios que compõem o território Caminhos do Tibagi, dois deles apresentam os piores coeficientes de mortalidade infantil, muito acima da média do Estado (15,5 por mil nascidos vivos) e do território (20,5 por mil nascidos vivos). Estes municípios são: Reserva e Tibagi, cuja média para os três anos foi de 28,6 e 22,9 por mil nascidos vivos, respectivamente (tabela 3.10).

TABELA 3.10 - TOTAL DE NASCIDOS VIVOS, E TOTAL E COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL, INFANTIL TARDIA E INFANTIL DE MENORES DE 1 ANO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2003-2004-2005

MUNICÍPIO	TOTAL DE NASCIDOS VIVOS 2003-2004-2005	MORTALIDADE INFANTIL 2003-2004-2005					
		Neonatal (A)		Infantil Tardia (B)		Infantil com menos de 1 Ano (A+B)	
		Abs.	Coef./ 1 000 n.v.	Abs.	Coef./1 000 n.v.	Abs.	Coef./ 1 000 n.v.
Curiúva	739	11	14,9	4	5,4	15	20,3
Figueira	382	5	13,1	1	2,6	6	15,7
Imbaú	566	4	7,1	5	8,8	9	15,9
Ortigueira	1 211	14	11,6	6	5,0	20	16,5
Reserva	1 469	25	17,0	17	11,6	42	28,6
Telêmaco Borba	3 440	46	13,4	21	6,1	67	19,5
Tibagi	1 050	17	16,2	7	6,7	24	22,9
Ventania	592	7	11,8	4	6,8	11	18,6
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	9 449	129	13,7	65	6,9	194	20,5
PARANÁ	483 948	5 162	10,67	2 353	4,86	7 515	15,53

FONTES: SESA/ISEP/CIDS - Departamento de Sistemas de Informação em Saúde, SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade; SINASC - Sistema de Informação de Nascidos Vivos

NOTA: Dados calculados pelo IPARDES.

Vale lembrar que as mortes infantis incidem, principalmente, no grupo de causas das afecções originadas no período perinatal¹¹, que são transtornos específicos do feto ou recém-nascido ocorridos no período perinatal. É preciso assinalar que em áreas sociais deprimidas parcelas expressivas desse conjunto de óbitos poderiam ser evitadas se os serviços básicos de atendimento à saúde da mulher no período da gestação fossem mais eficientes. Outra parcela da mortalidade infantil decorre das doenças infecto-parasitárias, também incluídas no rol das causas evitáveis, causadas pela desnutrição e pelas precárias

¹⁰ O coeficiente de mortalidade infantil, o coeficiente de mortalidade neonatal (mortes entre nascidos vivos durante os primeiros 28 dias completos de vida) e o coeficiente de mortalidade infantil tardia (mortes entre nascidos vivos de 1 a 11 meses completos de vida) foram calculados pela média dos anos de 2003, 2004 e 2005.

¹¹ O período perinatal começa com 22 semanas completas (154 dias) de gestação (época em que o peso de nascimento é normalmente de 500 g) e termina com sete dias completos após o nascimento.

condições habitacionais, de saneamento básico e de padrão de vida das famílias dessas crianças.

A análise do padrão de morbimortalidade segundo grupos de causas sinaliza alguns pontos de pressão de demanda sobre áreas específicas do sistema público de atendimento à saúde. Nesse sentido, observa-se que o perfil das causas de óbitos se diferencia, em maior ou menor grau, daquele resultante das demandas por internações hospitalares, mostrando, de forma geral, a aparente complexidade que envolve esse setor.

No que se refere ao quadro de mortalidade¹², os óbitos decorrentes das doenças do aparelho circulatório predominam como primeira causa em todos os oito municípios do território, sendo que nos municípios de Figueira, Reserva, Curiúva e Imbaú as proporções são bastante superiores às do Estado (32,2%) e do território (34,9%), todas acima de 40%.

As causas externas de morbidade e mortalidade (mortes violentas)¹³ aparecem como segunda principal *causa mortis* do território (13%), bem como nos municípios de Imbaú, Reserva, Telêmaco Borba, Ventania e Ortigueira, sendo que nesse último município o grupo é responsável por 16,8% das mortes ocorridas no período analisado. As causas externas aparecem como terceiro principal grupo em três dos oito municípios do território Caminhos do Tibagi: Curiúva, Figueira e Tibagi (ver Apêndice – tabela A.3.1).

As neoplasias (tumores) predominam como segundo ou terceiro principal grupo de causa em todos os municípios do território, sendo que em Tibagi esse grupo foi responsável por 18,9% das mortes ocorridas no município, proporção superior à apresentada pelo Estado (ver Apêndice – tabela A.3.1).

Cabe destacar que nos municípios de Ortigueira e Ventania o grupo dos sintomas, sinais e achados anormais (causas mal definidas)¹⁴ aparece como terceira principal causa dos óbitos ocorridos. Esse grupo constitui um importante indicador do grau de eficiência/ineficiência do setor, ao sinalizar problemas no preenchimento dos atestados de óbitos, no sistema de informações e na estrutura da rede de assistência à saúde, comprometendo a análise da real estrutura de causas de mortalidade da população (ver Apêndice – tabela A.3.1).

Os dados de morbidade hospitalar¹⁵ servem para orientar as ações de vigilância em saúde, acompanhar as mudanças nos fatores condicionantes do processo saúde-

¹² Os dados de mortalidade foram calculados pela média dos óbitos dos anos de 2003, 2004 e 2005.

¹³ As causas externas de morbidade e de mortalidade são: acidentes de transporte; quedas; afogamentos e submersões acidentais; exposição à fumaça, ao fogo e às chamas; envenenamento acidental por exposição a substâncias nocivas; lesões autoprovocadas voluntariamente; agressões; eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada; intervenções legais e operações de guerra; todas as outras causas externas.

¹⁴ As causas "mal definidas" são: senilidade; morte sem assistência médica; restante de sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratórios não classificados em outra parte.

¹⁵ A morbidade hospitalar foi calculada a partir da média mensal das internações hospitalares do SUS ocorridas durante o ano de 2006.

doença, orientar o planejamento de ações e recomendar medidas para prevenção e controle das doenças.

Entre as demandas hospitalares na rede pública ou conveniada do SUS, no território Caminhos do Tibagi, destacam-se as internações decorrentes das doenças do aparelho respiratório, aparecendo como primeira causa nos municípios de Imbaú, Ortigueira e Reserva, todos com proporções acima da apontada no território (25,2%). Esse mesmo grupo é apontado como segunda causa de internações hospitalares nos municípios de Figueira, Telêmaco Borba e Tibagi e, como terceira causa, em Curiúva e Ventania (tabela 3.11).

As doenças do aparelho circulatório verificam-se como segundo principal grupo de internações hospitalares no território Caminhos do Tibagi, sendo que nos municípios de Curiúva, Figueira e Telêmaco Borba, destacam-se como principal grupo, apontando proporções bastante acima do encontrado no território (ver tabela 3.11).

As internações hospitalares decorrentes da gravidez, parto e puerpério são verificadas em todos os oito municípios do território, destacando-se como principal grupo de causa nos municípios de Tibagi e Ventania, aparecendo como segunda causa em Curiúva, sendo que em cinco municípios as internações decorrentes desse grupo apontam proporções acima das médias encontradas no Estado e no território (ver tabela 3.11).

Os dados referentes à rede hospitalar do SUS (DATASUS, julho de 2003) mostram, de modo geral, que a oferta de serviços médicos e de leitos hospitalares encontra-se mais concentrada no município de Telêmaco Borba, somando 46,6% dos leitos hospitalares disponíveis no território Caminhos do Tibagi.

Neste território existem sete hospitais, sendo que dois deles encontram-se em Ortigueira e o restante está distribuído entre os demais municípios. Os 343 leitos hospitalares existentes nos oito municípios do território estão distribuídos entre leitos de clínica médica (44%), leitos de pediatria (22,2%), leitos cirúrgicos (17,8%) e leitos obstétricos (15,4%). Vale lembrar que até o período analisado o território não possuía absolutamente nenhum leito de UTI, nem mesmo em Telêmaco Borba, que concentra quase a metade dos leitos do território e em apenas um único hospital (tabela 3.12).

A rede ambulatorial (DATASUS, julho de 2003) do território Caminhos do Tibagi é composta por 103 unidades, com destaque para os centros de saúde, postos de saúde, consultórios, ambulatórios e unidades de vigilância sanitária que, juntas, somam 89%. Os municípios de Reserva, Ortigueira, Telêmaco Borba e Tibagi concentram mais de 75% das unidades da rede ambulatorial do território (tabela 3.13).

TABELA 3.11 - NÚMERO TOTAL E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES DO SUS, SEGUNDO OS GRUPOS DE CAUSAS (CID-10) E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	INTERNAÇÕES HOSPITALARES																					
	Doenças Infeciosas e Parasitárias		Neoplasias		Doenças Sangue Org. Hemat. e Transtornos Imunitários		Doenças Endócrinas Nutricionais e Met.		Transtornos Mentais e Comportamentais		Doenças do Sistema Nervoso		Doenças do Olho e Anexos		Doenças do Ouvido e Apófise		Doenças do Aparelho Circulatório		Doenças do Aparelho Respiratório		Doenças do Aparelho Digestivo	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Curiúva	35	3,5	29	2,9	9	0,9	8	0,8	9	0,9	2	0,2	3	0,3	-	0,0	287	28,3	189	18,6	53	5,2
Figueira	48	8,0	26	4,3	3	0,5	18	3,0	22	3,6	6	1,0	-	0,0	2	0,3	167	27,7	112	18,6	37	6,1
Imbaú	55	5,4	17	1,7	3	0,3	20	2,0	21	2,1	6	0,6	1	0,1	-	0,0	245	24,3	287	28,4	31	3,1
Ortigueira	193	7,3	55	2,1	2	0,1	61	2,3	60	2,3	22	0,8	5	0,2	-	0,0	364	13,7	799	30,0	258	9,7
Reserva	186	9,4	31	1,6	10	0,5	7	0,4	19	1,0	24	1,2	3	0,2	2	0,1	398	20,0	705	35,4	142	7,1
Telêmaco Borba	285	5,5	199	3,8	13	0,2	84	1,6	116	2,2	35	0,7	9	0,2	3	0,1	1 447	27,8	1 151	22,1	291	5,6
Tibagi	68	5,5	32	2,6	7	0,6	23	1,9	10	0,8	14	1,1	2	0,2	-	0,0	215	17,4	276	22,3	81	6,5
Ventania	24	3,8	29	4,6	-	0,0	8	1,3	8	1,3	8	1,3	3	0,5	1	0,2	128	20,3	106	16,9	51	8,1
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	894	6,2	418	2,9	47	0,3	229	1,6	265	1,8	117	0,8	26	0,2	8	0,1	3 251	22,6	3 625	25,2	944	6,6
PARANÁ	48 713	6,72	45 700	6,30	4 593	0,63	16 278	2,24	31 616	4,36	12 728	1,75	2 619	0,36	1 197	0,17	92 931	12,81	129 471	17,85	60 320	8,32

MUNICÍPIOS	INTERNAÇÕES HOSPITALARES																					
	Doenças da Pele e Tecido Subcutâneo		Doenças do Sistema Ósteo-muscular e Tecido Conj.		Doenças do Ap. Geniturinário		Gravidez, Parto e Puerpério		Algumas Afec. Origin. Per. Perinatal		Malf. Cong. Deform. e Anom. Cromos.		Sint. Sinais e Achados Anormais		Lesões e Envenenamentos		Causas Externas de Morb. e Mort.		Contatos com Serviços de Saúde		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Curiúva	11	1,1	9	0,9	74	7,3	226	22,3	3	0,3	9	0,9	5	0,5	48	4,7	-	-	5	0,5	1 014	100,0
Figueira	3	0,5	14	2,3	39	6,5	49	8,1	10	1,7	6	1,0	5	0,8	36	6,0	-	-	-	0,0	603	100,0
Imbaú	15	1,5	9	0,9	31	3,1	196	19,4	13	1,3	2	0,2	10	1,0	45	4,5	-	-	3	0,3	1 010	100,0
Ortigueira	45	1,7	26	1,0	182	6,8	329	12,4	107	4,0	9	0,3	15	0,6	124	4,7	-	-	6	0,2	2 662	100,0
Reserva	8	0,4	21	1,1	81	4,1	222	11,2	13	0,7	8	0,4	14	0,7	70	3,5	-	-	25	1,3	1 989	100,0
Telêmaco Borba	58	1,1	63	1,2	112	2,1	891	17,1	71	1,4	28	0,5	32	0,6	270	5,2	-	-	53	1,0	5 211	100,0
Tibagi	16	1,3	46	3,7	57	4,6	307	24,8	17	1,4	7	0,6	3	0,2	53	4,3	1	0,1	4	0,3	1 239	100,0
Ventania	6	1,0	11	1,7	30	4,8	147	23,4	4	0,6	12	1,9	3	0,5	49	7,8	-	-	1	0,2	629	100,0
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	162	1,1	199	1,4	606	4,2	2 367	16,5	238	1,7	81	0,6	87	0,6	695	4,8	1	0,0	97	0,7	14 357	100,0
PARANÁ	9 518	1,31	18 929	2,61	41 250	5,69	116 531	16,06	9 957	1,37	5 658	0,78	7 715	1,06	53 693	7,40	49	0,01	15 968	2,20	725 434	100,00

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 3.12 - NÚMERO DE HOSPITAIS E OFERTA DE LEITOS HOSPITALARES VINCULADOS À REDE DO SUS, SEGUNDO ESPECIALIDADES MÉDICAS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - JUL 2003

MUNICÍPIO	LEITOS HOSPITALARES (por mil habitantes)	NÚMERO DE HOSPITAIS	LEITOS HOSPITALARES							TOTAL LEITOS HOSPITALARES (INCLUSIVE LEITOS UTI)
			Leitos Cirúrgicos	Leitos Obstétricos	Leitos Pediatria	Leitos Clínica Médica	Outros Leitos Hospitalares ⁽¹⁾	Total Leitos Hospitalares (exclusive leitos UTI)	Leitos UTI	
Curiúva	1,3	1	1	5	5	7	18	36	-	36
Figueira	3,0	1	3	4	6	12	25	50	-	50
Ortigueira	2,6	2	6	10	12	32	60	120	-	120
Reserva	1,7	1	4	7	14	14	41	80	-	80
Telêmaco Borba	2,5	1	45	19	27	69	160	320	-	320
Tibagi	2,1	1	2	8	12	17	39	78	-	78
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	2,3	7	61	53	76	151	343	684	-	684
PARANÁ	2,8	475	5 078	4 268	5 183	8 534	5 456	28 519	772	29 291

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

(1) Leitos psiquiátricos; Leitos para cuidados prolongados; Leitos fisiologia; Leitos hospital/dia.

TABELA 3.13 - REDE AMBULATORIAL DO SUS, SEGUNDO TIPOS DE UNIDADES E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - JUL 2003

MUNICÍPIO	REDE AMBULATORIAL DO SUS												TOTAL
	Postos de Saúde	Centros de Saúde	Policlínicas	Ambulatórios de Unidade Hospitalar Geral	Pronto-Socorro Geral	Consultórios	Clínicas Especializadas	Outros Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia	Unidades Móveis Terrestres p/ atendimento Médico/odontológico	Farmácias para Dispensação de Medicamentos	Unidades de Saúde da Família	Unidades de Vigilância Sanitária	
Curiúva	-	5	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	8
Figueira	-	3	-	1	-	-	-	-	-	-	3	-	7
Imbaú	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	4
Ortigueira	-	16	-	2	-	1	-	1	-	-	-	1	21
Reserva	18	1	-	-	-	6	-	-	-	-	-	1	26
Telêmaco Borba	-	3	1	2	-	5	1	2	-	1	-	1	16
Tibagi	-	13	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	15
Ventania	-	4	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	6
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	18	47	1	7	1	13	1	3	1	1	3	7	103
PARANÁ	920	924	50	374	18	811	277	376	15	22	716	270	5 115

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

NOTA: Incluídos no total do Estado as seguintes unidades da rede ambulatorial do SUS: pronto socorro especializado, centro/núcleo de reabilitação psicossocial, unidade móvel terrestre para programas emergenciais e traumas, ambulatório de unidade hospitalar especializada, unidade mista, centro/ núcleo de reabilitação e unidade não especificada.

Outro aspecto importante a ser analisado é a capacidade estrutural da rede de atenção básica, atualmente focada na Estratégia de Saúde da Família (ESF), Estratégia de Saúde Bucal (ESB) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

Os municípios, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, em parceria com o Ministério da Saúde, que destina recursos financeiros para estimular a implantação das estratégias nacionais de reorganização do modelo de atenção à saúde.

Nesse contexto, há necessidade de participação permanente dos gestores da saúde, planejando, executando e avaliando se os objetivos e metas estão sendo alcançados dentro dos recursos e tempo previstos, uma vez que o modelo de gestão está diretamente ligado à melhoria dos indicadores básicos de saúde¹⁶.

A avaliação da cobertura da rede de assistência básica à saúde caracteriza-se, entre outros fatores, pela comparação entre o número de equipes de agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e de saúde bucal preconizado pelo Ministério da Saúde e o número de equipes realmente implantadas pelos municípios. Isso significa que, dependendo da organização e da vontade política dos gestores municipais, esse indicador pode até mesmo superar a meta de 100% de cobertura.

Entre os indicadores de acompanhamento da qualidade da atenção básica estão as taxas de cobertura populacional por equipes de agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e saúde bucal, coeficientes de mortalidade infantil/neonatal, e taxas de óbito e de internamento.

¹⁶ O Ministério da Saúde recomenda, para municípios maiores, o parâmetro de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para até 30 mil habitantes, localizada dentro do território pelo qual tem responsabilidade sanitária. Para UBS com Saúde da Família em grandes centros urbanos, recomenda-se a cobertura de 12 mil habitantes. No entanto, no caso dos municípios do território Caminhos do Tibagi, o recomendado é no mínimo uma UBS com saúde da família, e cobertura de uma equipe de saúde da família para cada 4.500 pessoas.

A implantação da estratégia da Saúde da Família, da Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é recomendada como uma possibilidade para a reorganização da Atenção Básica. Os municípios podem implantar as três estratégias em conjunto, ou, em determinadas áreas, implantar cada uma separadamente.

A equipe mínima multiprofissional da Estratégia da Saúde da Família é composta por médico, enfermeiro, cirurgião dentista, auxiliar de consultório dentário ou técnico em higiene dental, auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde.

Um grupo de até 30 ACS constitui uma equipe de ACS. A definição das microáreas sob responsabilidade de cada ACS não deve ser superior a 750 pessoas. O número de ACS por equipe de Saúde da Família não deve ser superior a 12 agentes.

A equipe da ESB modalidade 1 é composta por um cirurgião-dentista e auxiliar de consultório dentário. A equipe de ESB modalidade 2 é composta por no mínimo um cirurgião-dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico de higiene dental. Seu trabalho deve ser integrado a uma ou duas ESFs.

Segundo relatório do Ministério da Saúde (agosto, 2007), o município de Tibagi possui uma cobertura de 37,5% de equipes da ESF, e Ortigueira, uma cobertura de 40%. Pelos dados dos anos de 2003, 2004 e 2005, esses municípios apresentavam taxas de mortalidade infantil elevadas (Tibagi, 22,9/1000 nv; Ortigueira 16,5/1.000 nv – dados acima da média do Estado do Paraná, de 15,5/1.000 nv), enquanto os municípios de Ventania e Figueira, cuja cobertura de PSF, PACS é considerada satisfatória, acima de 60%, apresentavam-se entre as taxas mais baixas de mortalidade infantil deste território (tabela 3.14).

Os dados analisados indicam relação entre a maior ou menor adesão a programas de saúde básica e internamento, particularmente os registros ocasionados por doenças infecciosas e parasitárias, que estão relacionadas diretamente à qualidade da atenção primária à saúde (ver tabela 3.14).

Com relação à implantação da Estratégia de Saúde Bucal, ressalta-se o bom desempenho do município de Ventania (100%). A precariedade de dados na área de Saúde Bucal, bem como a baixa cobertura nos demais municípios do território, devem-se à recente destinação dos incentivos para implantação do referido programa.

Por fim, é importante lembrar a condição desafiadora para os gestores da saúde de acompanhar a evolução desses indicadores e organizar programas, projetos de estruturação de serviços, captação de recursos financeiros e qualificação de pessoal, promovendo uma gestão mais efetiva e equânime da saúde.

3.4 EDUCAÇÃO

A educação, assim como as outras dimensões analisadas, cumpre um importante papel no desenvolvimento, cabendo ao poder público garantir a educação pública a todos, num trabalho articulado entre as três esferas de governo.

No entanto, as informações disponíveis revelam, para o ano 2000, um número ainda elevado do analfabetismo na população de 15 anos e mais no território Caminhos do Tibagi. Enquanto a média estadual atinge 9,5%, os municípios que compõem o território apresentaram taxas superiores à média do Estado, sendo que o município de Telêmaco Borba apresentou posição próxima da média estadual (10,5%). De modo geral, a maior concentração de analfabetos está na área rural, padrão verificado para o Estado como um todo. O município de Telêmaco Borba apresentou taxas urbana e rural bem próximas, e o município de Ortigueira registrou a maior taxa de analfabetismo na zona rural (31,3%) - tabela 3.15.

TABELA 3.14 - COBERTURA DA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE, PROPOSTA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EFETIVADA PELOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	REDE DE ATENÇÃO BÁSICA												
		Agente Comunitário de Saúde			Equipes de Saúde da Família			Equipes de Saúde Bucal						
		Credencia- mento ⁽¹⁾	Cobertura ⁽⁴⁾	%	Credencia- mento ⁽²⁾	Cobertura ⁽⁴⁾	%	Credencia- mento ⁽³⁾	Cobertura ⁽⁴⁾					
									Cobertura Mod. I	%	Cobertura Mod. II	%	Cobertura Total	%
Curiúva	14 679	37	34	91,9	6	6	100,0	6	0	0,0	2	33,3	2	33,3
Figueira	8 634	22	15	68,2	4	3	75,0	4	0	0,0	1	25,0	1	25,0
Imbaú	9 978	25	8	32,0	4	2	50,0	4	1	25,0	1	25,0	1	50,0
Ortigueira	24 208	61	28	45,9	10	4	40,0	10	0	0,0	2	20,0	2	20,0
Reserva	24 092	60	60	100,0	10	7	70,0	10	5	50,0	0	0,0	5	50,0
Telêmaco Borba	24 092	60	60	100,0	10	7	70,0	10	5	50,0	0	0,0	5	50,0
Tibagi	20 093	50	48	96,0	8	3	37,5	8	0	0,0	0	0,0	0	0
Ventania	9 277	23	21	91,3	4	4	100,0	4	4	100,0	0	0,0	0	100,0
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	135 053	338	274	81,1	56	36	64,3	56	15	26,8	6	10,7	0	37,5
PARANÁ	10 288 081	25 723	11 137	43,3	4 292	1 572	37,0	4 292	622	14,5	353	8,2	975	22,8

FONTE: Ministério da Saúde - Relatório de Municípios credenciados ao PACS/ ESF/ Saúde Bucal até a competência agosto/2007

NOTA: ESB - Equipe de Saúde Bucal modalidade I (composta por cirurgião-dentista e auxiliar de consultório dental);

ESB - Equipe de Saúde Bucal modalidade II (composta por cirurgião-dentista, técnico de higiene dental e auxiliar consultório dental);

(1) Credenciamento ACS - Agente Comunitário de Saúde, preconizado pelo Ministério da Saúde;

(2) Credenciamento ESF - Equipe Saúde da Família, preconizado pelo Ministério da Saúde;

(3) Credenciamento ACS - Equipe Saúde Bucal, preconizado pelo Ministério da Saúde;

(4) Número de equipes implantadas pelo município.

TABELA 3.15 - POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS IDADES, TOTAL, TAXA DE ANALFABETOS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, DE ANALFABETOS FUNCIONAIS E NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS	TAXA DE ANALFABETOS (%)			TOTAL DE ANALFABETOS FUNCIONAIS ⁽¹⁾		NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS
		Taxa (%)			Abs.	Taxa (%)	
		TOTAL	Urbana	Rural			
Curiúva	8 788	21,0	18,6	23,8	4 002	45,5	4,1
Figueira	6 248	18,3	17,5	22,7	2 788	44,6	4,6
Imbaú	6 404	23,3	21,6	25,5	3 010	47,0	4,0
Ortigueira	17 087	27,8	20,9	31,3	8 863	51,9	3,7
Reserva	15 923	21,7	15,7	25,7	6 866	43,1	4,2
Telêmaco Borba	43 119	10,5	10,4	11,4	11 323	26,3	6,2
Tibagi	12 140	17,4	13,9	22,1	5 200	42,8	4,4
Ventania	5 365	20,6	17,6	26,8	2 082	38,8	4,4
Paraná	6 816 328	9,5	8,2	15,4	1 669 624	24,5	6,5

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP - Censo Escolar, Organizações das Nações Unidas

(1) São consideradas analfabetas funcionais as pessoas de 15 anos e mais de idade com menos de 4 anos de estudo (séries concluídas) - Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1999).

Como agravante dessa realidade tem-se o analfabetismo funcional, que se aplica à pessoa maior de quinze anos que possui escolaridade inferior a quatro anos de estudo ou que, mesmo tendo aprendido a ler e a escrever, não desenvolve a habilidade de elaboração e interpretação de textos. A taxa média de analfabetismo funcional estadual, em 2000, era de 24,5%. Os dados mostram que os municípios de Ortigueira, Imbaú e Curiúva possuíam aproximadamente metade da população na condição de analfabeta funcional (ver tabela 3.15).

O indicador do número médio de séries concluídas para a população de 15 anos e mais mostra o grau de escolaridade da população regional. A média de séries concluídas no Estado foi de 6,5 anos de estudo; já no território, a maior média atingida equivale a 6,1 em Telêmaco Borba. As médias registradas correspondem ao Ensino Fundamental incompleto. O município de Ortigueira registrou uma média inferior a quatro anos de estudos.

Os dados relativos ao número médio de séries concluídas apontam um quadro preocupante, pois, de modo geral, o segmento populacional analisado interrompe os estudos precocemente, no final da primeira etapa do Ensino Fundamental (ver tabela 3.15).

O indicador de freqüência à escola ou creche, no Estado, por parte das crianças de 0 a 3 anos, foi de 9,7%. No território, os municípios que apresentaram as taxas mais próximas ao Estado foram Figueira e Curiúva, seguido das taxas registradas pelos municípios de Telêmaco Borba e Tibagi (tabela 3.16).

TABELA 3.16 - TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE (%)					
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 22 anos	Mais de 22 anos
Curiúva	5,1	29,7	92,1	57,9	18,7	2,7
Figueira	7,1	44,4	92,9	68,1	26,3	3,7
Imbaú	2,0	45,7	90,0	48,8	18,1	2,3
Ortigueira	2,8	29,1	85,3	57,8	18,5	2,7
Reserva	2,4	27,3	85,9	48,4	6,9	2,8
Telêmaco Borba	4,3	58,2	94,5	73,5	29,7	6,8
Tibagi	4,1	32,5	88,5	56,9	13,3	2,2
Ventania	2,8	46,9	90,6	46,6	17,0	2,1
Paraná	9,7	53,3	95,7	73,1	33,5	6,0

FONTES: IBGE, Censo Demográfico (microdados), INEP - Censo Escolar, Organização das Nações Unidas

Para crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, correspondente à Pré-escola, a média estadual de frequência à escola era de 53,3%. O município de Telêmaco Borba ultrapassou esse percentual, e os municípios de Ventania, Imbaú e Figueira registraram as melhores taxas do território. Na outra ponta dessa realidade, os municípios de Curiúva, Ortigueira e Reserva apresentaram taxas de frequência à escola para crianças de 4 a 6 anos inferiores a 30%.

Com relação ao Ensino Fundamental, correspondente à faixa etária de escolarização obrigatória, de 7 a 14 anos, a média verificada no Estado, em 2000, equivalia a 95,7%, e mais uma vez o município que mais se aproximou à média estadual foi Telêmaco Borba. As menores taxas foram registradas nos municípios de Ortigueira, Reserva e Tibagi (ver tabela 3.16).

No que tange à frequência à escola por parte dos jovens de 15 a 17 anos, a média do Estado, em 2000, foi de 73,1%. No território Caminhos do Tibagi, apenas o município de Telêmaco Borba ultrapassou esse valor (73,5%). Na faixa etária analisada, as menores taxas de frequência à escola foram registradas nos municípios de Ventania, Reserva e Imbaú.

Com relação à frequência à escola por parte dos jovens de 18 a 22 anos, a situação analisada se repete, uma vez que o município que mais se aproximou da taxa estadual foi Telêmaco Borba (ver tabela 3.16).

Quanto à estrutura de serviços educacionais à disposição da população, os dados de 2005 indicam que no território Caminhos do Tibagi existem 28 estabelecimentos que atendem a crianças em creche, e na pré-escola são 67 os estabelecimentos municipais, os quais, somados aos estabelecimentos particulares, perfazem um total de 85 estabelecimentos pré-escolares. O número total de estabelecimentos de Ensino Fundamental é 223, sendo que 165 estão na rede municipal, e 48, na rede estadual. Com relação ao número de estabelecimentos de Ensino Médio, o território possui um total de 29 estabelecimentos, sendo 27 da rede estadual, e os demais, particulares. Verifica-se que todos os municípios do território ofertam os serviços de ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio (tabela 3.17).

TABELA 3.17 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR NÍVEL, DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E PARTICULAR, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ – 2005

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO							
	TOTAL DE CRECHES	Pré-escola		Ensino Fundamental			Ensino Médio	
		Total ⁽¹⁾	Rede municipal	Total ⁽¹⁾	Rede estadual	Rede municipal	Total ⁽¹⁾	Rede estadual
Curiúva	1	6	5	12	5	7	2	2
Figueira	1	5	5	9	3	6	1	1
Imbaú	1	7	6	8	2	5	1	1
Ortigueira	4	11	10	65	10	54	5	5
Reserva	2	6	5	65	7	58	2	2
Telêmaco Borba	14	41	29	45	15	22	12	10
Tibagi	3	6	4	12	4	8	4	4
Ventania	2	3	3	7	2	5	2	2
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	28	85	67	223	48	165	29	27
PARANÁ	2 216	4 633	3 211	6 373	1 839	3 809	1 454	1 134

FONTE: INEP

(1) Inclui estabelecimentos públicos e privados.

Sustenta-se a generalização da municipalização das matrículas do primeiro segmento do Ensino Fundamental (1.^a a 4.^a série), bem como a oferta de serviços de Educação Infantil por meio de creches e pré-escola no território Caminhos do Tibagi; e o segundo segmento do Ensino Fundamental (5.^a a 8.^a série), Ensino Médio e Profissionalizante fica sob a responsabilidade da esfera estadual.

Com relação ao aproveitamento escolar dos estudantes, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB), obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino, ou seja, 4.^a e 8.^a séries do Ensino Fundamental e 3.^o ano do Ensino Médio, com informações sobre rendimento escolar (aprovação)¹⁷.

Os melhores índices do IDEB na educação fundamental nos anos iniciais da rede municipal, para o território Caminhos do Tibagi, foram de Telêmaco Borba, Figueira, Imbaú e Tibagi, que estavam próximos à média estadual, a qual correspondia ao índice de 4,4. No Paraná, o maior índice registrado em um município foi de 6,0, e o menor, de 1,2.

Com relação ao Ensino Fundamental, nos anos finais, atendidos pela rede estadual, Figueira e Reserva apresentaram índice médio acima do estadual. O município de Curiúva manteve o mesmo índice do Estado (3,3%), e os outros municípios ficaram abaixo da média estadual. Os municípios de Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania chamam a atenção por registrarem índice de 2,9, valor próximo ao menor índice do Estado (2,1) – tabela 3.18.

¹⁷ A definição e o método utilizado para a construção do IDEB encontram-se na publicação Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (FERNANDES, 2007).

Quanto à taxa média de aprovação nos anos iniciais na educação fundamental da rede municipal, Telêmaco Borba apresenta a melhor taxa (89,5%); enquanto Curiúva e Ortigueira obtiveram as menores taxas de aprovação (77,2% e 77,8%, respectivamente). Quanto aos anos finais do Ensino Fundamental, da rede estadual, as melhores taxas foram registradas nos municípios de Reserva, Figueira e Ortigueira (ver tabela 3.18).

TABELA 3.18 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NOS ANOS INICIAIS E FINAIS E TAXA DE APROVAÇÃO MÉDIA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	ENSINO FUNDAMENTAL			
	IDEB		Taxa de Aprovação Média (%)	
	Rede municipal (anos iniciais)	Rede estadual (anos finais)	Rede municipal (anos iniciais)	Rede estadual (anos finais)
Curiúva	3,6	3,3	77,2	70,2
Figueira	4,2	3,7	87,6	79,9
Imbaú	4,0	3,2	87,6	74,1
Ortigueira	3,4	3,1	77,8	71,7
Reserva	3,7	3,5	81,6	84,4
Telêmaco Borba	4,2	2,9	89,5	68,3
Tibagi	4,0	2,9	80,8	70,3
Ventania	3,4	2,9	81,1	69,3
Paraná	4,4	3,3

FONTE: INEP

NOTAS: O IDEB foi calculado a partir da base corrigida da Prova Brasil (2005). Ver nota explicativa em: www.inep.gov.br/basica/saeb/prova_brasil/

Os municípios do Paraná apresentam a maior taxa de aprovação na rede municipal (anos iniciais) de 100%, e a menor em 24,4%; na rede estadual (anos finais), a maior é de 98,4%, e a menor, de 49,2%.

3.5 PROGRAMAS SOCIAIS E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Este tópico visa informar de que forma os moradores do território Caminhos do Tibagi são atendidos pelos diversos programas sociais e de transferência de renda. De início, é importante destacar que os recursos desses programas têm origem tanto no Governo Estadual como no Federal.

Nessa perspectiva, faz-se, a seguir, um breve relato dos programas desenvolvidos pelo Governo Estadual e analisam-se dados sobre os beneficiários desses programas.

O Programa Luz Fraterna é um programa social que isenta de pagamento a conta de luz dos domicílios que consomem até 100 kWh de eletricidade por mês. Para poder participar do Programa, além de atender ao requisito do limite de consumo, o domicílio deve ter ligação de luz monofásica, pertencer à subclasse residencial de baixa renda e estar cadastrado no Programa Social da COPEL ou ser beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal (como Bolsa-Família ou Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás).

No território de Ortigueira, são 9.399 os domicílios beneficiários do Programa Luz Fraterna, e cerca de um quarto desses domicílios está situado na zona rural. As maiores

participações de beneficiários em áreas rurais são encontradas em Ortigueira, Tibagi e Curiúva, onde cerca de 40% dos domicílios atendidos encontram-se na zona rural. Já em Figueira e Telêmaco Borba, poucos domicílios beneficiados pelo Programa são rurais.

Do total de domicílios atendidos pelo Programa no território, a maior concentração é encontrada em Telêmaco Borba, com cerca de 37% do total de domicílios atendidos. São expressivas também as participações dos municípios de Ortigueira, Reserva e Tibagi (entre 10 e 15%). O município que apresenta a menor participação no total de domicílios beneficiados pelo Programa no território é Ventania, com apenas 5,4% dos domicílios atendidos (tabela 3.19).

TABELA 3.19 - BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA LUZ FRATERNA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - AGO 2005

MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS				
	TOTAL		Situação de Domicílio		
	Abs.	%	Urbana	Rural	
				Abs.	%
Curiúva	699	7,4	438	258	37,1
Figueira	671	7,1	630	41	6,1
Imbaú	582	6,2	410	172	29,6
Ortigueira	1 368	14,6	836	532	38,9
Reserva	1 205	12,8	815	390	32,4
Telêmaco Borba	3 503	37,3	3 459	44	1,3
Tibagi	862	9,2	533	329	38,2
Ventania	512	5,4	391	121	23,6
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	9 399	100,0	7 512	1 887	20,1

FONTE: SETP, COPEL

A Tarifa Social da Água é um benefício de redução do pagamento da conta da água para famílias residentes em imóveis com área construída de até 70 m² e que tenham renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de no máximo dois salários mínimos por família, vigente na data de solicitação do benefício. Além disso, o consumo mensal de água deverá ser de até 10 m³ (sendo o valor da tarifa social fixado em R\$ 5,00).

São 8.969 os domicílios atendidos pelo Programa Tarifa Social da Água no território Caminhos do Tibagi, e cerca de um terço deles pode ser encontrado no município de Telêmaco Borba, seguido dos municípios de Ortigueira e Reserva, que concentram 15,4% e 13,2%, respectivamente, dos domicílios atendidos pelo Programa no território.

Tomando como meta de atendimento o número de famílias pobres urbanas identificadas pelo Censo Demográfico de 2000, verifica-se que, no conjunto do território, 98% da meta já foi atendida. Em alguns municípios essa meta foi até mesmo ultrapassada.¹⁸

¹⁸ Há três hipóteses para a superação da meta: 1) dada a valorização do salário mínimo, nem sempre acompanhada pelo crescimento da renda familiar, um número maior de famílias passou a se enquadrar no Programa; 2) famílias com até três membros e com renda de até 2 s.m. podem não ser enquadradas como pobres pelo critério de meio s.m. de renda *per capita*, mas são elegíveis pelo programa; 3) há um problema de extravasamento do Programa, atendendo a outros grupos sociais.

Apenas os municípios de Telêmaco Borba, Figueira e Curiúva apresentam um percentual de atendimento da meta inferior a 90% (tabela 3.20).

TABELA 3.20 - ECONOMIAS CADASTRADAS NO PROGRAMA TARIFA SOCIAL DE ÁGUA E TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E PARTICIPAÇÃO DAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - JUL 2007

MUNICÍPIO	ECONOMIAS CADASTRADAS		FAMÍLIAS POBRES ⁽¹⁾	
	Abs.	Participação (%)	Total em 2000	Atendidas pelo Programa em relação à previsão inicial (%)
Curiúva	623	6,9	728	85,6
Figueira	708	7,9	822	86,1
Imbaú	673	7,5	639	105,3
Ortigueira	1 381	15,4	984	140,3
Reserva	1 181	13,2	921	128,2
Telêmaco Borba	3 189	35,6	3 822	83,4
Tibagi	761	8,5	753	101,1
Ventania	453	5,1	472	96,0
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	8 969	100,0	9 141	98,1
PARANÁ	334 111		358 659	93,2

FONTE: SANEPAR

(1) Estimativa do número de famílias pobres urbanas, com base no Censo Demográfico em 2000, calculada pelo IPARDES, correspondente à previsão inicial do Programa.

O Programa Leite das Crianças é destinado à diminuição da desnutrição, sendo prioritário o atendimento a crianças de 6 a 36 meses de idade, pertencentes a famílias com renda média *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo, por meio da distribuição de leite fluido pasteurizado, com teor mínimo de gordura de 3% e enriquecido com ferro e vitaminas A e D.

No território Caminhos do Tibagi são atendidas 4.707 crianças, concentradas principalmente em Telêmaco Borba, que representa cerca de 28% das crianças atendidas em todo o território. Segue-se o município de Reserva, que representa 16,1% das crianças atendidas nos municípios do território; Tibagi, com 14%; e Ortigueira, com cerca de 12%. Os demais municípios do território representam menos de 10% do total.

Confrontando-se o número de crianças beneficiadas com as metas previstas inicialmente para cada município, verifica-se que, no território, a meta ainda não foi atingida, com um déficit de cerca de 3,4%. Porém, observa-se que em mais de 50% dos municípios do território Caminhos do Tibagi o atendimento superou as metas. As maiores defasagens são observadas em Ortigueira e Reserva (tabela 3.21).

TABELA 3.21 - CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS E ESTIMATIVA DE CRIANÇAS EM FAMÍLIAS POBRES E PARTICIPAÇÃO DAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - JUL 2007

MUNICÍPIO	CRIANÇAS ATENDIDAS		CRIANÇAS EM FAMÍLIAS POBRES	
	Abs.	Partic. (%)	Estimativa em 2000 ⁽¹⁾	Defasagem em relação à previsão inicial ⁽¹⁾ (%)
Curiúva	472	10,0	462	2,2
Figueira	255	5,4	206	23,8
Imbaú	354	7,5	277	27,8
Ortigueira	543	11,5	979	-44,5
Reserva	760	16,1	943	-19,4
Telêmaco Borba	1 313	27,9	1 213	8,2
Tibagi	600	14,0	555	18,9
Ventania	350	7,4	240	45,8
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	4 707	100,0	4 875	-3,4
PARANÁ	170 893		157 853	8,3

FONTES: SEAB, IBGE - Censo Demográfico

(1) Estimativa do número de crianças em famílias pobres com base no Censo Demográfico 2000, calculada pelo IPARDES e CEDEPLAR, correspondente à previsão inicial do Programa.

Convém lembrar que, para todas essas relações estabelecidas com base na população registrada no Censo Demográfico de 2000, os resultados preliminares da Contagem Populacional feita pelo IBGE em 2007 estão indicando taxas anuais negativas ou de baixo crescimento populacional no período 2000-2007, para todos os municípios do território, com exceção de Ventania, cujo crescimento está próximo de 4%.

Dentre os programas do Governo Federal destaca-se, por sua abrangência, o Bolsa-Família, um programa de transferência de renda que concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 120,00 e R\$ 60,00, respectivamente. O Bolsa-Família está reunindo todos os benefícios sociais (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio-Gás) do Governo Federal num único programa. No território Caminhos do Tibagi praticamente 98% dos benefícios repassados correspondem ao Bolsa-Família. No conjunto dos municípios do território há uma concentração de beneficiários em Telêmaco Borba, Ortigueira e Reserva, que são também os municípios mais populosos. Ainda há um pequeno número de beneficiários remanescentes do Auxílio-Gás (404) e do Bolsa-Escola (nove) nos municípios do território.

Por outro lado, é possível ter como referência de meta a ser atingida por esses programas o número total de famílias pobres identificado pelo Censo Demográfico 2000 para os municípios do território. Confrontando essa meta com o número de atendimentos do Bolsa-Família (ao qual foram incorporados os beneficiários do Vale-Gás, do Bolsa-Escola e do Bolsa-Alimentação), verifica-se que, no território, atingiu-se 77% da meta, enquanto no Estado atingiu-se 80%. Dois municípios se destacam com um percentual de atendimento da meta superior ao do Estado: Telêmaco Borba (104,6%) e Ventania (95,4%). No extremo oposto,

com índices inferiores ao do território, encontram-se Curiúva (55%), Reserva (62%), Imbaú (71%), Ortigueira (72%), Figueira (73%) e Tibagi (75%) – tabela 3.22.

TABELA 3.22 - TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES ⁽¹⁾ 2000	FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA ⁽²⁾	
		TOTAL	% em Relação à Previsão Inicial
Curiúva	1 603	890	55,5
Figueira	958	703	73,4
Imbaú	1 233	869	70,5
Ortigueira	3 669	2 634	71,8
Reserva	3 116	1 931	62,0
Telêmaco Borba	3 983	4 166	104,6
Tibagi	1 792	1 338	74,7
Ventania	743	709	95,4
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	17 097	13 240	77,4
PARANÁ	589 428	471 482	80,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Estimativa do total de famílias pobres, com base no Censo Demográfico em 2000, calculada pelo IPARDES, correspondente à previsão inicial do Programa.

(2) Inclui também o Bolsa Escola, o Vale-Gás e o Bolsa-Alimentação.

O Programa Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano do Governo Federal é uma ação de assistência social destinada a jovens entre 15 e 17 anos, visando ao desenvolvimento pessoal social e comunitário. Proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado. O valor do benefício é de R\$ 65,00, e no território Caminhos do Tibagi apenas o município de Curiúva trabalha com esse benefício, atendendo a nove jovens.

Outro importante programa de transferência direta de renda do Governo Federal é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), destinado a famílias de crianças e adolescentes (entre 7 e 15 anos) envolvidos no trabalho precoce. O objetivo é erradicar as chamadas piores formas de trabalho infantil no país, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los freqüentar a jornada ampliada. Famílias cujas crianças exercem atividades típicas da área urbana têm direito à bolsa mensal no valor de R\$ 40,00 por criança. As que exercem atividades típicas da área rural recebem R\$ 25,00 ao mês, para cada criança cadastrada.¹⁹ No território Caminhos do Tibagi são distribuídos 111 benefícios, atendendo à maioria dos municípios. Apenas Ortigueira, Telêmaco Borba e Tibagi não participam do PETI (tabela 3.23).

¹⁹ O Ministério de Desenvolvimento Social considera como área urbana somente capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes.

TABELA 3.23 - NÚMERO E VALOR DE BENEFÍCIOS SOCIAIS, SEGUNDO TIPO DE PAGAMENTO DISPONIBILIZADO E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	BENEFÍCIOS										TOTAL DISPONIBILIZADO			
	Agente jovem		Auxílio-Gás		Bolsa-Escola		Bolsa-Família		PETI ⁽¹⁾		Abs.	%	R\$	%
	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)				
Curiúva	9	585,00	8	120,00	-	-	882	52.673,00	4	185,00	903	6,8	53.563,00	6,5
Figueira	-	-	13	195,00	5	75,00	685	46.259,00	24	1.145,00	727	5,4	47.674,00	5,8
Imbaú	-	-	8	120,00	-	-	861	55.720,00	3	100,00	872	6,5	55.940,00	6,8
Ortigueira	-	-	36	540,00	-	-	2.598	181.368,00	-	-	2.634	19,7	181.908,00	22,2
Reserva	-	-	24	360,00	1	30,00	1.906	120.792,00	57	2960,00	1.988	14,9	124.142,00	15,1
Telêmaco Borba	-	-	241	3.615,00	2	30,00	3.923	220.444,00	-	-	4.166	31,2	224.089,00	27,3
Tibagi	-	-	41	615,00	-	-	1.297	86.688,00	-	-	1.338	10,0	87.303,00	10,6
Ventania	-	-	33	495,00	1	15,00	675	44.783,00	23	1.075,00	732	5,5	46.368,00	5,6
TERRITÓRIO DE CAMINHOS DO TIBAGI	9	585,00	404	6 060,00	9	150,00	12.827	808.727,00	111	5.465,00	13.360	100,0	820.987,00	100,0
PARANÁ	1 490	96 850,00	14 763	221 445,00	400	7 560,00	456 310	29 494 727,00	6 953	326 465,00	479 991	-	30 150 482,00	-

FONTE: SETP

(1) PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

(2) PCA - Programa Cartão Alimentação.

De forma complementar a esse conjunto de programas tem-se o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, que não apenas estimula o produtor, mas também atende a instituições e populações necessitadas. Esse Programa é coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Programa foi implantado no Paraná em 2004, no entanto o acesso da população do território Caminhos do Tibagi ocorreu em 2006 com baixa adesão – apenas dois municípios acessaram o Programa, apesar da relevância dessa política pública para a segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

Em 2006, o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar contribuiu para a alimentação de 3.445 pessoas (consumidores finais), além de beneficiar 34 famílias de agricultores. O recurso aplicado no território foi de R\$ 60.000,00 (tabela 3.24).

TABELA 3.24 - NÚMERO DE ENTIDADES, FAMÍLIAS E PESSOAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR E VALOR TOTAL ACESSADO, POR MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	PROGRAMA COMPRA DIRETA			
	Valor Total do Projeto (R\$)	N.º de Entidades Beneficiadas	N.º de Pessoas Beneficiadas	N.º de Famílias Beneficiadas ⁽¹⁾
Curiúva	30 000,00	10	2 085	13
Figueira	30 000,00	9	1 360	21
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	60 000,00	19	3 445	34
PARANÁ	10 630 738,20	1 997	791 907	5 666

FONTE: SETP - Programa Compra Direta da Agricultura Familiar

NOTA: Dados obtidos no banco de dados.

(1) Famílias beneficiadas na condição de fornecedoras de produtos.

3.6 SÍNTESE DAS CONDIÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI

Com a finalidade de sintetizar as análises feitas nos tópicos precedentes, procedeu-se a uma hierarquização dos municípios do território segundo alguns indicadores sociais selecionados das análises anteriores (quadro 3.1). Cada um desses indicadores foi numerado de 1 a 7, de acordo com seu valor, considerando-se o 1 como a situação mais favorável e o 7 como a mais desfavorável.

Por meio do quadro 3.1, pode-se observar a hierarquização dos municípios de acordo com o valor do conjunto de indicadores, ordenados da melhor situação para a pior, com base na soma de seus valores posicionais. Para facilitar a análise, utilizaram-se quatro cores, que representam, na escala de 1 a 7, quatro grupos de situações: mais favorável, favorável, desfavorável e mais desfavorável, de tal forma que a simples observação das cores obtidas pelo município já revela sua situação social.

Em termos das condições sociais dos municípios, quanto menor a pontuação em cada categoria, melhor a situação relativa do município.

Complementarmente a essa análise, a tabela 3.25 apresenta o mesmo conjunto de indicadores, com seus valores originais, comparados às respectivas médias estaduais, indicando-se, para cada município, se a sua situação é mais favorável ou mais desfavorável do que a média do Estado.

QUADRO 3.1 - POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS

Municípios	Indicadores												
	IDHM (2000)	Taxa de pobreza (2000)	Desigualdade de renda (2000)	IDEB rede municipal (2005)	IDEB rede estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005)	Cobertura de PSF (ago. 2007)	Inadequação o água urbana (2000)	Inadequação o água rural (2000)	Inadequação o esgoto urbano (2000)	Inadequação o esgoto rural (2000)	Inadequação o lixo urbano (2000)	Inadequação o lixo rural (2000)
Telêmaco Borba	1	1	5	1	6	5	4	1	1	1	1	1	1
Figueira	2	3	2	1	1	1	3	2	2	5	6	6	2
Imbaú	6	6	7	3	4	2	6	5	5	6	7	5	3
Ventania	5	2	3	7	6	4	1	7	4	8	4	4	4
Tibagi	3	4	6	3	6	7	8	6	6	2	2	2	5
Curiúva	4	5	1	6	3	6	1	4	3	7	7	3	6
Reserva	6	7	8	5	2	8	4	8	8	3	3	7	7
Ortigueira	8	8	3	7	5	3	7	3	7	4	5	8	8

FONTES: PNUD, IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP, MINISTÉRIO DA SAÚDE/DATASUS

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

LEGENDA

	e		muito favorável
	e		favorável
	e		desfavorável
	e		muito desfavorável

TABELA 3.25 - POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS - PARANÁ

MUNICÍPIO	INDICADORES SOCIAIS												
	IDH-M (2000)	Taxa de Pobreza (2000) (%)	Desigualdade de Renda (2000)	IDEB - Rede Municipal (2005)	IDEB - Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005) (%)	Cobertura de PSF (Ago. 2007) (%)	Inadequação Água Urbana (2000) (%)	Inadequação Água Rural (2000) (%)	Inadequação Esgoto Urbano (2000) (%)	Inadequação Esgoto Rural (2000) (%)	Inadequação Lixo Urbano (2000) (%)	Inadequação Lixo Rural (2000) (%)
Curiúva	0,581	43,1	15	3,6	3,3	20,3	100,0	6,4	11,6	98,8	99,4	4,0	91,7
Figueira	0,614	34,6	17	4,2	3,7	15,7	75,0	4,4	5,5	79,3	98,4	10,3	79,2
Imbaú	0,571	44,0	22	4,0	3,2	15,9	50,0	7,2	16,9	97,6	99,4	9,6	82,8
Ortigueira	0,528	51,7	19	3,4	3,1	16,5	40,0	5,9	21,8	71,4	98,3	13,9	93,7
Reserva	0,551	47,5	24	3,7	3,5	28,6	70,0	11,8	32,2	65,9	91,8	11,7	92,9
Telêmaco Borba	0,704	21,6	20	4,2	2,9	19,5	70,0	2,9	1,6	40,0	17,9	2,6	5,8
Tibagi	0,597	35,0	21	4,0	2,9	22,9	37,5	8,6	19,5	47,4	85,0	3,8	87,2
Ventania	0,581	33,5	19	3,4	2,9	18,6	100,0	9,7	16,8	99,4	96,6	6,7	84,2
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	37,0	2,6	11,3	38,8	86,8	2,9	84,4

FONTES: PNUD, IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP, Ministério da Saúde/DATASUS

NOTAS: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Os dados em azul e em vermelho representam, respectivamente, as situações mais favoráveis e mais desfavoráveis em relação à média do Estado para cada indicador.

3.7 TURISMO E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A grande diversidade de paisagens e costumes e as características da sua população, formada por descendentes de diversas etnias, tornam o Paraná um potencial atrativo turístico. Sabe-se que o turismo, em seus diversos tipos, possui elevada capacidade de gerar empregos, renda e divisas. A Secretaria de Estado do Turismo (SETU) classifica-o em 10 tipos²⁰: ecoturismo, aventura, rural, histórico-cultural, técnico, sol e praia, esportivo, religioso, negócios e eventos, saúde.

O território Caminhos do Tibagi apresenta poucas opções turísticas. Dos oito municípios que compõem o território, apenas Telêmaco Borba e Tibagi exploram algum tipo de turismo (ecoturismo). Os demais municípios têm apenas a festa do santo padroeiro (quadro 3.2).

QUADRO 3.2 - TIPOS DE TURISMO QUE OCORREM NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	TIPO DE TURISMO ⁽¹⁾	OBSERVAÇÃO
Curiúva	• Religioso	• Festa do Divino Espírito Santo
Figueira	• Religioso	• Festa do Bom Jesus
Imbaú	• Religioso	• Festa de São José
Ortigueira	• Religioso	• Festa de São Sebastião
Reserva	• Religioso	• Festa do Menino Jesus
Telêmaco Borba	• Ecoturismo • Religioso	• <i>Rafting</i> , canoagem Rio Tibagi • Festa de N ^a Sra. Perpétuo Socorro
Tibagi	• Ecoturismo • Religioso	• Parque <i>Klabin</i> ; Harmonia • Festa de N ^a Sra. dos Remédios
Ventania	• Religioso	• Festa de São Roque

FONTE: SETU/Paraná Turismo - Banco de dados da pesquisa CPT

(1) A classificação do tipo de turismo que se realiza nos municípios obedece a critérios de acessibilidade definidos pela SETU.

Quatro municípios (Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania) contam com órgão municipal de turismo, e apenas em um município (Tibagi) há um conselho municipal de turismo.

A Secretaria de Estado da Cultura realizou, em 2006, um inventário cultural dos municípios do Paraná. Esse levantamento registrou as instalações disponíveis à cultura, de acesso irrestrito à população em geral. Foram considerados equipamentos culturais "[...] os espaços que se destinam à produção, guarda, gestão e exibição de produtos culturais dos mais diversos gêneros. Tanto aqueles de produção denominada erudita, quanto popular" (PARANÁ, 2007b).

O levantamento sobre as instalações disponíveis à cultura no território Caminhos do Tibagi constatou pouca presença de equipamentos culturais em seus municípios. O total

²⁰ No quadro A.3.1, em apêndice, encontram-se listados os tipos de turismo e as principais atividades ligadas a cada um.

de 26 equipamentos culturais encontrados no território equivale a 1,2% dos equipamentos existentes no Paraná (tabela 3.26).

No território Caminhos do Tibagi não há cinemas nem arquivo ou centro de pesquisa. Telêmaco Borba e Tibagi são os municípios que apresentam os maiores números relativos de equipamentos culturais do território – cerca de 65%. São, também, os únicos municípios do território que possuem centro cultural. Todos os municípios, com exceção de Ventania, possuem apenas uma biblioteca, e esse é o único equipamento cultural existente em Figueira e Imbaú. Ventania possui registrado somente um ginásio de esportes.

Sabe-se que a existência de equipamentos culturais desacompanhada de uma política cultural pouco acrescenta para viabilizar a construção de uma identidade cultural, bem como para a manutenção e divulgação do patrimônio imaterial. Portanto, a ausência desses equipamentos é um elemento a mais para a manutenção da desigualdade no acesso à cultura e ao lazer.

TABELA 3.26 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	EQUIPAMENTOS CULTURAIS											TOTAL		
	Anfiteatro e Auditório	Arquivo e Centro de Pesquisa	Biblioteca	Casa de Cultura, Centro Cultural e Casa da Memória	Cinema e Cineteatro	Sala de Cinema	Concha Acústica e Coreto	Museu	Galeria de Arte e Sala Exposição	Teatro	Outros ⁽¹⁾	Abs.	%	
Curiúva	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	7,7
Figueira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,8
Imbaú	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,8
Ortigueira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	7,7
Reserva	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	7,7
Telêmaco Borba	1	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	3	8	30,8
Tibagi	-	-	1	1	-	-	-	2	1	1	3	9	34,6	
Ventania	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3,8
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	1	-	7	2	-	-	1	3	1	1	10	26	(2)1,2	
PARANÁ	256	34	483	179	56	111	65	145	104	73	578	415		

FONTE: SEEC - Inventário Cultural do Paraná - Programa Paraná da Gente

(1) Estão incluídos equipamentos originalmente destinados a outras atividades, mas que eventualmente são utilizados para atividades culturais; ginásio e estádios, parques de exposição, salões paroquiais e praças públicas.

(2) Refere-se à participação do território Caminhos do Tibagi no total do Estado.

4 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

Essa seção apresenta dados e indicadores que procuram traduzir a realidade econômica do território Caminhos do Tibagi.

Para cumprir esse objetivo, foram analisadas variáveis relativas à evolução da estrutura produtiva e de emprego, à caracterização setorial das atividades, aos meios e instrumentos de intervenção e à infra-estrutura, e, por último, fez-se uma análise das perspectivas econômicas territoriais.

4.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E EMPREGO

4.1.1 PIB total e PIB *per capita*

O Produto Interno Bruto (PIB) do território Caminhos do Tibagi totalizou R\$ 1,5 bilhão em 2004, em valores correntes, correspondendo a 1,4% do PIB do Estado (tabela 4.1). No período recente, o peso relativo da região no produto paranaense vem apresentando estabilidade, indicando crescimento próximo ao da média do Estado.

TABELA 4.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1999-2004

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ mil)		PARTICIPAÇÃO A/B (%)
	Caminhos do Tibagi (A)	Paraná (B)	
1999	846 329	61 723 959	1,4
2000	894 510	65 968 713	1,4
2001	952 818	72 770 350	1,3
2002	1 100 597	81 449 312	1,4
2003	1 525 522	98 999 740	1,5
2004	1 545 210	108 698 901	1,4

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTAS: Valor adicionado + impostos – *dummy* financeiro = produto interno bruto.

PIB a preços correntes.

A manutenção da representatividade econômica do território pode ser atribuída, em grande medida, à evolução da produção da agropecuária, segmento que vem registrando resultados superiores aos dos ramos industrial e de serviços. Conseqüentemente, a participação relativa do setor primário no PIB territorial apresenta tendência ascendente no período recente, com salto de 26,5% em 1999 para 38,1% em 2004, o que levou à redução da representatividade da indústria (de 35,9% para 30,4%) e dos serviços (de 37,6% para 31,5%) – tabela 4.2.

TABELA 4.2 - VALOR ADICIONADO SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1999/2004

SETOR	VALOR ADICIONADO			
	1999		2004	
	R\$ mil	Part. (%)	R\$ mil	Part. (%)
Agropecuária	203 734	26,5	553 617	38,1
Indústria	276 163	35,9	441 160	30,4
Serviços	288 899	37,6	456 843	31,5
TOTAL	768 795	100,0	1 451 620	100,0

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTAS: Valor adicionado + impostos – *dummy* financeiro = produto interno bruto.

Valor adicionado a preços correntes.

O bom desempenho do setor agropecuário reflete sobremaneira o crescimento das culturas de feijão, trigo, milho e soja, cujas quantidades produzidas avançaram, respectivamente, 116,6%, 97,2%, 74,4% e 70,3% no período 1999-2004. Tais números comprovam a limitada reversão do incremento produtivo da agricultura local em ganhos sociais, por conta da acentuação do caráter concentrador das modernas atividades rurais e do insuficiente desenvolvimento na região de segmentos manufatureiros e de serviços ligados ao setor primário.

Entre os municípios que integram o território, verifica-se que Reserva, Tibagi e Ventania vêm mostrando participações crescentes no PIB do território, em contraposição ao declínio dos pesos relativos de Curiúva, Figueira, Imbaú e Telêmaco Borba. O significativo avanço do município de Tibagi é resultado principalmente da expansão da renda agropecuária, enquanto a pronunciada queda da importância relativa de Telêmaco Borba decorre da moderada performance dos setores secundário e terciário, predominantes na estrutura produtiva municipal (tabela 4.3).

TABELA 4.3 - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1999/2004

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	1999		2004	
	R\$ mil	Part. (%)	R\$ mil	Part. (%)
Curiúva	36 039	4,3	63 826	4,1
Figueira	25 042	3,0	32 198	2,1
Imbaú	23 713	2,8	35 308	2,3
Ortigueira	91 201	10,8	166 327	10,8
Reserva	69 693	8,2	168 642	10,9
Telêmaco Borba	428 579	50,6	683 968	44,3
Tibagi	134 155	15,9	302 410	19,6
Ventania	37 906	4,5	92 530	6,0
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	846 329	100,0	1 545 210	100,0

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: PIB a preços correntes.

Já em relação ao PIB *per capita*, observa-se que, à exceção de Tibagi e Telêmaco Borba, os municípios do território apresentam números inferiores à média do Paraná. Os casos mais críticos são Figueira e Imbaú, cujos valores da renda *per capita* não ultrapassaram a marca de R\$ 4 mil no exercício de 2004 (tabela 4.4).

TABELA 4.4 - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL *PER CAPITA*, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1999/2004

MUNICÍPIO	PIB <i>PER CAPITA</i> (R\$)	
	1999	2004
Curiúva	2 803	4 515
Figueira	2 744	3 677
Imbaú	2 705	3 600
Ortigueira	2 846	6 918
Reserva	3 154	7 034
Telêmaco Borba	7 458	10 807
Tibagi	6 947	15 533
Ventania	4 687	10 412
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	4 986	8 965
PARANÁ	6 489	10 725

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: PIB *per capita* a preços correntes.

4.1.2 Ocupação e Renda

A análise sobre a estrutura do mercado de trabalho apresenta-se em dois níveis. O primeiro envolve a totalidade do mercado de trabalho, compreendendo o conjunto de pessoas inseridas em ocupações formais/informais ou desempregadas, ou seja, a População Economicamente Ativa (PEA), fundamentada em indicadores construídos a partir dos dados do Censo Demográfico do ano de 2000. O segundo nível concentra-se apenas no mercado formal, destacando-se sua evolução no período recente (2000-2007), por meio da análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

4.1.2.1 Indicadores gerais

Um importante indicador²¹ sobre o mercado de trabalho procura relacionar a População em Idade Ativa (PIA), que compreende as pessoas com dez anos e mais de idade, com a PEA, constituída de pessoas com dez anos e mais de idade, inseridas ou em busca de inserção no mercado de trabalho.

No território Caminhos do Tibagi, em 2000, do total de 132.765 pessoas com dez anos e mais de idade, 51,9% eram consideradas economicamente ativas, pois exerciam alguma atividade ou estavam buscando inserir-se no mercado de trabalho, por meio da procura de emprego (tabela 4.5).

²¹ Trata-se da taxa de participação, que indica a pressão por participação no mercado de trabalho.

TABELA 4.5 - PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE - PIA										
	TOTAL	Distribuição por sexo		Condição de atividade na semana de referência e sexo							
		Homens (%)	Mulheres (%)	Economicamente ativas - PEA				Não-economicamente ativas - PNEA			
				Total		Homens (%)	Mulheres (%)	Total		Homens (%)	Mulheres (%)
				Abs.	%			Abs.	%		
Curiúva	10 228	51,6	48,4	5 023	49,1	36,5	12,6	5 205	50,9	15,1	35,8
Figueira	7 224	50,8	49,2	3 832	53,0	36,5	16,5	3 392	47,0	14,3	32,7
Imbaú	7 371	51,9	48,1	3 746	50,8	36,4	14,4	3 625	49,2	15,5	33,7
Ortigueira	19 831	52,7	47,3	10 114	51,0	34,8	16,2	9 717	49,0	17,9	31,1
Reserva	18 589	51,8	48,2	9 900	53,3	36,6	16,6	8 689	46,7	15,2	31,5
Telêmaco Borba	49 153	48,7	51,3	25 176	51,2	33,7	17,5	23 977	48,8	15,0	33,8
Tibagi	14 140	51,9	48,1	7 827	55,4	39,2	16,1	6 313	44,6	12,6	32,0
Ventania	6 229	52,6	47,4	3 232	51,9	38,1	13,8	2 997	48,1	14,5	33,6
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	132 765	50,8	49,2	68 850	51,9	35,6	16,3	63 915	48,1	15,2	33,0
PARANÁ	7 753 440	49,2	50,8	4 651 850	60,0	36,2	23,8	3 101 592	40,0	13,0	27,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

A condição de atividade nos municípios do território indica Tibagi, Reserva e Figueira como os que exibem os maiores percentuais de pessoas incluídas na PEA: 55,4%, 53,3%, e 53%, respectivamente, embora todos esses percentuais estejam abaixo da média do Estado, em torno de 60%. O menor percentual foi verificado em Curiúva (49,1%).

Quanto à participação por sexo, observa-se que os homens constituem, em todos os municípios, a maioria da PIA e da PEA, enquanto as mulheres predominam entre as pessoas não-economicamente ativas, apresentando, em todos os municípios, percentuais superiores à média do Estado.

O setor agropecuário concentra a maior parte das ocupações do território (35,1%). Para corroborar essa elevada representatividade, destaque-se que em cinco municípios o emprego nesse setor representa mais de 40% do total das ocupações municipais (tabela 4.6).

TABELA 4.6 - TOTAL DE OCUPAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE OCUPAÇÕES	SUBSETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA					
		Agropecuário	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Mal-definidos
Curiúva	4 418	44,5	15,7	6,1	11,4	21,8	0,6
Figueira	3 232	38,0	17,9	8,2	9,7	26,0	0,3
Imbaú	3 318	42,3	10,7	13,1	11,1	19,9	3,0
Ortigueira	8 961	60,2	4,9	6,7	6,3	20,8	1,0
Reserva	9 165	56,5	9,3	5,0	6,7	21,2	1,4
Telêmaco Borba	21 103	6,1	23,4	10,9	17,1	41,1	1,4
Tibagi	6 968	50,4	7,4	8,5	5,8	27,3	0,7
Ventania	2 896	37,8	22,3	6,5	9,8	23,2	0,4
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	60 061	35,1	15,0	8,5	11,1	29,2	1,2
PARANÁ	4 055 739	20,1	15,1	7,2	17,1	39,1	1,3

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

O setor de serviços absorve 29,2% dos trabalhadores do território e, entre os municípios, aparece com expressão em Telêmaco Borba, onde representa 41,1% do total de ocupações.

As ocupações vinculadas ao setor industrial correspondem a 15% do total do território, percentual similar àquele verificado para o Estado (15,1%). Nesse segmento, vale destacar os municípios de Telêmaco Borba e Ventania, os quais apresentam percentuais significativamente superiores ao Estado – respectivamente, 23,4% e 22,3%.

A análise da situação de trabalho demanda outras informações capazes de qualificar as formas de inserção ocupacional. Assim, apresentam-se dados da parcela da PEA que está ocupada, indicando, para o território, algumas particularidades, quando comparado o território ao total do Estado.

O percentual de pessoas ocupadas na condição de empregadas no território Caminhos do Tibagi (63,4%) é pouco menor do que o verificado para o Estado (66,4%). Os

dados desagregados por município indicam que somente Figueira, Telêmaco Borba e Ventania apresentam participação dessa categoria superior à do Estado, sendo os dois últimos aqueles onde os empregados com carteira de trabalho assinada superam o percentual verificado para o Paraná, respectivamente, 52,9% e 46,2% (tabela 4.7).

No caso dos empregados sem carteira de trabalho assinada, o percentual deste território (24,43%) é superior ao do Estado (22,6%). Na realidade, na maioria dos municípios os empregados sem registro em carteira superam o número de assalariados com vínculo empregatício formalizado. Considere-se, ainda, que o elevado percentual de empregados no município de Figueira (79,6%) destaca-se na categoria de empregados sem carteira de trabalho assinada (40,2%), bastante superior à média do Estado e do próprio território.

Além dos ocupados exercendo funções por conta própria (23,5%), as categorias de trabalhadores não-remunerados em ajuda a membro do domicílio (6%) e os trabalhadores na produção para o próprio consumo (5,1%), comparativamente com o Estado, apresentam percentuais significativamente superiores. Em boa medida, o destaque dessas três categorias está relacionado à importância das atividades agropecuárias como base para a inserção ocupacional da população deste território.

Tratando-se especificamente da categoria de trabalhadores que produzem para consumo próprio, chama a atenção o elevado percentual concentrado nos municípios de Ortigueira (13%) e Imbaú (9,6%).

TABELA 4.7 - TOTAL DE PESSOAS COM 10 ANOS DE IDADE OU MAIS, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA								
	TOTAL	Posição na Ocupação no Trabalho Principal (%)							
		Empregado				Empregador	Conta própria	Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio	Trabalhador na produção para o próprio consumo
		Total	Categoria do emprego no trabalho formal						
	Com carteira de trabalho assinada	Militar e funcionário público estatutário	Outro sem carteira de trabalho assinada						
Curiúva	4 418	63,4	29,8	1,5	32,1	2,0	26,8	4,8	2,9
Figueira	3 232	79,6	37,1	2,3	40,2	2,8	11,2	3,9	2,5
Imbaú	3 318	58,4	31,5	0,9	26,0	1,2	20,4	10,3	9,6
Ortigueira	8 961	43,9	21,2	1,2	21,5	1,1	31,4	10,6	13,0
Reserva	9 165	44,5	21,9	0,9	21,7	0,4	36,6	11,1	7,3
Telêmaco Borba	21 103	77,3	52,9	2,4	22,0	3,3	17,9	0,7	0,8
Tibagi	6 968	61,6	35,1	1,9	24,5	2,0	21,0	9,1	6,3
Ventania	2 896	74,8	46,2	0,9	27,7	0,9	16,1	5,8	2,4
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	60 061	63,4	37,3	1,7	24,4	2,0	23,5	6,0	5,1
PARANÁ	4 055 739	66,4	40,5	3,3	22,6	3,6	23,8	4,7	1,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

A análise do rendimento mensal da população²² em idade ativa aponta para uma circunstância bastante restritiva no território Caminhos do Tibagi, uma vez que os maiores percentuais são observados nas classes sem rendimento²³ e até 1 salário mínimo, sendo que em ambos os casos (à exceção do município de Telêmaco Borba, para o intervalo de classe até 1 s.m.), esses percentuais superam a média estadual (tabela 4.8).

Em todos os municípios do território, mais de 40% da população em idade ativa encontra-se na classe sem rendimento. Cabe destacar que mesmo o município de Telêmaco Borba, o de maior porte no território, apresenta percentual superior à média do Estado nessa categoria. Esse dado reforça a fragilidade do território, visto que a grande maioria da população enquadra-se em faixas inferiores de renda.

²² Considera todas as modalidades de rendimento auferidas pelas pessoas.

²³ Como são consideradas todas as pessoas de dez anos de idade e mais, os sem rendimento podem estar relacionados à situação de inativos sem renda, mas também ao importante contingente de trabalhadores em ajuda a membros do domicílio ou autoconsumo.

TABELA 4.8 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL E OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE									
	TOTAL	Distribuição (%)								
		Até 1 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 2 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 a 20 s.m.	Mais de 20 s.m.	Sem rendimento	
Curiúva	10 228	27,2	15,5	4,8	3,6	2,6	0,7	0,2	45,3	
Figueira	7 224	25,9	13,3	6,6	5,5	4,1	1,3	0,4	42,9	
Imbaú	7 371	23,4	14,1	5,6	4,4	2,3	0,6	0,5	49,0	
Ortigueira	19 831	27,1	15,2	3,4	2,2	1,6	0,3	0,3	49,9	
Reserva	18 589	27,7	13,5	4,1	3,8	3,5	0,6	0,4	46,4	
Telêmaco Borba	49 153	15,7	15,3	6,9	8,4	7,5	2,2	1,0	43,0	
Tibagi	14 140	21,9	15,0	7,4	4,7	2,6	0,6	0,7	47,2	
Ventania	6 229	22,2	19,8	7,3	3,1	1,7	0,8	0,5	44,6	
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	132 765	21,9	15,1	5,8	5,4	4,4	1,2	0,7	45,5	
PARANÁ	7 753 440	16,5	16,8	8,2	8,2	7,1	3,0	1,7	38,6	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

4.1.3 Evolução do Emprego Formal

As informações relativas a emprego formal são importantes por permitirem acompanhar o desempenho de um conjunto de atividades econômicas, principalmente as de base urbana, possibilitando a construção de indicadores sobre o dinamismo das economias locais/regionais.

Entretanto, não se deve esquecer que esse tipo de informação não permite caracterizar a situação de parcela expressiva dos ocupados vinculados às atividades informais, principalmente onde o peso das atividades agrícolas organizadas em molde familiar ainda é significativo, caso do território Caminhos do Tibagi.

Com respeito à evolução do estoque de emprego formal no território, observa-se que o mesmo apresentou, entre os anos de 2000 e 2005, um incremento de 54,8%, bastante superior ao crescimento do Estado (27,6%). Essa taxa corresponde, em termos absolutos, à geração de 9.943 postos de trabalho adicionais, no período de cinco anos, dos quais 47,7% concentrados no município de Telêmaco Borba (tabela 4.9).

TABELA 4.9 - EMPREGO FORMAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000/2005

MUNICÍPIO	EMPREGOS FORMAIS			
	2000	2005	Variação	
			Abs.	%
Curiúva	679	1 704	1 025	151,0
Figueira	902	1 048	146	16,2
Imbaú	435	895	460	105,7
Ortigueira	1 951	2 621	670	34,3
Reserva	1 273	1 746	473	37,2
Telêmaco Borba	9 882	14 627	4 745	48,0
Tibagi	1 913	2 387	474	24,8
Ventania	1 124	3 074	1 950	173,5
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	18 159	28 102	9 943	54,8
PARANÁ	1 653 435	2 109 348	455 913	27,6

FONTE: MTE - RAIS

Em termos relativos, destacam-se três municípios por registrarem incremento no emprego superior a 100%, a saber: Ventania, Curiúva e Imbaú, os quais concentraram 77,6% do total de postos de trabalhos gerados nos anos de 2000 e 2005.

Quanto ao desempenho na geração de empregos, verifica-se que o território Caminhos do Tibagi apresentou, para alguns subsetores de atividade econômica, uma dinâmica próxima da estadual. Os setores que mais incorporaram trabalhadores, entre 2000 e 2005, foram o comercial e o industrial (tabela 4.10).

TABELA 4.10 - EMPREGO FORMAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000/2005

SUBSETOR DE ATIVIDADE	EMPREGADOS							
	Território Caminhos do Tibagi				Paraná			
	2000	2005	Variação		2000	2005	Variação	
			Abs.	%			Abs.	%
Indústria	4 864	8 664	3 800	78,1	368 919	510 350	141 431	27,7
Construção Civil	418	606	188	45,0	64 528	56 391	-8 137	-14,4
Comércio	2 319	4 623	2 304	99,4	290 006	431 821	141 815	32,8
Serviços	3 603	5 038	1 435	39,8	512 996	645 718	132 722	20,6
Administração Pública	3 873	4 934	1 061	27,4	328 194	366 273	38 079	10,4
Agricultura	3 082	4 237	1 155	37,5	88 792	98 795	10 003	10,1
TOTAL	18 159	28 102	9 943	54,8	1 653 435	2 109 348	455 913	21,6

FONTE: MTE - RAIS

O território quase duplicou o número de empregos no setor comercial, além de apresentar um desempenho expressivo na geração de empregos industriais, visto que esse segmento cresceu 78,1%, percentual expressivamente superior ao do Estado (27,7%). O subsetor da construção civil destaca-se nos últimos anos, visto que cresceu 45%, superando, dessa forma, a tendência estadual, que registrou decréscimo de postos de trabalho de 14,4%.

O incremento do emprego no setor agrícola do território, em termos absolutos, demonstra que o território concentrou 11,5% do acréscimo de empregos formais agrícolas gerados nos últimos anos no Paraná. Cabe destacar que essas ocupações agrícolas distribuem-se, em igualdade proporcional, entre as atividades vinculadas à agricultura e à pecuária, bem como as relacionadas à silvicultura e à exploração florestal.

O setor de serviços no território também obteve crescimento significativo, comparativamente ao Estado, visto que neste o crescimento do emprego foi de 20,6%, e naquele, de 39,8%. A Administração Pública, outro importante setor concentrador de empregos formais do território (especialmente nos municípios de menor porte), igualmente apresentou crescimento na geração de postos de trabalho superior àquele verificado no Estado.

4.1.3.1 Desempenho recente

Com o fim de verificar o desempenho recente do mercado de trabalho no Estado, incorporaram-se à análise os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), referentes ao período de janeiro de 2006 a julho de 2007. Compararam-se os dados de estoque de emprego da RAIS para o ano de 2000 ao estoque de 2005, acrescido do saldo de emprego do CAGED disponível até o mês de julho de 2007.

Sob essa perspectiva, percebe-se que o território Caminhos do Tibagi apresentou, relativamente ao ano de 2000, incremento de 74,1% no estoque de emprego, destacadamente superior ao registrado pelo Estado, de 39,2%. Ressalte-se que o território obteve o segundo melhor desempenho, quando comparado aos demais territórios analisados, ficando atrás apenas do território Ribeira. Os números absolutos revelam que no território, em período mais recente (janeiro de 2006 a julho de 2007), foram gerados 3.505 novos postos de trabalho (tabela 4.11).

TABELA 4.11 - EMPREGO FORMAL, SEGUNDO TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS - PARANÁ - 2000/JUL 2007

TERRITÓRIO	EMPREGOS FORMAIS			B+C / A (%)
	RAIS 2000 (A)	RAIS 2005 (B)	CAGED (JAN/06 A JUL/07) (C)	
Caminhos do Tibagi	18 159	28 102	3 505	74,1
Cantuquiriguaçu	15 354	20 069	1 294	39,1
Centro-Sul	21 299	26 789	1 903	34,7
Norte Pioneiro	31 182	40 197	6 006	48,2
Paraná Centro	32 374	42 718	791	34,4
Ribeira	6 292	10 566	868	81,7
União da Vitória	18 866	23 309	552	26,5
Vale do Ivaí	35 672	48 820	4 794	50,3
Demais territórios	1 474 237	1 868 778	171 966	38,4
PARANÁ	1 653 435	2 109 348	191 679	39,2

FONTES: MTE - RAIS e CAGED

4.2 CARACTERIZAÇÃO SETORIAL DAS ATIVIDADES

Neste tópico, são apresentados indicadores setoriais do território Caminhos do Tibagi, além de breves considerações acerca do desempenho econômico da região no período recente. Nos segmentos industrial e de serviços, as avaliações têm como base o detalhamento das estatísticas relativas ao emprego formal e ao número de estabelecimentos, sendo que, no caso específico do setor manufatureiro, são feitas adicionalmente análises a partir dos dados de valor adicionado.

Já em relação à agropecuária, os comentários concentram-se na questão da agricultura familiar, havendo, ainda, considerações sobre a evolução da produção e do faturamento do setor primário.

4.2.1 Indústria

O perfil do emprego industrial do território Caminhos do Tibagi foi traçado com base nas informações da RAIS, construída pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram reunidos dados sobre empregos e estabelecimentos registrados nos anos de 1995,

2000 e 2005, último período com dados disponíveis. A comparação com os registros do Estado, referentes aos mesmos anos, foi realizada com a intenção de verificar o dinamismo dessas empresas e sua importância relativa ao longo do tempo.

O setor industrial do território Caminhos do Tibagi apresentou, entre os anos de 1995 e 2000, pequena variação no número de postos de trabalho formais, se comparada à variação no número de estabelecimentos registrados no mesmo período. O crescimento no número de empregos (3,2%) ficou muito aquém do incremento no número de estabelecimentos (33,6%). Nos cinco anos seguintes, o desequilíbrio ocorre no outro sentido. Entre 2000 e 2005, o número de empregos formais cresceu 75,5%, frente a uma variação positiva de 14% no número de estabelecimentos (tabela 4.12).

TABELA 4.12 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/2005

ANO	EMPREGOS			ESTABELECIMENTOS		
	Território Caminhos do Tibagi	Paraná	Part. (%)	Território Caminhos do Tibagi	Paraná	Part. (%)
1995	5 119	384 970	1,3%	214	23 546	0,9%
2000	5 282	433 447	1,2%	286	28 891	1,0%
2005	9 270	566 741	1,6%	326	33 025	1,0%

FONTES: MTE - RAIS

As atividades industriais ligadas à madeira respondem pela absoluta maioria dos empregos da região, alavancadas pela atividade fabricação de produtos de madeira e pela fabricação de celulose, papel e produtos de papel, que, somadas, representam 78,7% do total de empresas formais do território. As atividades vinculadas a construção, fabricação de produtos minerais não-metálicos e extração de carvão mineral comparecem com importância relativa nesse quadro pouco diversificado de atividades econômicas industriais presentes no território (tabela 4.13).

As atividades industriais estão concentradas nos municípios de Telêmaco Borba e Ventania, sendo que este último município depende da fabricação de produtos de madeira.

Dos 9.270 empregos registrados em 2005 no território (RAIS, 2005) 63,1% são gerados no município de Telêmaco Borba, por meio de 173 estabelecimentos industriais. O município de Reserva apresenta uma participação relativa no número de estabelecimentos (10,7%) maior do que Ventania (9,8%). No entanto, a participação do município de Ventania no total de empregos do território foi de 21,7%, enquanto Reserva comparece com 1,8%, indicando perfis industriais distintos (tabela 4.14).

TABELA 4.13 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

ATIVIDADE ECONÔMICA	EMPREGOS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Extração de carvão mineral	332	3,6	1	0,3
Extração de minerais não-metálicos	42	0,5	9	2,8
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	132	1,4	26	8,0
Fabricação de produtos têxteis	6	0,1	2	0,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	106	1,1	13	4,0
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro	28	0,3	2	0,6
Fabricação de produtos de madeira	5 555	59,9	114	35,0
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1 742	18,8	9	2,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	18	0,2	7	2,1
Fabricação de produtos químicos	190	2,0	3	0,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	21	0,2	4	1,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	281	3,0	35	10,7
Metalurgia básica	2	0,0	1	0,3
Fabricação de produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	56	0,6	17	5,2
Fabricação de máquinas e equipamentos	46	0,5	7	2,1
Fabricação de equipamentos de instrumentação para usos médico-hospitalares	2	0,0	2	0,6
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0	0,0	1	0,3
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0	0,0	0	0,0
Fabricação de móveis e indústrias diversas	94	1,0	18	5,5
Reciclagem	11	0,1	3	0,9
Construção	606	6,5	52	16,0
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	9 270	100,0	326	100,0

FONTE: MTE - RAIS

TABELA 4.14 - EMPREGOS FORMAIS E ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	EMPREGOS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Curiúva	290	3,1	26	8,0
Figueira	438	4,7	15	4,6
Imbaú	85	0,9	10	3,1
Ortigueira	186	2,0	21	6,4
Reserva	166	1,8	35	10,7
Telêmaco Borba	5 852	63,1	173	53,1
Tibagi	241	2,6	32	9,8
Ventania	2 012	21,7	14	4,3
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	9 270	100,0	326	100,0

FONTE: MTE - RAIS

Em uma avaliação dos dados relativos à renda industrial, verifica-se que o território Caminhos do Tibagi apresenta reduzida participação na geração do total do valor adicionado da indústria do Estado do Paraná. Porém, entre 1997 e 2005, registrou pequeno aumento, passando de 1,6% para 2,2% (tabela 4.15).

TABELA 4.15 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI NO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO ESTADO - PARANÁ - 1997/2005

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1997	1,6
2000	1,9
2005	2,2

FONTE: SEFA

Essa indústria é liderada pela fabricação de papel e celulose e pelo beneficiamento de madeira, que, em conjunto, respondem por 95,4% do valor adicionado industrial do território em 2005. Além dessas atividades, tem importância a extração mineral, com 1,2%; a fabricação de produtos químicos (provavelmente refletindo a produção de fertilizantes), com 1,9%; e móveis, com 0,5%. As demais atividades com alguma participação no valor adicionado são de pequeno porte e baixa produtividade (tabela 4.16).

Cumprir notar a ausência de estatística da produção de eletricidade, relativa a uma usina existente no município de Figueira, e sua provável inclusão na atividade de extração mineral tendo em vista a característica vertical da produção em apenas um estabelecimento produtor: atividade de extração adicionada da produção de energia.

TABELA 4.16 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

ATIVIDADE ECONÔMICA	DISTRIBUIÇÃO (%)
Extração de carvão mineral	1,2
Extração de minerais não-metálicos	0,1
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,3
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,1
Fabricação de produtos de madeira	16,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	78,8
Fabricação de produtos químicos	1,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,3
Fabricação de produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	0,1
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,5
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	100,0

FONTE: SEFA

Em termos regionais, a atividade da indústria também é bastante concentrada, com 92% do valor adicionado gerado no município de Telêmaco Borba. Em consequência, são poucos os municípios com alguma participação, podendo-se citar Ventania e Figueira. Neste último, a atividade é capitaneada pela produção de energia a partir do carvão (tabela 4.17).

TABELA 4.17 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	DISTRIBUIÇÃO (%)
Telêmaco Borba	92,5
Ortigueira	0,2
Reserva	0,5
Ventania	4,2
Imbaú	0,4
Curiúva	0,6
Figueira	1,6
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	100,0

FONTE: SEFA

4.2.2 Serviços

A região tem mostrado consistente incremento da participação do setor de serviços na criação de novos empregos. Se por um lado a participação desses municípios no total de empregos do Estado tem discreta evolução, por outro ela demonstra grande importância relativa. No primeiro quinquênio analisado, há uma variação superior a 43% no número de empregos gerados e superior a 48% na quantidade de estabelecimentos (tabela 4.18). A tendência é mantida nos cinco anos subsequentes, com flutuações positivas de 48,6% e 53,7%, respectivamente.

TABELA 4.18 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE SERVIÇOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/2005

ANO	EMPREGOS FORMAIS			ESTABELECIMENTOS		
	Território Caminhos do Tibagi	Paraná	Particip. (%)	Território Caminhos do Tibagi	Paraná	Particip. (%)
1995	6 832	987 429	0,7	788	88 153	0,9
2000	9 795	1 130 971	0,9	1 171	119 951	1,0
2005	14 595	1 443 518	1,0	1 800	157 858	1,1

FONTE: MTE - RAIS

Telêmaco Borba é, inegavelmente, o município com a economia mais dinâmica no território Caminhos do Tibagi. Concentra mais da metade dos empregos e estabelecimentos registrados pela Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Embora Telêmaco Borba conte com o maior e mais sofisticado setor de serviços da região, sua importância relativa em termos de volume de empregos era menor em 2005 do que em 1995. Na década analisada, a participação do município no número de empregos formais da região caiu de 66,2% para 51,6%. No entanto, dois municípios, Reserva e Ortigueira, mostraram incontestável crescimento no setor de serviços (tabela 4.19).

TABELA 4.19 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	EMPREGOS FORMAIS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Curiúva	866	5,9	123	6,8
Figueira	509	3,5	87	4,8
Imbaú	662	4,5	93	5,2
Ortigueira	2 023	13,9	144	8,0
Reserva	1 261	8,6	168	9,3
Telêmaco Borba	7 525	51,6	945	52,5
Tibagi	1 150	7,9	166	9,2
Ventania	599	4,1	74	4,1
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	14 595	100,0	1 800	100,0

FONTE: MTE - RAIS

A Administração Pública ainda é a atividade econômica com maior número de registros na RAIS, compreendendo aproximadamente um terço dos empregos formais do setor de serviços. O comércio varejista, além de ser a segunda atividade em número de empregos formais no território, conta com volume significativo de estabelecimentos, 894, praticamente a metade dos estabelecimentos do território Caminhos do Tibagi (tabela 4.20).

TABELA 4.20 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - 2005

ATIVIDADE ECONÔMICA	EMPREGOS FORMAIS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Comércio e reparação de veículos e comércio a varejo de combustíveis	645	4,4	168	9,3
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	453	3,1	71	3,9
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	3 525	24,2	894	49,7
Alojamento e alimentação	534	3,7	114	6,3
Transporte terrestre	1 705	11,7	176	9,8
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	570	3,9	9	0,5
Correio e telecomunicações	50	0,3	8	0,4
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	125	0,9	15	0,8
Atividades auxiliares da intermediação financeira	11	0,1	4	0,8
Atividades imobiliárias	24	0,2	10	0,6
Aluguel de veículos e máquinas sem condutores e de objetos pessoais e domésticos	6	0,0	3	0,2
Atividades de informática e conexas	242	1,7	7	0,4
Serviços prestados principalmente às empresas	247	1,7	69	3,8
Administração pública, defesa e seguridade social	4 934	33,8	27	1,5
Educação	347	2,4	28	1,6
Saúde e serviços sociais	424	2,9	86	4,8
Limpeza urbana e esgoto, e atividades conexas	172	1,2	3	0,2
Atividades associativas	511	3,5	69	3,8
Atividades recreativas, culturais e desportivas	33	0,2	10	0,6
Serviços pessoais	16	0,1	10	0,6
Serviços domésticos	21	0,1	19	1,1
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	14 595	100,0	1 800	100,0

FONTE: MTE - RAIS

4.2.3 Agropecuária

Neste item são identificados e quantificados os tipos de estabelecimentos agropecuários, bem como analisadas as variáveis selecionadas com a estratificação da área segundo os tipos de estabelecimentos; a evolução do nível de concentração do acesso à terra; o uso e a procedência da força de tração, máquinas e equipamentos; o uso da terra pelos estabelecimentos familiares, o valor bruto da produção dos principais produtos das lavouras e criações; a evolução da área e o rendimento das lavouras; a evolução do rebanho animal; e os principais produtos da silvicultura em termos de valor bruto da produção.

É necessário chamar a atenção para o fato de que essa análise está baseada nos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 – o último disponível. Retrata, portanto, uma realidade de mais de dez anos. No entanto, acredita-se que os dados analisados dão conta de questões estruturais que, somadas ao conjunto dos dados analisados neste estudo, compõem um quadro geral do setor.

4.2.3.1 Tipologia dos estabelecimentos agropecuários

O território Caminhos do Tibagi possuía 11.040 estabelecimentos agropecuários em 1995/1996, que representavam 3,4% do total dos estabelecimentos do Estado do Paraná (tabela 4.21). Esse conjunto de estabelecimentos estava distribuído desigualmente entre os sete municípios que compõem o referido território, sendo que Figueira tinha o menor número (171), e Ortigueira, o maior (4.763). Além da marcante diferença no número de estabelecimentos, decorrência evidente das diferentes áreas municipais, há também distinção entre os estabelecimentos no que concerne ao relevo, à fertilidade natural e às atividades produtivas empreendidas em cada município.

TABELA 4.21 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO	PARANÁ		TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	
	Abs.	%	Abs.	%
Familiar	216 069	66,0	8 000	72,5
Familiar empregador	78 696	24,0	1 796	16,3
Não-familiar	32 846	10,0	1 244	11,3
TOTAL	327 611	100,0	11 040	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

No território, há evidente predominância do tipo de estabelecimento agropecuário familiar, que congrega unidades produtivas que utilizam exclusivamente mão-de-obra

doméstica. A segunda categoria mais freqüente é o estabelecimento familiar empregador, que complementa sua mão-de-obra com contratação de terceiros. Finalmente, tem-se o estabelecimento não-familiar, que contrata a maior parte da mão-de-obra. Estes últimos são os menos freqüentes. A distribuição é a mesma observada em todo o Estado, mas no território Caminhos do Tibagi o tipo familiar ocorre com maior freqüência (72,5%) em relação aos outros dois tipos, quando comparado ao que se observa para o total do Paraná (66,0%).

Para efeito da descrição que segue, são agregados em um único tipo o estabelecimento familiar e o familiar empregador, em contraste com o não-familiar.

4.2.3.2 Estrutura fundiária

A estrutura fundiária corresponde à distribuição dos tipos de estabelecimentos do Paraná e do território Caminhos do Tibagi, por meio de sua freqüência relativa e da respectiva área total, segundo a estratificação utilizada para efetuar o enquadramento dos agricultores beneficiários dos programas de crédito do Governo Federal. Observa-se que o estabelecimento não-familiar, tanto no Paraná (10%) quanto no território Caminhos do Tibagi (11,3%), detém proporcionalmente a maior parcela da área total, ou seja, 44,3% e 57,6%, respectivamente (tabela 4.22).

TABELA 4.22 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DA ÁREA, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO	PARTICIPAÇÃO (%)			
	Paraná		Território Caminhos do Tibagi	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Familiar	90,0	55,7	88,7	42,4
De 4 módulos fiscais ⁽¹⁾ e menos	85,4	35,5	83,7	22,3
Maior que 4 módulos fiscais	4,6	20,2	5,0	20,1
Não-familiar	10,0	44,3	11,3	57,6
De 4 módulos fiscais e menos	5,7	3,9	4,6	2,4
Maior que 4 módulos fiscais	4,4	40,4	6,6	55,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) O módulo fiscal varia de 18 a 20 hectares (INCRA).

O tipo familiar é relativamente mais freqüente no território Caminhos do Tibagi, em relação ao Estado, com predomínio de unidades produtivas com área total de quatro módulos fiscais e menos (83,7%). Por outro lado, as unidades familiares e não-familiares do território, acima de quatro módulos fiscais, que representam 11,6% dos estabelecimentos, ocupam em torno de três quartos da área total (ver tabela 4.22).

A área média dos estabelecimentos agropecuários do território é superior à do Estado. O tipo de estabelecimento familiar do território Caminhos do Tibagi apresenta-se com área média (26,3 ha) muito próxima daquela verificada para o Estado do Paraná (23,4

ha). A área média dos estabelecimentos não-familiares é 68,9% superior àquela do Estado. Observou-se, ainda, que a área média para os dois tipos no estrato "maior que quatro módulos fiscais" é consideravelmente maior no território Caminhos do Tibagi (tabela 4.23).

TABELA 4.23 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS E A ESTRATIFICAÇÃO DOS MÓDULOS FISCAIS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO E ESTRATIFICAÇÃO	ÁREA MÉDIA (ha)	
	Paraná	Território Caminhos do Tibagi
Familiar	23,4	26,3
De 4 módulos fiscais ⁽¹⁾ e menos	15,7	14,7
Maior que 4 módulos fiscais	166,1	221,7
Não-familiar	166,8	281,7
De 4 módulos fiscais e menos	26,0	28,2
Maior que 4 módulos fiscais	348,9	458,4
TOTAL	37,8	55,1

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) O módulo fiscal varia de 18 a 20 hectares (INCRA).

Essa característica territorial (de áreas médias maiores e maior proporção de área total nos estratos de área acima de quatro módulos fiscais) constitui elemento indicativo da ocorrência de concentração do acesso a terra, mensurada pelo o Índice de Gini. Somente os municípios de Ortigueira e Tibagi tiveram a mesma trajetória verificada no Paraná, ou seja, elevação do nível de concentração do acesso a terra de 1970 a 1985 e decréscimo em 1995 (tabela 4.24).

TABELA 4.24 - ÍNDICE DE GINI DO ACESSO A TERRA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1970/1995

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI ⁽¹⁾			
	1970	1980	1985	1995
Curiúva	0,718	0,751	0,715	0,732
Figueira	-	-	0,771	0,702
Ortigueira	0,746	0,778	0,805	0,800
Reserva	0,702	0,732	0,783	0,784
Telêmaco Borba	0,971	0,971	0,973	0,975
Tibagi	0,815	0,829	0,840	0,800
Ventania	-	-	-	0,822
PARANÁ	0,634	0,686	0,692	0,686

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR

(1) Medida de desigualdade que mensura a distância do real acesso a terra com a perfeita equidistribuição dos estabelecimentos com a área (ha), variando de 0 (zero) a 1. Níveis de concentração: fraca - menor de 0,251; média - de 0,251 a 0,500; forte - de 0,501 a 0,700; muito forte - de 0,701 a 0,900; absoluta de 0,901 a 1.

No período considerado, os municípios desse território apresentaram níveis de concentração muito forte. O município de Telêmaco Borba atingiu o nível de concentração absoluta, em virtude de que um único estabelecimento agropecuário ocupa a quase totalidade da área de terras do município, cuja propriedade é da indústria de papel ali implantada em 1934.

Os municípios de Figueira e Ventania, criados na primeira metade dos anos 1980 e em 1990, apresentaram-se com níveis de concentração muito forte.

4.2.3.3 Procedência da força de tração e de maquinaria

Diferentemente do que acontece em outras localidades do Estado do Paraná, neste território o processo de terceirização na execução dos trabalhos agrários é menos intenso. A terceirização é relativamente mais freqüente (22,3%) entre os estabelecimentos familiares (tabela 4.25).

Note-se que, mesmo assim, nos estabelecimentos do tipo familiar, predominam aqueles sem uso de tração (43,4%), ou seja, que somente utilizam a força humana na realização dos trabalhos agrários. No tipo não-familiar, quase metade dos estabelecimentos utiliza força de tração própria, seguida daqueles sem uso de tração. Essa constatação da alta freqüência de estabelecimentos sem uso de tração mecânica ou animal decorre, provavelmente, das limitações apresentadas pelos recursos naturais, relevo fortemente ondulado e pedregosidade nos solos.

TABELA 4.25 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO E PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS			
	Paraná		Território Caminhos do Tibagi	
	Abs.	%	Abs.	%
Familiar	294 765	100,0	9 796	100,0
Próprios	113 446	38,5	3 362	34,3
Terceiros	126 179	42,8	2184	22,3
Sem uso de tração	55 140	18,7	4 250	43,4
Não-familiar	32 846	100,0	1 244	100,0
Próprios	17 056	51,9	619	49,8
Terceiros	9 692	29,5	196	15,8
Sem uso de tração	6 098	18,6	429	34,5
TOTAL	327 611	NA	11 040	..

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

Comparativamente, agregando-se os dois tipos de estabelecimentos, o território Caminhos do Tibagi apresenta-se relativamente abaixo da média do Estado, quando a procedência da força de tração e dos maquinários é própria e de terceiros. Isto se deve à maior participação relativa dos estabelecimentos que somente utilizam a força humana nos trabalhos agrários.

4.2.3.4 Uso da terra

O uso da terra pelos estabelecimentos agropecuários familiares do território Caminhos do Tibagi foi analisado a partir de vários cruzamentos, contemplando lavoura, pecuária, pastagem e matas (tabela 4.26).

TABELA 4.26 - ÁREA TOTAL, PESSOAL OCUPADO (E.H.) E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO VENDIDA (V.B.P.V.) NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES, SEGUNDO O USO DA TERRA, NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/1996

USO DA TERRA	ESTABELECIMENTOS			
	Total	Área (ha)	E.H. ⁽¹⁾	V.B.P.V. ⁽²⁾ (R\$ mil)
Com pecuária (A)	9 417	250 209	25 751	31 963
Grandes animais ⁽³⁾	577	24 128	1 146	2 644
Com pastagem	392	22 513	785	2 010
Com mata	284	19 258	583	1 592
Sem mata	108	3 255	202	418
Sem pastagem	66	727	120	225
Com mata	26	359	58	113
Sem mata e outra condição	40	368	63	111
Sem declaração	119	888	241	409
Pequenos animais ⁽⁴⁾	165	644	352	413
Com pastagem	49	362	116	120
Com mata	28	325	62	84
Sem mata	21	38	54	37
Sem pastagem	109	269	220	285
Com mata	38	191	76	89
Sem mata e outra condição	71	78	144	195
Sem declaração	7	12	17	8
Grandes e pequenos animais ⁽³⁾⁽⁴⁾	8 675	225 438	24 253	28 906
Com pastagem	6 649	208 687	18 969	26 095
Com mata	5 141	189 103	14 878	21 530
Sem mata	1 508	19 584	4 091	4 564
Sem pastagem	1 737	15 426	4 559	2 348
Com mata	558	4 893	1 448	922
Sem mata e outra condição	1 179	10 533	3 112	1 426
Sem declaração	289	1 325	724	464
Sem pecuária (B)	379	7 771	700	2 784
Com pastagem	75	2 368	160	298
Com mata	58	1 941	125	257
Sem mata	17	427	35	41
Sem pastagem	139	2 474	260	1 008
Com mata	43	1 667	69	606
Sem mata e outra condição	96	807	191	402
Sem declaração	165	2 930	280	1 477
Total com pastagem ⁽⁵⁾	7 165	233 930	20 030	28 524
Com mata ⁽⁶⁾	5 511	210 627	15 647	23 464
Sem mata	1 654	23 303	4 382	5 060
Total sem pastagem	2 051	18 896	5 159	3 865
Com mata	665	7 111	1 650	1 731
Sem mata e outra condição ⁽⁷⁾	1 386	11 786	3 509	2 134
Total sem declaração ⁽⁸⁾	580	5 154	1 262	2 358
TOTAL GERAL (A+B)	9 796	257 980	26 452	34 747

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados).

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) Corresponde a uma jornada anual de 300 dias de trabalho de um homem adulto.

(2) Valor Bruto da Produção Vendida menos a receita recebida com a venda de máquinas.

(3) Estab. com a presença de um ou mais dos seguintes tipos de animais: asininos, bovinos, bubalinos, eqüinos e muare.

(4) Estab. com a presença de um ou mais dos tipos de animais: abelhas, aves, caprinos, coelhos, bicho-da-seda, ovinos e suínos.

(5) Estabelecimento com pastagem natural e/ou plantada.

(6) Estabelecimento com mata natural e/ou plantada.

(7) Estabelecimento com terras em descanso, terras produtivas não utilizadas e terras inaproveitáveis.

(8) Estabelecimento sem informação de área de pastagem, mata e outra condição.

O conjunto de estabelecimentos familiares com presença de pecuária representa 96,1% dos estabelecimentos, acessa 97% da área total, utiliza 97,3% do pessoal ocupado e detém 92% do valor bruto da produção vendida. Nos estabelecimentos com pecuária, verificou-se que a combinação das atividades mais freqüente foi com grandes e pequenos animais, com pastagem e com mata. Cerca de dois terços dos estabelecimentos familiares possuem áreas de matas, independentemente de constituírem áreas de preservação permanente, proteção de nascentes ou mata ciliar.

4.2.3.5 Valor bruto da produção agropecuária

Dois atividades pecuárias e oito de lavouras destacaram-se em 2003 e 2005 no território Caminhos do Tibagi. No período 2003-2005, esses dez produtos representaram mais de 92% do total do valor bruto da produção agropecuária. Dentre eles, sobressaíram as atividades com madeira, soja e milho que, juntas, superaram a metade do valor bruto da produção. Ressalte-se que nesse território as atividades estão bastante definidas, ou seja, entre as dez mais importantes, apenas três (frutas, batata lisa e aves) se alternaram no referido período (tabela 4.27).

TABELA 4.27 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS E REBANHOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2003-2005

2003			2004			2005		
Produto	VBP (R\$ mil)	%	Produto	VBP (R\$ mil)	%	Produto	VBP (R\$ mil)	%
Madeira	315 498,00	34,4	Madeira	331 964,70	34,8	Madeira	361 269,10	40,5
Soja	193 337,50	21,1	Soja	239 231,20	25,1	Soja	149 394,30	16,8
Milho	112 478,30	12,3	Milho	113 320,60	11,9	Milho	102 310,10	11,5
Trigo	75 877,50	8,3	Bovino	74 452,80	7,8	Bovino	73 404,30	8,2
Bovino	67 788,70	7,4	Feijão	50 173,10	5,3	Feijão	50 755,40	5,7
Feijão	64 835,70	7,1	Trigo	48 603,00	5,1	Trigo	40 184,60	4,5
Suíno	15 744,50	1,7	Suíno	19 812,50	2,1	Suíno	15 940,40	1,8
Aveia	13 280,50	1,4	Aves	6 839,70	0,7	Batata lisa	13 976,60	1,6
Frutas ⁽¹⁾	5 158,90	0,6	Café	6 682,50	0,7	Frutas ⁽¹⁾	7 526,50	0,8
Batata lisa	4 548,90	0,5	Aveia	5 286,10	0,6	Aveia	7 476,90	0,8
SUBTOTAL	868 548,40	94,7	SUBTOTAL	896 366,10	94,0	SUBTOTAL	822 238,20	92,3
TERRITÓRIO			TERRITÓRIO			TERRITÓRIO		
CAMINHOS DO TIBAGI	917.336,60	100,0	CAMINHOS DO TIBAGI	954.033,20	100,0	CAMINHOS DO TIBAGI	891.089,70	100,0

FONTE: SEAB/DERAL

(1) Abacate, abacaxi, ameixa, atemóia, banana, caqui, goiaba, laranja, lúcia, limão, maçã, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pêssego, pinhão e uva.

A madeira tem se transformado numa opção de renda para os agricultores, em virtude do crescimento de sua demanda para a composição de outros produtos manufaturados, além de papel, celulose e lenha. As espécies arbóreas mais cultivadas, pela rusticidade e baixa exigência em fertilidade, são o pinus e o eucalipto. Pelos requerimentos

de capital e pelo retorno do investimento no médio prazo, são cultivados por agricultores familiares com área superior a quatro módulos fiscais e não-familiares. O trigo tem sido a cultura de inverno que normalmente sucede as culturas de milho e soja.

4.2.3.6 Produção e área das principais culturas

No território Caminhos do Tibagi é cultivada a maior parte das lavouras temporárias que também fazem parte da pauta dos produtos de outros municípios de diferentes condições edafoclimáticas do Estado do Paraná. O montante da área cultivada e o rendimento médio obtido no período de 2003 a 2005 são apresentados na tabela 4.28.

TABELA 4.28 - ÁREA E RENDIMENTO MÉDIO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2003-2005

PRINCIPAIS LAVOURAS	ÁREA (ha)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Arroz sequeiro	2 100	1 860	1 640	1 745	1 810	826
Aveia branca	5 000	5 735	6 440	2 940	1 507	2 144
Aveia preta	13 470	14 350	16 250	1 462	994	1 075
Batata lisa (safra da seca)	165	190	440	21 636	24 474	26 250
Batata lisa (safra da água)	215	295	345	24 186	22 712	23 188
Cevada	1 414	505	1 410	3 413	2 475	2 186
Feijão (safra da seca)	9 880	8 970	12 250	1 712	1 371	1 022
Feijão (safra da água)	29 830	27 255	24 010	1 282	1 506	1 262
Mandioca (consumo humano)	194	153	124	12 371	12 719	13 250
Mandioca (indústria)	711	443	344	13 938	15 499	19 602
Milho	65 700	68 370	69 730	5 858	5 536	5 589
Milho (safrinha)	15 430	13 880	13 450	2 436	2 862	1 558
Soja	92 997	116 250	138 230	3 270	3 002	2 353
Trigo	53 052	55 620	53 465	3 429	2 404	2 412

FONTE: SEAB/DERAL

Soja e milho ocuparam a maior parte da área cultivada. Verificou-se que entre 2003 e 2005 houve redução na área cultivada nas lavouras de arroz, feijão (safra da água), mandioca e milho safrinha. Por outro lado, houve aumento da produtividade somente nas lavouras de batata lisa (safra da seca) e mandioca. A queda nos rendimentos das lavouras pode ser atribuída a condições climáticas adversas e/ou à redução no uso da tecnologia recomendada, ocasionada pela elevação nos custos de produção para seu emprego.

4.2.3.7 Rebanho

Considerando-se o efetivo dos rebanhos das principais criações no território, constata-se que, no período de 2003 a 2005, o maior plantel era o de bovinos, seguido pelo de suínos (tabela 4.29).

TABELA 4.29 - NÚMERO DE CABEÇAS E VARIAÇÃO DOS PRINCIPAIS REBANHOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ – 2003-2005

REBANHO	Nº DE CABEÇAS			VARIÇÃO (%)	
	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Bovino	432 837	432 159	426 790	-0,2	-1,2
Bubalino	12 000	8 715	5 073	-27,4	-41,8
Caprino	4 490	2 055	3 875	-54,2	88,6
Eqüino	135	158	265	17,0	67,7
Ovino	33 050	33 917	31 937	2,6	-5,8
Muar	3 400	3 560	3 540	4,7	-0,6
Suíno	63 820	51 950	44 301	-18,6	-14,7

FONTE: SEAB/DERAL

Os rebanhos de bovinos, bubalinos e suínos foram os que obtiveram variação decrescente nos dois períodos considerados. Os rebanhos de ovinos e muares tiveram decréscimo no número de cabeças somente no segundo período, enquanto o de caprinos diminuiu drasticamente entre 2003 e 2004. Em relação aos caprinos, a expansão ocorrida entre 2004 e 2005 pode ter acontecido por conta da difusão da criação incentivada por programa governamental. E, apesar do pequeno número de eqüinos no território, foi o único rebanho que experimentou acréscimo de animais nos dois períodos.

4.2.3.8 Silvicultura

O principal produto da silvicultura é a madeira, sendo comercializada no período de 2001 a 2003 na forma "em toras" e "papel e celulose", e de 2004 a 2005 na forma de "toras" e "para outras finalidades". Em síntese, a madeira continua sendo a principal atividade econômica, em termos de valor bruto da produção, principalmente pela proximidade da indústria de transformação e pela restrição dos recursos naturais, do relevo, da pedregosidade e da baixa fertilidade do solo para a condução de lavouras temporárias. Dessa forma, é possível que nos próximos anos ocorra expansão da atividade florestal, muito embora esteja associada ao nível de preços praticados pela indústria de fabricação de papel e celulose (tabela 4.30).

TABELA 4.30 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTOS DA SILVICULTURA, NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2001-2005

PRODUTO DA SILVICULTURA	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP)									
	2001		2002		2003		2004		2005	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Carvão vegetal	19	0,0	30	0,0	44	0,0	27	0,0	564	0,1
Resinas	36	0,1	35	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Lenha	2 059	4,1	1 854	0,9	4 770	1,5	9 207	1,7	11 448	1,5
Madeira para outras finalidades	7 527	15,0	60 875	29,1	78 006	23,8	183 691	33,3	202 833	27,2
Madeira para papel e celulose	16 488	32,9	42 892	20,5	83 647	25,5	87 111	15,8	164 066	22,0
Madeira em tora	24 014	47,9	103 767	49,5	161 654	49,3	270 799	49,2	366 899	49,2
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	50 143	100,0	209 453	100,0	328 121	100,0	550 835	100,0	745 810	100,0

FONTE: SEAB/DERAL

4.3 MEIOS E INSTRUMENTOS

A seguir, analisam-se, de forma seletiva, meios, instrumentos e programas criados para promover maior equidade entre a população em geral e entre os agricultores familiares em particular, dimensionando sua expressão no território Caminhos do Tibagi.

4.3.1 Fundo de Aval, Crédito, Programas e Projetos

O Governo do Paraná instituiu, em 2004 (Lei nº 14.431, de 16 de junho de 2004), o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, por meio do qual garante o acesso do agricultor²⁴ ao crédito de investimento do PRONAF. Entre 2004 e agosto de 2007, foram realizados, em sete municípios do território, 715 contratos de crédito rural com a cobertura do fundo de aval paranaense, permitindo o acesso a crédito de investimento no valor de R\$ 4.307.320,90, equivalente a 9,0% dos recursos assegurados pelo referido fundo no Paraná (tabela 4.31). Considerando-se a estrutura fundiária da região, as pendências em regularização fundiária e a perspectiva de ampliação da extensão rural, prevê-se uma ampliação do uso do fundo de aval pela agricultura familiar que compõe o território.

²⁴ A Agência de Fomento do Paraná oferece aval aos agricultores enquadrados no grupo C do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

TABELA 4.31 - NÚMERO DE CONTRATOS, VALOR GARANTIDO E PARTICIPAÇÃO DO FUNDO DE AVAL NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2004/AGO 2007

MUNICÍPIO	FUNDO DE AVAL		
	N.º de Contratos	Valor Garantido (R\$)	Part. ⁽¹⁾ (%)
Reserva	171	1 020 074,40	23,7
Telêmaco Borba	514	3 084 000,00	71,6
Tibagi	30	203 246,50	4,7
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	715	4 307 320,90	⁽²⁾ 9,0
PARANÁ	8 137	48 091 621,50	100,0

FONTE: SEAB/DERAL

(1) Refere-se à participação dos municípios no total do território Caminhos do Tibagi.

(2) Refere-se à participação do território Caminhos do Tibagi no total do Estado.

O território Caminhos do Tibagi apresenta um significativo percentual de propriedades rurais com algum problema de regularização fundiária. O processo de colonização da região e a sucessão familiar nas pequenas propriedades ocorreram sem as respectivas emissões de posses e registros cartorários, em grande parte das transmissões de direitos a terra. Segundo estimativa do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência (ITCG) e do Comitê Gestor Territorial Caminhos do Tibagi, cerca de 15% das propriedades familiares da região não possuem suas terras com a devida regularização fundiária. São famílias rurais com dificuldades de acesso pleno às políticas públicas que pressupõem a comprovação da posse da terra.

O reordenamento territorial, por meio do crédito fundiário, tem sido pouco significativo no território. A aquisição de terras por meio de crédito pelo Programa Banco Terra e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, entre 2000 e agosto 2007, atendeu a apenas 39 famílias rurais (tabela 4.32).

TABELA 4.32 - NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS, DE BENEFICIÁRIOS E ÁREA ADQUIRIDA POR MEIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000/2007

MUNICÍPIO	CRÉDITO FUNDIÁRIO		
	N.º de Empreendimentos	N.º de Beneficiários	Área (ha)
Figueira	1	22	271,0
Imbaú	1	5	28,3
Reserva	1	12	67,8
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	3	39	367,1
PARANÁ	234	3 245	27 550,6
Território/Paraná (%)	1,9	1,2	1,3

FONTE: Programa Nacional de Crédito Fundiário/Unidade Técnica Estadual

NOTA: As informações referem-se ao Programa Banco da Terra (2000-2003) e ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (2004-2007), ambos coordenados pelo MDA/SRA.

Com relação a programas e projetos de desenvolvimento, tem-se que o território Caminhos do Tibagi conta, desde 2004, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT) para o desenvolvimento de seu processo territorial, mediante conteúdo metodológico e assessoria técnica para capacitação do grupo gestor e dos agentes municipais de desenvolvimento.

O território recebeu do MDA/SDT R\$ 399.210,00 para aplicação em projetos de beneficiamento de leite, estruturação da assistência técnica e extensão rural e implantação de unidade de beneficiamento de café, por meio do Programa PRONAF-Infra-estrutura, mediante convênios com as Prefeituras Municipais (quadros 4.1, 4.2 e 4.3). Os projetos foram selecionados pelo Grupo Gestor do Território; no entanto, embora o período fosse favorável para a atividade leiteira, a unidade de beneficiamento de leite não se concretizou.

QUADRO 4.1 - PROJETOS DO PRONAF-INFRA-ESTRUTURA, MUNICÍPIOS PARTICIPANTES E VALOR TOTAL DO PROJETO, NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2004

PROJETO	MUNICÍPIO PARTICIPANTE ⁽¹⁾	VALOR TOTAL DO PROJETO (R\$)	%
Coleta, Beneficiamento e Comercialização de Leite	Ortigueira	204 880,00	
Valor Total do Território Caminhos do Tibagi		204 880,00	3,3
Valor Total do Estado		6 246 329,27	100,0

FONTE: SEAB/DEAGRO

(1) Município participante é aquele que assinou contratos com o MDA, via CAIXA, assumindo contrapartidas para a execução dos respectivos projetos.

QUADRO 4.2 - PROJETOS DO PRONAF-INFRA-ESTRUTURA, MUNICÍPIOS PARTICIPANTES E VALOR TOTAL DO PROJETO NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

PROJETO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES ⁽¹⁾	VALOR TOTAL DO PROJETO (R\$)	(%)
Estruturação da ATER	Curiúva Imbaú Ortigueira Reserva Telêmaco Borba Tibagi Ventania	162 080,00	
Valor Total do Território Caminhos do Tibagi		162 080,00	4,0
Valor Total do Paraná		4 033 299,90	100,0

FONTE: SEAB/DEAGRO

(1) Municípios participantes são aqueles que assinaram contratos com o MDA, via CAIXA, assumindo contrapartidas para a execução dos respectivos projetos

QUADRO 4.3 - PROJETOS DO PRONAF-INFRA-ESTRUTURA, MUNICÍPIOS PARTICIPANTES E VALOR TOTAL DO PROJETO NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI- PARANÁ - 2006

PROJETO	MUNICÍPIO PARTICIPANTE ⁽¹⁾	VALOR TOTAL DO PROJETO (R\$)	%
Beneficiamento de Café	Figueira	32 250,00	
Valor Total do Território Caminhos do Tibagi		32 250,00	0,8
Valor Total do Paraná		4 171 067,00	100,0

FONTE: SEAB/DEAGRO

(1) Município participante é aquele que assinou contratos com o MDA, via CAIXA, assumindo contrapartidas para a execução dos respectivos projetos

É preciso, ainda, fazer referência ao Projeto Paraná 12 Meses, por este ter apoiado, entre os anos 1998 e 2006, a adequação e proteção ambiental e a modernização tecnológica, além de ter amenizado as condições sociais adversas no meio rural²⁵.

Durante a vigência do Projeto Paraná 12 Meses, foram aplicados R\$ 9.611.33,22 (1,7%) no território Caminhos do Tibagi (tabela 4.33). A reduzida capacidade de mobilização das instituições locais somada à insuficiência de instituições e quadros técnicos constituem elementos que podem explicar, em parte, o reduzido acesso às políticas públicas dessa natureza.

TABELA 4.33 - VALORES APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1998/2007

MUNICÍPIO	VALORES APLICADOS PELO PARANÁ 12 MESES (R\$)			
	TOTAL	BIRD	Estado	Terceiros
Curiúva	1 102 207,66	747 967,30	337 568,30	16 671,96
Figueira	295 132,84	212 123,10	69 585,70	13 424,01
Imbaú	775 120,84	484 365,10	257 189,00	33 566,64
Ortigueira	1 987 905,96	1 268 752,90	669 144,20	50 008,75
Reserva	2 236 767,98	1 560 071,90	605 896,60	70 799,37
Telêmaco Borba	738 328,42	471 298,80	264 276,60	2 752,92
Tibagi	1 648 149,24	1 115 322,38	515 265,44	17 561,42
Ventania	827 420,28	557 863,95	262 975,27	6 581,06
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	9 611 033,28	6 417 765,70	2 981 901,39	211 366,13
PARANÁ	563 742 445,87	363 041 008,60	184 331 273,82	16 370 163,45

FONTE: SEAB/UGP - Projeto Paraná 12 Meses

NOTA: Dados obtidos no Relatório eletrônico.

²⁵ O Projeto Paraná 12 Meses atuou mediante ações em habitação, saneamento, saúde, educação, geração de renda e emprego, organização comunitária e cidadania, implantação de vilas rurais para trabalhadores volantes, recuperação de solos e aumento da produção e da produtividade da agricultura paranaense. As ações foram focadas em microbacias, propriedades rurais e grupos de agricultores, sem priorização regional.

O PRONAF foi criado por meio do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, "[...] com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares,²⁶ de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda" (BRASIL, 2007).

Os contratos realizados mediante o PRONAF no território Caminhos do Tibagi apresentaram variação positiva entre os anos agrícolas de 2000/2001, 2003/2004 e 2006/2007, assim como ocorreu no Estado. O território, que em 2000/2001 representava 0,9% dos contratos realizados no Paraná, em 2006/2007 cresceu para 2,9%. O aumento no número de contratos, entre os anos 2000/2001 e 2003/2004 e entre 2003/2004 e 2006/2007 foi superior a 100%, cerca de dez vezes maior que o ocorrido no total do Paraná (tabela 4.34).

TABELA 4.34 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CONTRATOS DO PRONAF E VARIAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS ANOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000/2007

LOCAL	CONTRATOS							
	2000/2001		2003/2004		2006/2007		Variação (%)	
	Número	%	Número	%	Número	%	2000/2001- 2003/2004	2003/2004- 2006/2007
Território Caminhos do Tibagi	1 012	0,9	2 084	1,6	4 374	2,9	105,9	109,9
Paraná	116 178	100,0	129 234	100,0	151 550	100,0	11,2	17,3

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTA: Dados extraídos de www.mda.gov.br/saf. Acesso em setembro de 2007.

Em relação ao volume de recursos, verifica-se que nos anos agrícolas de 2000/2001 e 2003/2004 a participação do território Caminhos do Tibagi em relação ao Estado ficou a mesma (1,3%). Já no ano 2006/2007, a participação do território dobrou (2,6%) – tabela 4.35.

²⁶ Podem acessar o financiamento os agricultores familiares proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário que produzam na terra, residam no estabelecimento ou próximo a ele e utilizem força de trabalho familiar. Podem obter financiamento do PRONAF, também, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os extrativistas, os silvicultores, os aquícultores e comunidades quilombolas ou povos indígenas que atendam aos requisitos do Programa. Para obter acesso, o agricultor necessita da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que identifica e classifica em um dos grupos do PRONAF, para acessar o crédito. A DAP é emitida pelas entidades autorizadas pelo governo, como, por exemplo: institutos oficiais de ATER, INCRA, FETRAF, CNA, CONTAG, sindicatos, entre outras. É necessário o comparecimento do casal (em casos de relação conjugal estável), comprovação da posse da terra, bem como possuir cédula de identidade e CPF.

TABELA 4.35 - MONTANTE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS CONTRATOS DO PRONAF, SEGUNDO OS ANOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000/2007

LOCAL	MONTANTE (R\$ 1,00)					
	2000/2001		2003/2004		2006/2007	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Território Caminhos do Tibagi	4 007 033,64	1,3	7 045 415,38	1,3	26 117 280,21	2,6
Paraná	313 792 156,08	100,0	546 672 189,00	100,0	995 070 093,83	100,0

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTAS: Valores correntes.

Dados extraídos de www.mda.gov.br/saf. Acesso em setembro de 2007.

Entre os municípios do território, constata-se que Ortigueira, Reserva e Curiúva, em 2000/2001 e 2003/2004, totalizavam mais de 60% de todos os contratos do território, e, em 2006/2007, cerca de 80%. Quanto ao volume monetário acessado, a participação de cada município modifica-se de ano para ano. Verificaram-se, em 2001/2001 e 2003/2004, diferenças entre a participação dos contratos e dos montantes nos municípios de Curiúva, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba e Ventania (ver Apêndice – tabela A. 4.1).

O PRONAF financia quatro tipos de crédito: investimento, custeio, cota-parte e comercialização. No Paraná, os dados disponibilizados pelo Banco Central apresentam apenas os créditos de investimento e custeio²⁷. O custeio foi a modalidade mais contratada no território Caminhos do Tibagi, sendo que, em 2006/2007, representou 89,5% do total de contratos realizados naquele ano (tabela 4.36).

Dividido em seis grupos de crédito²⁸ (A, A/C, B, C, D e E), cada grupo do PRONAF possui um conjunto de linhas de crédito que levam em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e a gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar, combinando, assim, capacidade de endividamento com alternativas de financiamento (ver Apêndice - quadro A.1) .

²⁷ Segundo BRASIL (2007), crédito para investimento "são recursos para o financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, na propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, conforme projeto elaborado de comum acordo entre a família e o técnico". Crédito para custeio "são recursos para o financiamento das despesas que são feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção. Incluem-se aqui as despesas com as atividades agropecuárias e não-agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros, de acordo com a proposta de financiamento".

²⁸ No quadro A.1, no Apêndice, encontram-se os critérios de classificação dos grupos. Essa classificação tem um propósito operacional e não pretende ser um conceito sociológico relativo aos diversos segmentos da agricultura familiar.

TABELA 4.36 - NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF, POR ANO AGRÍCOLA, SEGUNDO ENQUADRAMENTO E MODALIDADE, NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000/2007

PRONAF	CONTRATOS						MONTANTE ⁽¹⁾ (R\$ 1,00)					
	2000/01		2003/04		2006/07		2000/01		2003/04		2006/07	
	Número	%	Número	%	Número	%	Reais	%	Reais	%	Reais	%
Modalidade												
Custeio	737	72,8	1 927	92,5	3 915	89,5	1 246 076,30	31,1	4 606 209,39	65,4	23 662 862,29	90,6
Investimento	275	27,2	157	7,5	459	10,5	2 760 957,34	68,9	2 439 205,99	34,6	2 454 417,94	9,4
Enquadramento												
Exigibilidade Bancária (sem enquadramento)	29	2,9	-	-	-	-	57 681,77	0,6	-	-	-	-
Grupo A	246	24,3	-	-	5	0,1	2 120 069,75	12,2	-	-	90 000,00	0,3
Grupo A/C	-	-	3	0,1	-	-	-	-	6 104,52	0,1	-	-
Grupo B	-	-	-	-	195	4,5	-	-	-	-	199 000,00	0,8
Grupo C	663	65,5	1 845	88,5	2 008	45,9	1 593 944,05	60,5	5 420 943,68	76,9	5 794 142,14	22,2
Grupo D	74	7,3	182	8,7	1 633	37,3	235 338,07	26,7	1 033 958,98	14,7	11 008 316,62	42,1
Grupo E	-	-	54	2,6	533	12,2	-	-	584 408,21	8,3	9 025 821,45	34,6
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	1 012	⁽²⁾ 0,9	2 084	⁽²⁾ 1,6	4 374	⁽²⁾ 2,9	4 007 033,64	⁽²⁾ 1,3	7 045 415,39	⁽²⁾ 1,3	26 117 280,23	⁽²⁾ 2,6
PARANÁ	116 178	-	129 234	-	151 550	-	313 792 156,08	-	546 672 189,00	-	995 070 093,83	-

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTA: Dados extraídos de www.mda.gov.br/saf. Acesso em setembro de 2007.

(1) Valores correntes.

(2) Refere-se à participação do território Caminhos do Tibagi no total do Estado.

No território Caminhos do Tibagi, o grupo C foi aquele que mais acessou crédito do PRONAF – 65,5% dos contratos em 2000/2001, chegando, em 2003/2004, próximo a 90% do total contratado. Em 2006/2007 o grupo C apresentou uma queda na participação (45,9%), porém, o grupo D cresceu, participando com 37,3% dos contratos (ver tabela 4.36). Esse resultado pode mostrar tanto um aumento de agricultores procurando crédito desse Programa quanto uma transferência de famílias que anteriormente estavam classificadas no grupo C, mas que hoje já são classificadas no grupo D.

Em relação ao montante, os grupos C e D foram os que movimentaram mais recursos. Em 2000/2001 e em 2003/2004, juntos, registraram participação superior a 80%. Já em 2006/2007, além dos grupos C e D, o grupo E movimentou boa parte dos recursos (34,6%), superando o grupo C (22,2%).

O microcrédito é uma modalidade de financiamento que visa estimular a inclusão econômica e social das populações empreendedoras mais carentes. Criado para atender ao micro e ao pequeno empreendedor, formais ou informais, tem por objetivo a concessão de empréstimos sem burocracia e em condições favoráveis de taxas, juros e garantias. No Paraná, a Agência de Fomento do Paraná S. A. (AFPR) é o órgão responsável pela cessão do microcrédito, atuando nessa modalidade de crédito, nos últimos anos, em 340 municípios do Estado.

Os maiores volumes de contratos foram realizados nos anos de 2002 e 2003, porém o maior número de inadimplências ocorreu nesse período. Atualmente, o microcrédito está suspenso e passa por estudos para a realização de um novo formato.

No território Caminhos do Tibagi, das 1.039 operações do microcrédito realizadas no período de 2001 até início de 2007, 65,2% se concentraram nos municípios de Telêmaco Borba (35,9%) e Reserva (29,3%). O município de Ventania não acessou nenhum contrato nesse período (tabela 4.37).

TABELA 4.37 - NÚMERO DE OPERAÇÕES E VALOR TOTAL CONTRATADO DO MICROCRÉDITO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2001-2007

MUNICÍPIO	Nº DE OPERAÇÕES		VALOR ⁽¹⁾ CONTRATADO	
	Número	%	R\$	%
Curitúva	59	5,7	234 496,00	6,1
Figueira	12	1,2	45 130,00	1,2
Imbaú	95	9,1	365 661,68	9,6
Ortigueira	124	11,9	522 952,00	13,7
Reserva	304	29,3	1 269 348,71	33,2
Telêmaco Borba	373	35,9	1 141 340,40	29,9
Tibagi	72	6,9	240 200,00	6,3
TERRITÓRIO CAMINHOS DO				
TIBAGI	1 039	3,3	3 819 128,79	3,5
PARANÁ	31 369	NA	110 552 986,64	NA

FONTE: Agência de Fomento do Paraná - Microcrédito

NOTAS: Dados trabalhados pelo IPARDES.

NA: não se aplica.

(1) Valores corrigidos - abril 2007.

Comparando o valor total contratado pelos municípios do território em relação ao Paraná, verificou-se que eles representaram 3,5%. Os valores contratados pelos beneficiários desses locais foram, em média, cerca de R\$ 3.700,00, valor abaixo do teto máximo para o setor informal, que é de R\$ 5.000,00.

Dos sete municípios do território Caminhos do Tibagi que acessaram microcrédito, o setor de comércio foi aquele que teve maior participação em Curiúva (64,4%), Reserva (62,9%), Telêmaco Borba (69,4%) e Tibagi (48%); outros serviços teve maior participação em Figueira (51,4%) e Ortigueira (48,4%) (tabela 4.38).

TABELA 4.38 - NÚMERO DE OPERAÇÕES DO MICROCRÉDITO E DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGMENTO E SEXO DO BENEFICIÁRIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2001/2007

MUNICÍPIO	N ° DE OPERAÇÕES	DISTRIBUIÇÃO (%)						
		Setor de Atividade			Segmento		Sexo do Beneficiário	
		Comércio	Indústria	Outros serviços	Formal	Informal	Masc.	Fem.
Curiúva	59	64,4	6,8	28,8	67,8	32,2	55,9	44,1
Figueira	12	37,5	11,1	51,4	33,3 ⁽¹⁾	58,3 ⁽¹⁾	62,5	37,5
Imbaú	95	33,3	0,0	66,7	41,1	59,0	62,6	37,4
Ortigueira	124	43,2	8,4	48,4	20,2	79,8	50,8	49,2
Reserva	304	62,9	4,8	32,3	36,5	63,5	66,5	33,6
Telêmaco Borba	373	69,4	1,6	29,0	37,8	62,2	46,8	53,2
Tibagi	72	48,0	7,2	44,7	38,9	61,1	48,6	51,4
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI (abs.)	1 039	612	42	385	388	650	575	464

FONTE: Agência de Fomento do Paraná - Microcrédito

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) No município de Figueira os dados referentes ao segmento não foram especificados.

O setor informal registrou, no período analisado, mais de 60% das operações realizadas no território. O setor formal foi o maior captador de recursos apenas em Curiúva (67,8%).

Os homens foram os que mais acessaram essa forma de crédito no território, e as mulheres foram maioria nos municípios de Telêmaco Borba e Tibagi.

O microcrédito foi utilizado, pela maior parte dos beneficiários no território, para o capital fixo (73,3%), com destaque para Figueira (100%) e Reserva (93,4%) – tabela 4.39.

TABELA 4.39 - VALOR CONTRATADO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR TIPO DE UTILIZAÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2001/2007

MUNICÍPIO	VALOR CONTRATADO ⁽¹⁾	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL (%)		
	(R\$)	Giro	Fixo	Misto
Curiúva	234 496,00	17,0	67,8	15,3
Figueira	365 661,68	-	100,0	-
Imbaú	522 952,00	10,5	77,9	11,6
Ortigueira	1 269 348,71	7,3	79,8	12,9
Reserva	240 200,00	4,6	93,4	2,0
Telêmaco Borba	1 141 340,40	31,4	52,6	16,1
Tibagi	45 130,00	15,3	79,2	5,6
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	3 819 128,79	14,7	73,5	10,9

FONTE: Agência de Fomento do Paraná - Microcrédito

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Valores corrigidos - abril 2007

4.4 INFRA-ESTRUTURA

Este item traz um inventário da infra-estrutura viária e de armazenagem no território Caminhos do Tibagi. A finalidade deste levantamento é compreender as condições mais gerais de capacidade de mobilidade da população, interligação entre os municípios do território e fora dele e do escoamento e armazenagem da produção.

4.4.1 Infra-Estrutura Viária e Aeroportos

Sistema Rodoviário

Em termos de localização, o território Caminhos do Tibagi apresenta a privilegiada condição de situar-se entre as aglomerações metropolitanas da capital e de Londrina e Maringá, além de ser próximo a outros centros regionais, como Ponta Grossa e Ibaiti. Com tal facilidade de acesso a bens e serviços existentes nesses centros, nenhum município do território exerce significativa polarização sobre os demais.

O eixo principal de seu sistema viário consiste na BR-376, uma vez que é a rodovia que promove a ligação dos núcleos metropolitanos do Norte Central a Ponta Grossa e Curitiba, passando por Ortigueira e Imbaú dentro do território. Atualmente incluída no programa de transferência da operação à iniciativa privada via sistema de concessão, essa rodovia vem permitindo condições satisfatórias de tráfego.

Transversalmente a esse eixo, encontra-se uma segunda rodovia, a PR-160, que atravessa Telêmaco Borba e dirige-se ao Norte Pioneiro. Segundo critérios do Departamento de Estradas de Rodagem (PARANÁ, 2006), suas condições oscilam, na maior parte, entre boas e muito boas.

Partindo de Castro e, dentro dos limites do território, promovendo a ligação de Tibagi a Telêmaco Borba e Ortigueira, existe a PR-340, rodovia com boa classificação quanto à trafegabilidade, que atualmente se apresenta como alternativa de acesso ao Norte Central, paralelamente a um grande trecho da concessionada BR-376.

O território abriga, também, uma pequena extensão da PR-090, denominada Estrada do Cerne, que une a Região Metropolitana de Curitiba ao Norte Central. Essa estrada encontra-se atualmente em boas condições de conservação de Campo Largo até Piraí do Sul e de Ventania até Assaí, no Norte Central, de acordo com a classificação do DER. Quando da implantação de toda sua extensão pavimentada, constituirá uma opção de circulação não pedagiada entre Londrina e Curitiba.

Destaca-se, ainda, a presença da rodovia PRT-153, a chamada Rodovia Transbrasiliana, popularmente conhecida como Rodovia Belém-Brasília. Atravessa o país, do Pará ao Rio Grande do Sul. Dentro do território, seu leito é interrompido entre os municípios de Ventania e Tibagi, até o entroncamento com a BR-376.

Quanto à malha de estradas municipais, dos cerca de 10 mil quilômetros existentes no território²⁹, 88% encontram-se em condições entre ruins e péssimas, segundo análise da EMATER.

Sistema Ferroviário

O território abriga vias férreas que conformam um sistema que faz parte da malha sul da Rede Ferroviária Federal, privatizada em 1997, quando sua operação foi repassada à empresa hoje denominada América Latina Logística do Brasil (ALL).

Uma linha que atravessa o território liga Apucarana a Ponta Grossa, passando por Reserva e Ortigueira. Existe também o ramal do Monte Alegre, uma derivação da linha Jaguariaíva-Ponta Grossa, que passa por Ventania e atinge Telêmaco Borba, permitindo o tráfego de cargueiros para a fábrica de papel e celulose ali instalada.

Sistema Aeroportuário

O território possui uma pequena estrutura aeroportuária, que conta com apenas um aeroporto público, em Telêmaco Borba, e três aeródromos privados, dois em Tibagi e um em Ventania. Somente o aeroporto de Telêmaco Borba possui pavimentação asfáltica, e nenhum opera por instrumentos. O território não é servido com linhas aéreas regulares (PARANÁ, 2007c).

²⁹ A análise da EMATER foi realizada em dezembro de 2006, porém não contempla a malha viária municipal de Telêmaco Borba e Curiúva.

4.4.2 Armazéns

Segundo o levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) realizado em 2006, do universo de armazéns existentes no Estado o território Caminhos do Tibagi possui 84 armazéns, sendo 23 convencionais e 61 graneleiros. Nesses municípios não existem frigoríficos ou armazéns para líquidos (tabela 4.40).

TABELA 4.40 - NÚMERO E CAPACIDADE DE ARMAZÉNS, SEGUNDO O TIPO E OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	ARMAZENAGEM			
	Convencional		Granel	
	Número	Capacidade (t)	Número	Capacidade (t)
Imbaú	1	2 020	3	7 800
Ortigueira	1	880	3	7 060
Reserva	1	1 010	3	7 850
Tibagi	12	26 260	40	175 410
Ventania	8	10 900	12	32 940
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	23	41 070	61	231 060

FONTE: Companhia Nacional de Abastecimento

NOTA: Este território não apresenta estrutura de armazenamento para líquidos e frigoríficos.

Destacam-se os municípios de Tibagi (com 12 armazéns convencionais e 40 graneleiros) e Ventania (com 8 armazéns convencionais e 12 graneleiros). Por outro lado, os municípios de Curiúva, Figueira e Telêmaco Borba não registram nenhum tipo de armazém.

4.5 PERSPECTIVA ECONÔMICA TERRITORIAL

A seção caracterização econômica finaliza apresentando uma síntese do desempenho econômico do território, a partir de variáveis selecionadas e do cálculo do Quociente Locacional (QL). Ressalva-se que a metodologia empregada não pretende dar conta de toda a diversidade e complexidade existente na realidade econômica, mas sim apontar as atividades que têm apresentado algum dinamismo e especialização no território.

4.5.1 Material e Métodos

Para a identificação das atividades econômicas relevantes e a avaliação do dinamismo dos ramos preponderantes na estrutura produtiva do território, foram utilizados dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A partir das estatísticas relativas ao emprego formal no exercício de 2005, foi calculado o Quociente Locacional (QL) para cada uma das 614 classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

A equação do QL é apresentada a seguir:

$$QL_{ij} = (E_{ij} / E_i) / (E_j / E)$$

Em que:

E_{ij} é o número de empregos formais na classe i no território j ;

E_i é o número de empregos formais na classe i no Paraná;

E_j é o número de empregos formais em todas as classes no território;

E é o número de empregos formais em todas as classes no Paraná.

Posteriormente, de modo a identificar as atividades econômicas nas quais o território é especializado, foram selecionadas as classes que atingiram $QL > 1$. Do total das atividades que atenderam ao critério da especialização, foram extraídas as classes pertencentes ao setor de serviços, partindo do pressuposto de que o crescimento do segmento terciário é determinado sobremaneira por fatores endógenos ao território, refletindo, em grande medida, a evolução da renda gerada pela agropecuária e pela indústria, que se caracterizam por uma relação mais estreita com os mercados externos à região.

Na seqüência, com o intuito de excluir as atividades econômicas inexpressivas em número absoluto de empregos, foram consideradas apenas as classes da CNAE responsáveis por pelo menos 0,5% do total de vínculos empregatícios no território. Por fim, somente para as atividades selecionadas, foram calculadas taxas médias anuais de crescimento do emprego formal no período 1995-2005, tendo como referência as variações registradas pelas mesmas atividades em nível estadual. Mais precisamente, o grau de dinamismo de uma atividade econômica no território foi definido a partir da comparação da taxa de crescimento local com o resultado obtido no âmbito do Estado.

4.5.2 Resultados

De acordo com os critérios estabelecidos, o território Caminhos do Tibagi apresentou especialização em dezesseis atividades agropecuárias e industriais (tabela 4.41). Na maior parte delas (onze atividades econômicas), o emprego formal registrou taxa média anual de crescimento superior ao resultado estadual, tendo como base o período 1995-2005, o que sinaliza satisfatório aproveitamento do potencial do mercado.

TABELA 4.41 - TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL, SEGUNDO CLASSES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995-2005

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)	
		Território Caminhos do Tibagi	Estado do Paraná
01.11-2	Cultivo de cereais para grãos	11,9	1,4
01.15-5	Cultivo de soja	28,0	18,2
01.19-8	Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	42,0	11,9
01.41-4	Criação de bovinos	4,8	5,6
01.50-3	Produção mista: lavoura e pecuária	-13,4	-12,4
01.61-9	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	5,7	0,8
02.11-9	Silvicultura	56,5	15,2
02.12-7	Exploração florestal	12,0	2,0
02.13-5	Atividades de serv. relacionados com a silvicultura e a exploração florestal	-1,7	6,3
10.00-6	Extração de carvão mineral	-1,9	-1,7
20.10-9	Desdobramento de madeira	19,9	-0,2
20.21-4	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada	31,9	3,9
20.29-0	Fabricação de artefatos diversos de madeira	14,0	0,5
21.21-0	Fabricação de papel	-6,0	-1,2
21.49-0	Fabricação de outros artefatos de pastas, papel e papelão	12,8	8,0
26.41-7	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso na construção civil	13,2	8,4

FONTE: MTE - RAIS

Por outro lado, sete atividades mostraram baixo dinamismo, comparativamente à evolução setorial do emprego no Paraná, indicando margem para um maior incremento do pessoal ocupado. Entre os segmentos que se enquadram nesse caso, sobressaem as atividades de serviços relacionados com a silvicultura e a exploração florestal e a fabricação de papel, cujas variações do emprego formal ficaram muito abaixo das médias estaduais.

De modo geral, pode-se afirmar que na economia da região preponderam algumas atividades agropecuárias ou de base florestal, o que condiciona o desenvolvimento econômico local ao crescimento desses poucos ramos. Portanto, o início de um processo razoavelmente consistente de expansão econômica exige, além de um ambiente macroeconômico favorável, a diversificação da base produtiva do território, com o fortalecimento de atividades atualmente inexpressivas na geração da renda regional, mesmo que ainda sejam fortemente amparadas nas vantagens naturais do território Caminhos do Tibagi.

Como exemplo real de diversificação produtiva, pode-se citar a indústria de produtos cerâmicos para construção civil, que vem registrando considerável aumento do número de empregos formais no território nos últimos anos. Em razão das promissoras perspectivas para o ramo de habitação, por conta da expansão do crédito imobiliário, a indústria de produtos cerâmicos para construção poderá manter a trajetória de crescimento, atendendo não somente ao mercado local, mas também à demanda externa à região.

Nesse sentido, é certo que os segmentos econômicos com maior potencial de expansão são aqueles cuja atuação não se restringe ao território, o que propicia a

superação das limitações derivadas da baixa escala do mercado interno. Mais precisamente, as maiores possibilidades residem nas atividades que mantêm intensos fluxos de comércio com outras regiões, garantindo condições mais favoráveis para a ampliação da poupança e, posteriormente, do investimento por parte das empresas.

Ademais, parece viável a promoção da complementaridade produtiva, por meio do incentivo a segmentos dedicados ao processamento de determinadas matérias-primas produzidas no território.

5 ASPECTOS INTITUCIONAIS

A seguir, apresentam-se dados e indicadores relativos às finanças municipais. Faz-se também o inventário das instituições presentes no território Caminhos do Tibagi, dos cursos profissionalizantes, dos assentamentos e das comunidades tradicionais. Por último, analisa-se a institucionalidade territorial.

5.1 FINANÇAS MUNICIPAIS

A análise dos dados relativos às finanças municipais busca traçar um perfil financeiro dos municípios do território. Inicialmente, é preciso ter presente que as finanças municipais compõem o quadro mais geral das finanças públicas brasileiras.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 reconheceu os municípios como entes da Federação, e, em decorrência, houve um aumento dos encargos. O crescimento na receita municipal deu-se mais pela participação nas transferências constitucionais do que pela ampliação da sua capacidade tributária. Os municípios têm à sua disposição tributos que se aplicam sobre atividades eminentemente urbanas, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

A participação das receitas de arrecadação própria é proporcionalmente maior nos municípios mais populosos, enquanto a participação das receitas de transferências o é naqueles com menor população³⁰. Note-se que a grande maioria dos municípios do território Caminhos do Tibagi é de base econômica rural e tem a maior parcela de suas receitas provenientes de transferências correntes.

No Estado do Paraná observa-se a tendência de os municípios com menor população apresentarem maior receita *per capita*. Entretanto, no conjunto de municípios do território Caminhos do Tibagi não é possível identificar claramente uma correlação entre tamanho da população e receita *per capita*.

Os municípios do território, de um modo geral, enquadram-se no padrão de captação de receita nacional e, em conseqüência, têm como principal fonte de receitas as transferências correntes, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)³¹. Os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba possuem os maiores percentuais de arrecadação de Receita Tributária. Ainda, os municípios de Telêmaco Borba e Tibagi possuem os menores percentuais de receita do FPM (18,6% e 21,7%, respectivamente). Esses municípios recebem um alto percentual em receita de transferências de ICMS.

³⁰ As receitas municipais podem ser próprias, captadas e aplicadas pelo município, como é o caso de alguns impostos como o IPTU, ou mediante transferências, que são repasses de recursos captados pelos outros entes da Federação e aplicadas pelo município, como é o caso do FPM.

³¹ Em termos *per capita*, os critérios de distribuição do FPM privilegiam os municípios de menor porte.

TABELA 5.1 - TOTAL DA POPULAÇÃO, RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS, *PER CAPITA*, MÉDIA E POR CAPTAÇÃO DE RECURSOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA 2005	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (R\$)	RECEITA <i>PER CAPITA</i> ⁽²⁾ (R\$)	RECEITA ⁽¹⁾						
				TOTAL (R\$)	Participação na Receita (%)					
					Tributária ⁽²⁾		Transferência corrente		Capital	
					TOTAL	Imposto	TOTAL	FPM	TOTAL	
Curiúva	14 408	11 218 685,63	778,64	12 304 257,72	5,0	3,8	87,9	30,9	2,0	
Figueira	8 695	6 004 354,41	690,55	6 572 221,78	5,6	7,1	92,0	43,8	1,0	
Imbaú	9 882	6 587 619,62	666,63	6 587 619,62	9,3	7,1	84,9	37,7	0,5	
Ortigueira	23 783	19 476 682,40	818,93	21 129 169,82	14,8	2,2	80,3	33,6	2,0	
Reserva	23 973	17 432 027,52	727,15	17 432 027,52	3,5	2,7	87,2	35,2	2,6	
Telémaco Borba	63 742	52 251 546,88	819,73	57 279 294,13	11,8	0,8	78,0	18,6	0,0	
Tibagi	19 698	22 935 845,32	1 164,37	25 118 873,87	2,4	1,9	76,2	21,7	0,5	
Ventania	9 078	9 385 418,65	1 033,86	10 320 533,52	4,3	4,5	90,1	29,9	3,2	

FONTES: STN; IPARDES - Base de Dados do Estado

NOTAS: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Receita = é a soma das Receitas Correntes com as Receitas de Capital, diferindo da Receita Orçamentária (Receita Orçamentária = Receitas Correntes + Receitas de Capital – Deduções das Receitas Correntes).

As despesas correntes representam em média cerca de 90% da despesa total destes municípios. A despesa com pessoal e encargos sociais é a mais representativa nos municípios deste território. O município que apresenta o menor percentual de gastos com pessoal e encargos sociais é o de Ventania (34%), sendo que os municípios de Figueira e Imbaú apresentam os maiores percentuais de gastos nesse item (ambos 53,3%). Em média 8% do gasto total destes municípios é voltado para despesas de capital, com destaque para a rubrica de investimento. Os municípios que registraram os maiores níveis de investimento foram Reserva e Ventania (ambos 13%), e o menor nível de investimento foi o de Figueira (2%) –tabela 5.2.

TABELA 5.2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL, POR NATUREZA DO GASTO E SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	DESPESA CORRENTE (%)				DESPESA DE CAPITAL (%)		
	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas	TOTAL	Investimento	Amortização da Dívida
Curiúva	90,7	38,9	0,0	51,8	9,3	8,8	0,5
Figueira	96,9	53,3	0,1	43,6	3,1	2,5	0,6
Imbaú	94,5	53,3	1,0	40,1	5,5	3,5	1,9
Ortigueira	90,0	41,9	0,9	47,3	10,0	7,0	3,0
Reserva	85,3	47,1	0,0	38,2	14,7	13,2	0,7
Telêmaco Borba	90,5	51,9	0,4	38,2	9,5	3,9	5,6
Tibagi	95,2	42,3	0,3	52,5	4,8	3,7	1,1
Ventania	86,2	34,7	0,3	51,2	13,8	13,2	0,6

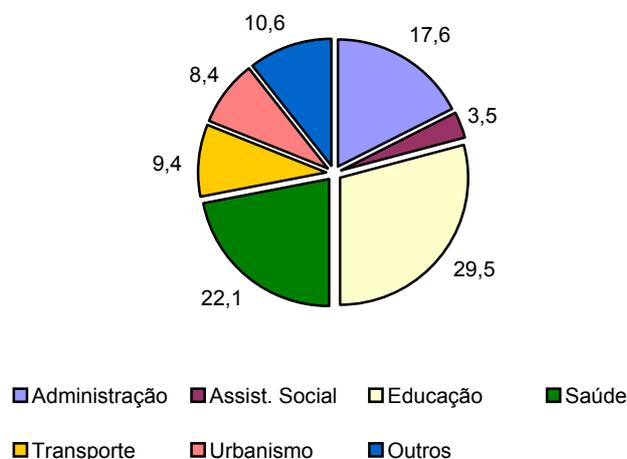
FONTES: STN; IPARDES - Base de Dados do Estado

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

A análise das despesas dos municípios por função identifica as prioridades e finalidades dos gastos públicos realizados. Observa-se que, na média, no território Caminhos do Tibagi os maiores percentuais de gastos estão nas funções Educação (29,5%), Saúde (22,1%) e Administração (17,6%) – gráfico 5.1. Ressalta-se que nas rubricas sociais existe vinculação de receita constitucional³².

³² Para a educação, no mínimo 25% da receita de impostos e transferências constitucionais, aos quais se somarão, quando couber, recursos adicionalmente transferidos ao Município pelo FUNDEF. Para a saúde, a Emenda Constitucional n.º 29, de 13/09/2000, entre outras determinações, assegurou recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. No caso dos municípios, exigiu que, até o exercício financeiro de 2004, apliquem nesta área 15,0% da receita dos impostos e transferências elencados pela Lei.

GRÁFICO 5.1 - PERCENTUAL MÉDIO DA DESPESA, POR FUNÇÃO, NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005



FONTE: STN; IPARDES - Base de Dados do Estado

NOTA: Elaboração IPARDES

No território Caminhos do Tibagi, o município que apresentou o maior nível de despesa *per capita*, em 2005, foi Tibagi (R\$ 1.049,00), enquanto o menor nível de despesa *per capita* foi registrado em Imbaú (R\$ 563,02) – tabela 5.3. Na função Administração, Figueira apresentou a maior despesa *per capita* (R\$ 188,72), e o município de Reserva, a menor (R\$ 59,24). Na função Assistência social, o maior nível de despesa *per capita* foi encontrado no município de Tibagi (R\$ 52,01), e o menor, em Imbaú (R\$ 9,76). O município de Ortigueira registrou o maior gasto *per capita* em Educação (R\$ 274,68), cerca de duas vezes mais que em Telêmaco Borba (R\$ 135,56), onde se encontrou o menor valor do território. O município de Imbaú apresentou a menor despesa *per capita* nas funções Saúde, Transporte e Urbanismo, respectivamente, R\$ 121,98, R\$ 32,47 e R\$ 17,76, sendo que o município de Figueira não apresentou gastos na função Transporte. A maior despesa *per capita* na função Saúde foi a do município de Ventania (R\$ 319,64), com valor quase duas vezes maior que a do município de Curiúva (R\$ 174,01), segunda maior despesa *per capita* na mesma função. Na função Transporte, a maior despesa *per capita* encontrou-se no município de Reserva (R\$ 107,15). Por fim, a maior despesa *per capita* em Urbanismo foi a do município de Curiúva (R\$ 113,12).

TABELA 5.3 - DESPESA *PER CAPITA* POR FUNÇÃO E SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIOS	DEPESA (R\$)							
	TOTAL	Adminis- tração	Assist. Social	Educação	Saúde	Transporte	Urbanismo	Outros
Curiúva	781,10	116,69	20,58	220,26	174,01	90,36	113,12	46,07
Figueira	600,89	188,72	22,43	198,86	153,36	-	37,29	0,23
Imbaú	563,02	143,89	9,76	177,00	121,98	32,47	17,76	60,17
Ortigueira	729,25	118,52	30,50	274,68	123,34	74,97	30,76	76,49
Reserva	637,05	59,24	14,34	209,65	130,18	107,15	42,99	73,50
Telêmaco Borba	733,78	146,48	39,06	135,56	138,71	55,76	76,03	142,18
Tibagi	1 049,00	117,33	52,01	265,75	173,56	86,06	111,00	243,30
Ventania	923,74	114,34	26,90	268,39	319,64	54,10	106,13	34,23

FONTES: STN; IPARDES - Base de Dados do Estado

5.2 ATIVOS INSTITUCIONAIS

Considerando a importância da dimensão institucional no processo de desenvolvimento local/regional, este item do diagnóstico traz um inventário dos ativos institucionais presentes nos oito municípios componentes do território Caminhos do Tibagi.

Para a seleção dos ativos, foram consideradas as instituições cujas atividades estão relacionadas à base produtiva local, além dos cursos profissionalizantes ofertados e das Casas Familiares Rurais.

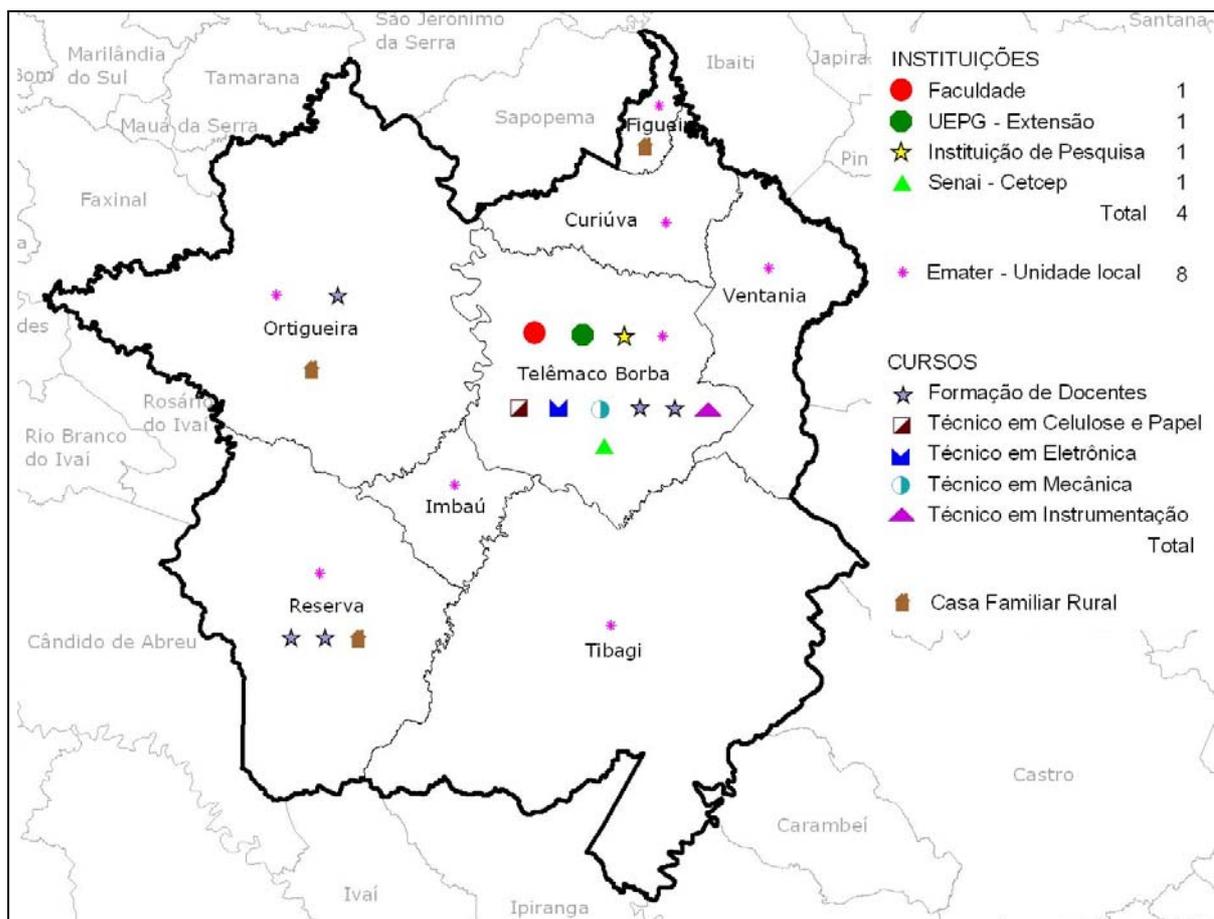
5.2.1 Instituições

No conjunto dos municípios foram identificadas apenas quatro instituições³³, compreendendo as seguintes categorias³⁴: Instituições de Ensino Superior (duas), Instituição de Pesquisa (uma) e Instituição de Qualificação Profissional e Cursos Técnicos (uma) (mapa 5.1 e quadro 5.1).

³³ O presente inventário baseou-se em trabalho realizado em 2005 pelo IparDES: Os Vários Paranás: Estudos Socioeconômico-Institucionais como Subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional, com as devidas atualizações (IPARDES, 2005).

³⁴ A classificação das Instituições segundo a categoria baseou-se em tipologia adotada em trabalho realizado em 2005 pelo IPARDES e Secretaria de Estado do Planejamento: Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Paraná – Etapa 2 (IDENTIFICAÇÃO, 2005).

MAPA 5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS INSTITUCIONAIS NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2006



FONTES: EMATER, IPARDES, SENAI/CETCEP

No que diz respeito às Instituições de Ensino Superior, observa-se que as duas únicas unidades presentes no território estão sediadas no município de Telêmaco Borba, sendo uma delas extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

QUADRO 5.1 - INSTITUIÇÕES DE APOIO, SEGUNDO A CATEGORIA, SEDIADAS NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2006

ITEM	CATEGORIA	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
1	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia	Instituto Agrônomo do Paraná- IAPAR (Estação Agrometeorológica)	Telêmaco Borba
2	Instituições de Ensino Superior	Faculdade de Telêmaco Borba - FATEB	Telêmaco Borba
3	Instituições de Ensino Superior	Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (Extensão Telêmaco Borba)	Telêmaco Borba
4	Qualificação Profissional e Cursos Técnicos	Serviço Nacional do Aprendizado Industrial - SENAI	Telêmaco Borba

FONTE: IPARDES

Quanto às instituições vinculadas à categoria Instituições de Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia – que abrange as instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), como os centros tecnológicos e incubadoras de empresas –, constata-se

a presença de uma única instituição, qual seja, a estação agrometeorológica do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), que opera em Telêmaco Borba, com atividades restritas à coleta de dados agrometeorológicos.

No tocante às Agências de Desenvolvimento Local, cujo objetivo recai sobre o desenvolvimento da atividade produtiva local, o território Caminhos do Tibagi conta com o apoio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o qual, embora não tenha unidade regional sediada no território, mantém unidades locais em todos os municípios integrantes do mesmo.

Na categoria Qualificação Profissional, no território está sediada uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), o Centro de Tecnologia em Celulose e Papel (CETCEP). Atuando no setor há 45 anos, o CETCEP possui estrutura que inclui uma rede de informações tecnológicas, laboratórios de ensaios físicos (móvel) e químicos e uma equipe composta por mestres, especialistas, engenheiros e técnicos especializados, que buscam soluções em conhecimento e tecnologia para as indústrias do setor, desenvolvendo atividades que alcançam todos os estados do Brasil e países da América Latina³⁵ (SENAI-CETCEP, 2007).

Contudo, o conjunto das informações analisadas evidenciam uma grande carência de apoio institucional nos municípios componentes do território Caminhos do Tibagi, visto que o número de instituições, além de restrito, está concentrado no município de Telêmaco Borba, que sedia as quatro instituições de apoio presentes no território.

5.2.2 Cursos Profissionalizantes: Cursos Técnicos de Nível Médio e Casa Familiar Rural

A Educação Profissional – com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ³⁶ – é definida como complementar à educação básica, portanto a ela articulada, podendo ser desenvolvida em três níveis: básico, técnico e tecnológico³⁷. Destinada a jovens e adultos, tem como objetivo, além da formação de técnicos de nível médio, a qualificação de trabalhadores com qualquer escolaridade, levando ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Os cursos destinados à formação técnica de nível médio têm organização curricular própria e são destinados a habilitar alunos que estão cursando ou já concluíram o Ensino Médio, sendo ofertados em duas modalidades: integrado e subsequente (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2007).

³⁵ Em Jaguariaíva-PR, localiza-se uma unidade do CETCEP, que atende às demandas das indústrias de celulose e papel e madeira e oferece um curso técnico, na área de segurança do trabalho.

³⁶ Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

³⁷ Os cursos tecnológicos são destinados à formação de nível superior, estruturados em áreas especializadas.

O Curso Técnico Integrado possibilita a integração do Ensino Médio ao Técnico, unindo o conteúdo dos currículos, não desvinculando, portanto, o Ensino Médio do Ensino Técnico e tendo duração de quatro anos. O Curso Técnico Subseqüente, também conhecido como Pós-médio, tem como pré-requisito a conclusão do Ensino Médio e sua duração é de um ano e meio.

No conjunto dos municípios integrantes do território Ortigueira, são ofertados nove cursos profissionalizantes, sendo cinco deles vinculados à Secretaria de Estado da Educação (SEED) e os outros quatro ao SENAI-CETCEP, sediado em Telêmaco Borba.

Os cursos ofertados pela SEED são todos voltados à Formação de Docentes, sendo que três deles operam na modalidade Integrado e os outros dois na modalidade Subseqüente. Em termos de distribuição geográfica, estes cursos concentram-se nos municípios de Reserva (dois), Telêmaco Borba (dois) e Ortigueira (um) (mapa 5.1 e Apêndice – quadro A.5.1).

No que diz respeito ao SENAI-CETCEP, são ofertados quatro cursos, com aproximadamente 160 alunos matriculados em 2007, quais sejam: Técnico em Celulose e Papel, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica e Técnico em Instrumentação. Estes cursos destinam-se a alunos que já completaram o Ensino Médio, estando, portanto, enquadrados na modalidade Subseqüente.

Apesar da importância dos cursos disponibilizados pelo SENAI-CETCEP, favorecendo as indústrias do setor, constata-se a ausência de cursos voltados especificamente ao fortalecimento do meio rural do território Caminhos do Tibagi.

As Casas Familiares Rurais (CFRs) têm por objetivo facilitar o acesso à profissionalização de jovens e de suas famílias do meio rural, contribuindo com o aumento de ocupações produtivas e da renda destas famílias (BRASIL, 2007).

O processo de implantação das CFRs no Paraná teve início em 1987, a partir de discussões envolvendo os agricultores e comunidades dos municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. Em 1998, as CFRs integraram-se às ações do PRONAF.

A administração das Casas Familiares é feita pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR)³⁸ da região. Essa Associação é formada por famílias dos jovens que participam das CFRs, com o apoio dos órgãos públicos e privados do município e do Estado.

Quanto ao método de ensino, as unidades das CFRs trabalham com a pedagogia da alternância, em sistema de semi-internato, ou seja, os estudantes passam um período na escola e outro em casa. Normalmente, o período em que os alunos estão no campo coincide com a intensificação do trabalho na lavoura. As Casas Familiares proporcionam ao aluno um sistema de ensino preocupado em adequar-se ao calendário agrícola e em manter-se em sintonia com a realidade do campo.

³⁸ A ARCAFAR-Sul, fundada em 1991, tem sede em Barracão, no Estado do Paraná, tendo como área de atuação os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O território sedia duas CFRs que atendem a 92 alunos, 5% do total do Estado. Esse número poderia ser ampliado, considerando-se que cinco municípios do território não dispõem dessa estrutura e que as CFRs podem atender de dois a três municípios (tabela 5.4).

TABELA 5.4 - NÚMERO DE CASAS FAMILIARES RURAIS E DE ALUNOS INSCRITOS EXISTENTES EM ALGUNS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2007

MUNICÍPIO	N.º DE CFRs	N.º DE ALUNOS
Figueira	1	30
Ortigueira	1	29
Reserva	1	33
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	3	92
PARANÁ	36	1 716

FONTE: ARCAFAR-Sul

5.3 ASSENTAMENTOS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O território Caminhos do Tibagi abriga 810 famílias em 18 assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Os assentamentos estão distribuídos em cinco municípios da região, perfazendo uma área de 23.451,53 hectares, representando apenas 5,3% das famílias assentadas e 7,3% da área estadual destinada à reforma agrária. Esse desempenho revela-se modesto e aponta para a necessidade de maior atenção dos gestores públicos, com atuação no território, quanto às políticas de redução da pobreza rural e de inclusão social (tabela 5.5).

TABELA 5.5 - ASSENTAMENTOS RURAIS NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS	ÁREA (ha)	%	FAMÍLIAS ASSENTADAS	
				Abs.	%
Imbaú	1	1 183,38	5,1	35	4,3
Ortigueira	4	13 287,37	56,7	446	55,1
Reserva	7	5 518,37	23,5	182	22,5
Tibagi	5	2 702,64	11,5	112	13,8
Ventania	1	759,77	3,2	35	4,3
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	18	23 451,53	⁽¹⁾ 7,3	810	⁽¹⁾ 5,3
PARANÁ	274	323 046, 73	100,00	14 702	100,00

FONTE: INCRA/Superintendência Regional do Paraná

(1) Refere-se à participação do território Caminhos do Tibagi no total do Estado.

O Grupo de Trabalho Clóvis Moura, instituído pelo Governo do Estado do Paraná, identificou três comunidades remanescentes de quilombolas no território Caminhos do Tibagi. As comunidades Água Morna e Guajuvira estão localizadas no município de Curiúva e abrigam 57 famílias, totalizando 201 pessoas. O município de Tibagi abriga a Comunidade dos Remanescentes de San Dama, com 97 famílias e um total de 386 moradores (Relatório do Grupo Clóvis Moura, setembro de 2007).

A população indígena se faz presente no território em duas terras indígenas: Mococa e Queimadas, ambas em áreas demarcadas localizadas no município de Ortigueira. Segundo os dados da SEMA, são comunidades de um mesmo grupo, porém distintas quanto a área e população (quadro 5.3).

QUADRO 5.3 - TERRAS INDÍGENAS, GRUPO/TRIBO, POPULAÇÃO, NÚMERO DE FAMÍLIAS, ÁREA E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA EXISTENTES EM MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2004

MUNICÍPIO	TERRA INDÍGENA	GRUPO/TRIBO	POPULAÇÃO	N.º DE FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA
Ortigueira	Mococa	Kaingang	48	15	848	Demarcada
Ortigueira	Queimadas	Kaingang	573	90	3 081	Demarcada

FONTE: SEMA

5.4 INSTITUCIONALIDADE TERRITORIAL

Este item recupera a trajetória associativa dos municípios que compõem o território Caminhos do Tibagi, destaca a presença das instituições de desenvolvimento e finaliza com um breve histórico da articulação territorial, apresentando a composição do grupo gestor do território.

5.4.1 Associações de Municípios

Os municípios componentes do território Caminhos do Tibagi, além de integrarem a Associação de Municípios do Paraná (AMP), que atualmente congrega os 399 municípios do Estado, participam de outras associações, quais sejam: Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG), Associação dos Municípios do Norte do Paraná (AMUNOP) e Associação dos Municípios do Norte Pioneiro (AMUNORPI).

Participam da AMCG os municípios de Imbaú, Ortigueira, Reserva, Tibagi, Telêmaco Borba e Ventania. O município de Curiúva integra a AMUNOP, e o Figueira participa da AMUNORPI.

5.4.2 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) são fóruns de discussões e decisões sobre o rumo e os caminhos que podem ser seguidos para melhorar as condições de vida da população rural. Esses conselhos são instrumentos de participação dos cidadãos na defesa de seus interesses e na partilha do poder de decidir. Podem aumentar a transparência e o controle social na utilização de recursos públicos. Constituem espaços

privilegiados para a construção da cidadania e podem contribuir para romper velhas barreiras e abrir novas perspectivas para o desenvolvimento local (CARACTERIZAÇÃO, 2007).

Ressalte-se que todos os municípios que compõem o território Caminhos do Tibagi possuem CMDRs.

5.4.3 Histórico do Processo Territorial

Em junho de 2003, durante o Seminário Intermunicipal de Agricultura Familiar, realizado em Reserva, iniciou-se a discussão sobre o desenvolvimento da região, sendo que em 28 de novembro do mesmo ano constituiu-se o Fórum de Desenvolvimento Territorial.

Durante o ano de 2004, realizou-se, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um processo de capacitação da equipe gestora e dos agentes municipais, por meio da metodologia denominada "Intervenção Participativa de Atores (INPA)". No mesmo ano, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) classificou a região na categoria de pré-território, para fins de acesso aos recursos do PRONAF-Infraestrutura, reconhecendo a iniciativa local.

A denominação inicial de Área de Programação Integrada dos Campos Gerais foi substituída, em 2005, por território Caminhos do Tibagi, uma referência ao Caminho das Tropas, que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo, além da referência ao lendário Caminho do Peabiru.

O território tem como órgão máximo de deliberação o Conselho de Desenvolvimento do Território Caminhos do Tibagi (CONDECATI), sendo coordenado por um Grupo Gestor. Essa organização visa ao fortalecimento dessa institucionalidade enquanto promotora de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento territorial (quadro 5.3).

QUADRO 5.3 - FORMAÇÃO DO GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - 2005

1. REPRESENTANTES PÚBLICOS
Prefeituras Municipais Instituto EMATER
2. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Associações de Agricultores Familiares Sindicatos Rurais Patronais Sindicatos de Trabalhadores Rurais Sindicatos da Agricultura Familiar Klabin do Paraná Casas Familiares Rurais Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs Organizações Não-Governamentais

FONTE: CONDECATI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este diagnóstico socioeconômico do território Caminhos do Tibagi teve por objetivo fazer uma leitura comprometida com a necessidade de instrumentalizar os principais usuários deste estudo, que são os gestores do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável e os gestores do território, na complexa e sempre desafiadora tarefa de promover o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a análise da dinâmica populacional, dos indicadores sociais, do cenário e desempenho econômico e dos aspectos institucionais foi norteada pela compreensão do papel que essas dimensões da realidade desempenham no território.

O território Caminhos do Tibagi está situado em uma área considerada prioritária para o governo do Estado. Assim, as ações do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, contratante deste estudo, somam-se às ações de outros programas e projetos de governo. Essa convergência acontece pelo reconhecimento das carências socioeconômicas presentes em determinados espaços e pela busca, por parte dos entes públicos, privados e da sociedade civil organizada, de uma intervenção que seja ao mesmo tempo eficiente e eficaz no combate às desigualdades.

Como desenvolvimento pressupõe equidade, a dinamização da economia local deve vir acompanhada de ações socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Para que se possam cumprir esses requisitos, os gestores necessariamente deverão considerar os aspectos apontados a seguir.

Em termos ambientais, áreas com potencial à degradação do solo pela erosão ocorrem em 47,2% do território e, por constituírem pontos vulneráveis, devem ser levadas em consideração nas deliberações que norteiam o uso do solo. Ainda quanto ao meio ambiente, dois municípios, Telêmaco Borba e Tibagi, abrigam unidades de conservação, sendo 88,5% na condição de uso sustentável.

Entendem-se as condições mais gerais vividas hoje pela população do território observando-se o processo de ocupação do chamado "Paraná Tradicional", uma vez que este esteve pautado na exploração de recursos da natureza e de atividades econômicas de cunhos extensivo e extrativo, características que se fizeram presentes por um longo período.

Ao adotar o nome Caminhos do Tibagi, o território resgata aspectos históricos que fundamentam e reforçam a sua identidade. Parte do território integra o histórico caminho do boiadeiro surgido em função da atividade tropeira que, a partir do Rio Grande do Sul, levava o gado até as feiras de Sorocaba, em São Paulo. É também cortado pelo milenar Caminho do Peabiru, que cruzava o Paraná de leste a oeste. Essas estradas, ou o vestígio delas, constituem patrimônio cultural relevante a ser preservado.

No âmbito da dinâmica demográfica, as tendências mais gerais observáveis no Paraná estão presentes no território, tais como a queda da fecundidade e o grau de envelheci-

mento da população. O território particulariza-se por apresentar uma predominância relativa do sexo masculino, fenômeno observável nas sociedades rurais. A recontagem da população feita pelo IBGE em 2007, apontou um ligeiro crescimento da população do território.

Dentre os fatores demográficos, o componente migratório vem tendo um peso substantivo no território Caminhos do Tibagi. Ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região. Os deslocamentos entre os municípios do próprio território não são desprezíveis. A movimentação populacional ocorrida no quinquênio 1995-2000 registrou um saldo positivo para os municípios Curiúva, Imbaú, Tibagi e Ventania, enquanto os demais municípios experimentaram saldos negativos nas trocas populacionais.

As variáveis sociais analisadas apontaram ganhos significativos quanto à ampliação do acesso a programas e serviços. No entanto, os dados apresentados indicam a necessidade de maior concertação nas ações para que o investimento público resulte numa alteração dos indicadores de habitabilidade, saúde e educação, o que, conseqüentemente, refletirá nos indicadores sintéticos de desenvolvimento humano.

Do ponto de vista das demandas sociais, o déficit habitacional absoluto no território, segundo dados de 2000, era da ordem de 321 unidades. A essa demanda deve-se acrescentar aquelas vinculadas a saneamento e adequação do destino do lixo doméstico, pois são as variáveis que, relativamente, mais comprometeram o desempenho dos municípios, indicando a necessidade de uma ação dirigida e efetiva.

Entre os dados analisados da saúde, destaca-se o comportamento desigual dos municípios quanto à adesão à atenção básica estruturada na Estratégia Saúde da Família (ESF) e no programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Por sua vez, a escolaridade aparece como um importante desafio para os gestores, pois as taxas de analfabetismo, em 2000, eram expressivas no território. Além disso, o número médio de séries concluídas indicou uma taxa correspondente ao Ensino Fundamental incompleto. Registra-se a existência de um programa federal de alfabetização de adultos cujo resultado deverá consubstanciar-se nos dados do próximo censo demográfico.

Os programas sociais e de transferência de renda têm sido instrumentos de minimização das desigualdades, e programas como a Tarifa Social da Água, Luz Fraterna, Leite das Crianças, Bolsa-Família, Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano, Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Compra Direta da Agricultura Familiar, entre outros, têm chegado ao território. Porém, observa-se uma participação diferenciada dos municípios no acesso a esses programas. O Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, por exemplo, foi acessado apenas por dois municípios em 2006. Nesse sentido, faz-se necessário considerar que todo programa necessita de acompanhamento e avaliação constantes, sendo este, provavelmente, o maior desafio colocado para os gestores, em

todos os níveis de governo, pois requer permanente aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação objetivando maior capacidade de controle e de efetividade.

A síntese dos indicadores sociais apontou diferenças internas quanto ao desempenho de alguns municípios. O conhecimento das circunstâncias que permitiram esses resultados pode constituir a oportunidade de um debate sobre gestão municipal e suas implicações.

Um ponto a ser considerado refere-se ao turismo existente no território. O que está em atividade vincula-se, em grande medida, à paisagem e aos recursos naturais. O setor turismo tem sido considerado uma grande oportunidade para regiões como a do território Caminhos do Tibagi, pois, em geral, as áreas de menor dinamismo econômico alteraram menos o meio físico, e isto passa a ser um atrativo e um ativo passível de ser explorado turisticamente. No caso desse território, em especial, pois a presença de comunidades indígenas e aspectos históricos, já mencionados, reforçam essa vocação latente. Mas, se houver interesse nessa vertente, o território precisará desenvolver uma estratégia para atração de investimentos, como, também, dotar os municípios de estrutura de serviços, uma vez que a carência de equipamentos culturais é generalizada.

A representatividade econômica do território deveu-se à evolução da produção agropecuária. Resultado esse captado pelo valor adicionado por setor, o qual registrou resultados superiores aos apresentados para os ramos industrial e de serviços. Do ponto de vista da ocupação, pouco mais de um terço encontrava-se no setor agropecuário. O reflexo dessa estrutura pode ser observado também no baixo percentual de empregados no setor formal e no número expressivo de ocupados exercendo funções por conta própria e na produção para o próprio consumo.

Entre 2000 e 2005, houve a geração de 9.943 postos de trabalho adicionais, 54,8% de crescimento do trabalho no setor formal, quase duas vezes superior à média do Estado, mas é preciso destacar que esses empregos estavam concentrados no município de Telêmaco Borba. Em termos relativos, os setores de atividade comercial e industrial foram os que mais geraram empregos.

A despeito desse desempenho econômico, o Produto Interno Bruto *per capita* do território ficou aquém da média do Estado. Nesse aspecto, a renda é um dos indicadores que mais reforçam a fragilidade do território. Observou-se que as classes sem rendimento e até 1 salário mínimo são predominantes no território.

No território Caminhos do Tibagi, fazem-se presentes vários instrumentos de viabilização econômica individual e territorial, como são os casos do Fundo de Aval, de crédito fundiário e do PRONAF. Dada a característica da produção agropecuária estar pautada na agricultura familiar, esses instrumentos ou meios têm propiciado oportunidades até então desconhecidas para grande parte do público beneficiário desses programas.

A análise da infra-estrutura viária evidenciou que o território Caminhos do Tibagi apresenta uma privilegiada condição, por situar-se entre as aglomerações metropolitanas da

capital e de Londrina e Maringá, além de ser próximo a outros centros regionais, como Ponta Grossa e Ibaiti. Quanto à malha de estradas municipais, 88% encontram-se em condições entre ruins e péssimas, segundo levantamento de 2006.

O Quociente Locacional (QL) do território identificou a preponderância de algumas atividades agropecuárias ou de base florestal. No entanto, a diversificação da base produtiva do território deverá passar pelo fortalecimento de atividades atualmente inexpressivas na geração da renda regional, como é o caso da indústria de produtos cerâmicos para a construção civil, que vem registrando considerável aumento do número de empregos formais nos últimos anos. A promoção da complementaridade produtiva, por meio do incentivo a segmentos dedicados ao processamento de determinadas matérias-primas produzidas no território, constitui outra frente a ser incrementada.

A maioria dos municípios que compõem o território possui, como principal fonte de receitas, as transferências correntes, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Este representa cerca de 30% da receita da maioria dos municípios. A exceção fica por conta dos municípios de Telêmaco Borba e Tibagi, que recebem transferências de ICMS significativas. As despesas por função indicaram percentuais expressivos para as rubricas sociais como educação e saúde, que possuem vinculação de receita constitucional.

Do ponto de vista dos ativos institucionais, o município de Telêmaco Borba concentra os serviços e as estruturas, ficando clara a necessidade de maior capilaridade na distribuição das instituições de ensino, pesquisa, cooperativas, agências de desenvolvimento e outras.

A existência, no território, de uma organização gestora é passo determinante para estabelecer-se um projeto de desenvolvimento territorial. Porém, dado que o exercício da gestão territorial, nos moldes propostos, é relativamente recente, e requer avanços para a sua consolidação institucional.

O projeto de desenvolvimento territorial deverá assumir a missão de incrementar a economia, dotar o território de uma maior equidade material e social, apresentar oportunidades de emprego e renda para a sua população e avançar, decisivamente, em direção a um pacto territorial em que os municípios se reconheçam como artífices.

Não se ignora o desafio que se apresenta para os gestores, uma vez que o conflito de interesses é parte deste processo. Cabe aos agentes públicos e à sociedade estabelecer metas e interesses comuns em nome do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ABREU, Alcioly Therezinha G. de. **A posse e o uso da terra**: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO SUL DO BRASIL - ARCAFAR/SUL. Disponível em: <<http://www.arcafarsul.org.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

BALHANA, Altiva P ; MACHADO, Brasil P ; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v 1.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro : IBGE, v. 14, n. 4, p. 427-456, out./dez. 1952.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. PRONAF. **Casa Familiar Rural**: aprendendo com a realidade. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabpronaf1.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

CARACTERIZAÇÃO dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Paraná. Disponível em: <www.deser.org.br/biblioteca.read.asp?id=d>. Acesso em: set. 2007.

CNPQ. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

CONSÓRCIO Intermunicipal de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD. Disponível em: <<http://www.sine.pr.gov.br/setp/enfPob/index.php?id=6>>. Acesso em: set. 2007.

ELFES, Alberto. **Campos gerais**: estudo da colonização. Curitiba: INCRA, 1973.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: INEP, 2007. (Texto para discussão, 26). Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes..asp?pub=4121#>>. Acesso em: set. 2007.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

HEDRICH, Márcio; ABT, Thiago. **Comunidade Entre Rios**. Disponível em: <<http://www.sinodoparanapanema.com.br/paroquias/setor%20centro/cachoeira/entrerios2.htm>>. Acesso em: set. 2007.

IDENTIFICAÇÃO, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 2 – Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico. Curitiba: IPARDES, 2005. Elaboração IPARDES, SEPL.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003a.

IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003b.

IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, 2004. 1 CD-ROM.

IPARDES. **Mapa do trabalho infantil**. Curitiba, 2007. No prelo.

IPARDES. **Os vários Paranas**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional. Curitiba, 2005.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado) – UFMG/CEDEPLAR, 2003.

MOURA, R; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 100, p. 25-55, jan./jun. 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania: FGV/EASP, 2001.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo : HUCITEC; Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981. 235p. (Economia e planejamento: Série teses e pesquisas).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Instituições Estaduais do Paraná**. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2007a.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Paraná da Gente: Caderno 6**. Disponível em: <<http://www.prdagente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=409>>. Acesso em: 12 set. 2007b.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Centro de Coordenação de Programas de Governo. **Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável**: marco conceitual e área do projeto. Curitiba, 2005. Documento técnico de circulação restrita.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. **Aeroportos do Paraná**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/aeroportos/principais.html>>. Acesso em: 24 set. 2007c.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Departamento de Estradas de Rodagem. **Mapa de Condição da Malha Rodoviária Estadual Pavimentada 2006**. Curitiba, 2006. 1 mapa. Escala 1:900 000

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2003**. Brasília: PNUD: IPEA: Fundação João Pinheiro, 2003. 1 CD-ROM.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Org). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

RIBEIRO, Antonio G. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava. **Boletim de Geografia**, Maringá: UEM, v. 7, n. 1, p. 17-79, set. 1989.

ROCHA, S. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica. In: LISBOA, M. de B ; MENEZES FILHO, N. **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, ago./dez. 1999.

SENAI – CETCEP Centro de Tecnologia em Celulose e Papel. Disponível em: <<http://www.pr.senai.br/unidades/camposgerais/cetcep>>. Acesso em: 11 out. 2007.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Curso técnico integrado e subsequente**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/materia.php?page=quelinguafalamos&tipo=estatico>>. Acesso em: 17 ago. 2007

VARASCHIN, Vitorio Manoel; LAURENTI, Antonio Carlos. **Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência da região Centro-Sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1991. (Boletim técnico, 37).

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. (Estante paranista, 21).

WESTPHALEN, Cecília M. et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná – Departamento de História**, Curitiba, n. 7, p. 1-52, 1968.

APÊNDICE

TABELA A.2.1 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICILIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 2000/2007

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO				GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000 (%)	DENSIDADE (hab/km ²)	
	2000			2007		2000	2007
	Urbano	Rural	TOTAL				
Caminhos do Tibagi	112 115	56 190	168 305	177 270	66,6	16,5	17,4
Cantuquiriguaçu	112 332	120 397	232 729	233 973	48,3	16,7	16,8
Centro-Sul	112 792	119 972	232 764	244 698	48,5	21,8	23,0
Norte Pioneiro	217 671	91 759	309 430	306 502	70,3	29,6	29,4
Paraná Centro	212 465	129 663	342 128	335 775	62,1	24,0	23,6
Ribeira	47 496	43 212	90 708	99 352	52,4	14,9	16,3
União da Vitória	93 370	62 103	155 473	162 807	60,1	21,3	22,3
Vale do Ivaí	230 915	79 463	310 378	309 021	74,4	42,0	41,8
Territórios	1 139 156	702 759	1 841 915	1 869 398	61,8	24,0	23,3
Paraná (exceto territórios)	6 646 928	1 074 615	7 721 543	8 410 147	86,1	64,9	70,6
PARANÁ	7 786 084	1 777 374	9 563 458	10 279 545	81,4	48,0	51,6

FONTE: IBGE – Censo Demográfico e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.2 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1970/2007

TERRITÓRIO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Caminhos do Tibagi	2,4	-0,4	0,5	0,8
Cantuquiriguaçu	5,7	-0,4	0,3	0,1
Centro-Sul	1,0	1,4	0,5	0,8
Norte Pioneiro	-1,8	-0,6	-0,2	-0,1
Paraná Centro	2,3	0,6	-0,2	-0,3
Ribeira	1,3	0,5	1,6	1,4
União da Vitória	1,7	1,2	1,1	0,7
Vale do Ivaí	-1,5	-1,6	-0,6	-0,1
Territórios	0,6	-0,1	0,2	0,2
Paraná (exceto territórios)	1,1	1,3	1,7	1,3
PARANÁ	1,0	0,9	1,4	1,1

FONTE: IBGE – Censos Demográficos e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.3 - IMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS E PROCEDENTES DE PAÍS ESTRANGEIRO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/2000

MUNICÍPIO	IMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾						
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interes-tadual	Intra-território Caminhos do Tibagi	Inter-territórios	Procedente de outro município do Paraná (exceto territórios)	Procedente de país estrangeiro ⁽²⁾
Curiúva	2 321	2 061	261	1 124	442	495	-
Figueira	978	658	320	172	202	284	3
Imbaú	1 366	1 207	159	665	91	451	-
Ortigueira	2 304	1 982	322	257	262	1 464	-
Reserva	1 430	1 164	266	243	311	611	11
Telêmaco Borba	5 380	4 666	714	1 263	592	2 810	9
Tibagi	2 149	1 885	263	784	230	871	40
Ventania	1 006	850	155	349	99	402	-
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	16 933	14 474	2 459	4 858	2 228	7 388	63

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES

(1) O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia no município em estudo em 1995, e sim em 2000.

(2) Inclusive procedente de país estrangeiro não especificado.

TABELA A.2.4 - EMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1995/2000

MUNICÍPIO	EMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾					
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interes-tadual	Intra-território Caminhos do Tibagi	Inter-territórios	Com destino a outro município do Paraná (exceto territórios)
Curiúva	1 371	1 133	238	190	392	551
Figueira	1 928	1 585	342	368	314	903
Imbaú	301	295	5	102	36	158
Ortigueira	3 592	3 082	510	620	468	1 993
Reserva	3 705	3 320	385	1 051	367	1 902
Telêmaco Borba	7 532	6 751	782	1 881	372	4 498
Tibagi	1 761	1 686	74	378	182	1 126
Ventania	699	678	21	269	144	266
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	20 888	18 530	2 358	4 858	2 275	11 397

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O emigrante de data fixa informou, na pesquisa censitária, que residia no município em estudo em 1995, mas na data do censo (2000) residia em outro local.

TABELA A 2 5 - IMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS E PROCEDENTES DE PAÍS ESTRANGEIRO, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1995/2000

TERRITÓRIO	IMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾						
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Inter-estadual	Intra-território	Inter-territórios	Procedente de Outro Município do Paraná (exceto territórios)	Procedente de País Estrangeiro ⁽²⁾
Caminhos do Tibagi	16 933	14 474	2 459	4 858	2 228	7 388	64
Cantuquiriguaçu	26 905	23 710	3 195	8 267	2 482	12 961	1 241
Centro-Sul	14 124	12 724	1 400	4 659	2 991	5 074	138
Norte Pioneiro	33 388	21 791	11 597	10 461	1 463	9 867	261
Paraná Centro	25 629	21 775	3 854	7 284	5 710	8 781	251
Ribeira	5 596	4 799	797	1 355	538	2 907	15
União da Vitória	10 306	6 461	3 844	2 197	1 650	2 615	-
Vale do Ivaí	32 789	24 215	8 574	8 906	2 828	12 481	257

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia no município em estudo em 1995, e sim em 2000.

(2) Inclusive procedente de país estrangeiro não especificado.

TABELA A 2 6 - EMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1995/2000

TERRITÓRIO	EMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾					Com destino a outro município do Paraná (exceto territórios)
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interestadual	Intraterritório	Inter-territórios	
Caminhos do Tibagi	20 888	18 530	2 358	4 858	2 275	11 397
Cantuquiriguaçu	35 567	27 329	8 238	8 267	4 189	14 873
Centro-Sul	20 958	18 448	2 510	4 659	2 660	11 129
Norte Pioneiro	40 465	27 390	13 075	10 461	1 081	15 848
Paraná Centro	46 043	36 440	9 604	7 284	6 769	22 387
Ribeira	6 663	5 907	756	1 355	111	4 442
União da Vitória	14 632	8 980	5 651	2 197	1 104	5 679
Vale do Ivaí	48 304	34 750	13 554	8 906	1 699	24 144

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O emigrante de data fixa informou, na pesquisa censitária, que residia no município em estudo em 1995, mas na data do censo (2000) residia em outro local.

TABELA A 2 7 - POPULAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO						TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO 1991-2000 (%)		
	1991			2000			0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais			
Curiúva	3 850	6 078	575	4 116	7 928	860	0,8	3,0	4,6
Figueira	3 426	5 748	411	2 790	5 683	565	-2,3	-0,1	3,6
Imbaú	2 900	4 630	451	3 070	5 795	609	0,6	2,5	3,4
Ortigueira	10 579	15 692	1 233	8 129	15 615	1 472	-2,9	-0,1	2,0
Reserva	9 138	13 720	1 042	8 054	14 588	1 335	-1,4	0,7	2,8
Telêmaco Borba	19 933	35 868	2 365	18 119	39 781	3 338	-1,1	1,2	3,9
Tibagi	6 120	9 500	803	6 294	11 093	1 047	0,3	1,8	3,0
Ventania	2 400	3 602	334	2 659	4 930	435	1,2	3,6	3,0
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	58 346	94 838	7 214	53 231	105 413	9 661	-1,0	1,2	3,3

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.8 - POPULAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1991/2000

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO						TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO 1991-2000 (%)		
	1991			2000			0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais			
Caminhos do Tibagi	58 346	94 838	7 214	53 231	105 413	9 661	-1,0	1,2	3,3
Cantuquiriguaçu	86 565	132 664	7 532	80 084	141 812	10 833	-0,9	0,8	4,2
Centro-Sul	77 114	133 815	10 749	71 921	146 985	13 858	-0,8	1,1	2,9
Norte Pioneiro	106 478	189 776	17 459	89 198	197 286	22 946	-2,0	0,4	3,1
Paraná Centro	129 221	205 127	12 462	111 317	213 756	17 055	-1,7	0,5	3,6
Ribeira	30 941	44 670	3 350	31 235	54 942	4 531	0,1	2,3	3,4
União da Vitória	49 340	84 756	6 485	48 725	97 942	8 806	-0,1	1,6	3,5
Vale do Ivaí	107 964	203 613	16 265	85 853	202 596	21 929	-2,5	-0,1	3,4
Paraná (exceto territórios)	2 168 240	4 177 057	286 672	2 175 566	5 115 002	430 975	0,0	2,3	4,7
PARANÁ	2 814 209	5 266 316	368 188	2 747 130	6 275 734	540 594	-0,3	2,0	4,4

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.9 - POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E ÍNDICE DE IDOSOS, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 2000

TERRITÓRIO	GRUPO ETÁRIO		ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾ (%)
	0 a 14 anos	65 anos e +	
Caminhos do Tibagi	53 231	9 661	18,1
Cantuquiriguaçu	80 084	10 833	13,5
Centro-Sul	71 921	13 858	19,3
Norte Pioneiro	89 198	22 946	25,7
Paraná Centro	111 317	17 055	15,3
Ribeira	31 235	4 531	14,5
União da Vitória	48 725	8 806	18,1
Vale do Ivaí	85 853	21 929	25,5
Territórios	571 564	109 619	19,2
Paraná (exceto territórios)	2 175 566	430 975	19,8
PARANÁ	2 747 130	540 594	19,7

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O índice de idosos mede a relação, em percentual, entre o número de pessoas idosas (65 anos e mais) e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (menores de 15 anos de idade).

TABELA A.2.10 - POPULAÇÃO MASCULINA, FEMININA E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E TERRITÓRIOS DO PARANÁ - PARANÁ - 2000

TERRITÓRIO	GRUPO ETÁRIO								
	0 a 14 anos			15 a 64 anos			65 anos e +		
	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Caminhos do Tibagi	27 008	26 223	1,03	53 429	51 984	1,03	4 971	4 690	1,06
Cantuquiriguaçu	40 771	39 313	1,04	72 601	69 211	1,05	5 538	5 295	1,05
Centro-Sul	36 795	35 126	1,05	75 915	71 070	1,07	6 433	7 425	0,87
Norte Pioneiro	45 434	43 764	1,04	99 136	98 150	1,01	11 264	11 682	0,96
Paraná Centro	56 831	54 486	1,04	106 974	106 782	1,00	8 449	8 606	0,98
Ribeira	15 981	15 254	1,05	28 456	26 486	1,07	2 424	2 107	1,15
União da Vitória	24 837	23 888	1,04	49 920	48 022	1,04	4 046	4 760	0,85
Vale do Ivaí	44 024	41 829	1,05	100 124	102 472	0,98	10 964	10 965	1,00
Territórios	291 681	279 883	1,04	586 555	574 177	1,02	54 089	55 530	0,97
Paraná (exceto territórios)	1 107 584	1 067 982	1,04	2 501 443	2 613 559	0,96	196 068	234 907	0,83
PARANÁ	1 399 265	1 347 865	1,04	3 087 998	3 187 736	0,97	250 157	290 437	0,86

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A razão de sexo expressa o número de homens observado na população em relação ao número de mulheres.

TABELA A.3.1 - NÚMERO MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÓBITOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE CAUSAS (CID-10) E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2003/2005

continua

MUNICÍPIO	ÓBITOS																	
	Alg. doenças infec. e parasit.		Neoplasias		Doenças sang. órg. hemat. e transt. imunitár.		Doenças endóc. nutric. e metab.		Transt. mentais e comport.		Doenças do sistema nervoso		Doenças do aparelho circulatório		Doenças do aparelho respiratório		Doenças do aparelho digestivo	
	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%
Curiúva	2,7	3,0	10,0	11,2	0,3	0,4	3,3	3,7	2,3	2,6	0,3	0,4	36,3	40,8	12,3	13,9	4,0	4,5
Figueira	1,7	2,6	10,3	16,2	0,0	0,0	2,3	3,7	0,7	1,0	0,0	0,0	28,7	45,0	6,0	9,4	2,7	4,2
Imbaú	3,7	5,2	7,3	10,5	0,0	0,0	3,0	4,3	0,0	0,0	1,0	1,4	28,3	40,5	6,3	9,0	2,0	2,9
Ortigueira	3,7	2,8	12,3	9,6	0,3	0,3	10,0	7,8	0,3	0,3	3,0	2,3	38,7	30,0	12,0	9,3	6,3	4,9
Reserva	6,3	4,2	15,7	10,4	2,3	1,5	5,3	3,5	1,0	0,7	1,0	0,7	62,3	41,4	13,7	9,1	5,3	3,5
Telêmaco Borba	17,3	4,3	48,0	12,0	3,7	0,9	24,0	6,0	5,0	1,2	8,0	2,0	133,7	33,3	41,7	10,4	19,7	4,9
Tibagi	4,0	3,6	21,0	18,9	0,7	0,6	8,3	7,5	1,3	1,2	0,7	0,6	30,3	27,3	13,0	11,7	4,0	3,6
Ventania	1,3	2,5	5,0	9,4	0,0	0,0	3,7	6,9	0,7	1,3	0,7	1,3	14,7	27,5	5,0	9,4	5,0	9,4
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	40,7	3,8	129,7	12,1	7,3	0,7	60,0	5,6	11,3	1,1	14,7	1,4	373,0	34,9	110,0	10,3	49,0	4,6
PARANÁ ⁽¹⁾	1 969,7	3,3	9 652,7	16,4	211,0	0,4	3 018,0	5,1	535,3	0,9	1 048,0	1,8	18 927,0	32,2	6 018,0	10,2	3 088,3	5,3

TABELA A.3.1 - NÚMERO MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÓBITOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE CAUSAS (CID-10) E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2003/2005

conclusão

MUNICÍPIO	ÓBITOS																	
	Doenças da pele e do tecido subcutâneo		Doenças do sist. osteo-muscular e tec. conjunt.		Doenças do Aparelho geniturinário		Gravidez parto e puerpério		Algum. afec. origin. no período perinatal		Malf. cong. deformid. e anom. cromosômicas		Sint. sinais e achad. anorm. ex. clín. e laborat.		Causas externas de morbid. e mortalid.		TOTAL	
	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%
Curiúva	8	0,0	0,0	0,0	1,7	1,9	0,0	0,0	3,7	4,1	0,7	0,7	1,7	1,9	9,7	10,9	89,0	100,0
Figueira	0,3	0,5	0,0	0,0	0,3	0,5	0,0	0,0	2,0	3,1	1,0	1,6	1,0	1,6	6,7	10,5	63,7	100,0
Imbaú	0,3	0,5	0,0	0,0	0,7	1,0	0,3	0,5	1,3	1,9	0,3	0,5	5,0	7,1	10,3	14,8	70,0	100,0
Ortigueira	0,3	0,3	0,0	0,0	1,7	1,3	0,0	0,0	4,7	3,6	1,7	1,3	12,3	9,6	21,7	16,8	129,0	100,0
Reserva	0,0	0,0	0,7	0,4	0,3	0,2	0,3	0,2	5,7	3,8	3,0	2,0	8,7	5,8	19,0	12,6	150,7	100,0
Telêmaco Borba	1,0	0,2	1,7	0,4	7,0	1,7	1,3	0,3	10,7	2,7	5,7	1,4	23,3	5,8	49,3	12,3	401,0	100,0
Tibagi	0,0	0,0	1,3	1,2	1,0	0,9	0,0	0,0	4,7	4,2	1,0	0,9	6,3	5,7	13,3	12,0	111,0	100,0
Ventania	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,3	0,0	0,0	2,3	4,4	0,3	0,6	5,3	10,0	8,7	16,3	53,3	100,0
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	2,0	0,2	3,7	0,3	13,3	1,2	2,0	0,2	35,0	3,3	13,7	1,3	63,7	6,0	138,7	13,0	1067,7	100,0
PARANÁ ⁽¹⁾	72,3	0,1	201,3	0,3	915,3	1,6	105,3	0,2	1 414,7	2,4	620,7	1,1	2915,3	5,0	8 094,3	13,8	5 8 811,7	100,0

FONTE: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade

NOTAS: Dados elaborados pelo IPARDES.

Excluído os óbitos ocorridos no grupo de causas das doenças do ouvido e da apófise mastóide e dos óbitos ocorridos nos municípios ignorados.

(1) Incluído no total do Estado, os óbitos ocorridos no grupo de causas das doenças do ouvido e da apófise mastóide.

QUADRO A.3.1 - TIPOS DE TURISMO E AS PRINCIPAIS ATIVIDADES A ELES RELACIONADOS, SEGUNDO O MINISTÉRIO DO TURISMO E SETU

TIPO DE TURISMO	ATIVIDADES
Ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> • espeleoturismo; • <i>hiking</i>; • naturismo; • observação de fauna e flora; • <i>trekking</i>.
Turismo de aventura	<ul style="list-style-type: none"> • aéreas – vôo livre (asa delta, balão, pára-quedas e variações, planador); • vôomotorizado (asa delta motorizada, girocôptero, ultraleve); • montanhismo – <i>canyoning</i>, escalada (técnica, solo, caminhada), rapel; • náuticas – bóia-cross, canoagem e suas variações, iatismo e suas variações; • mergulho (autônomo, livre), pesca amadora, <i>rafting</i>, <i>surf</i> e suas variações; • terrestre – caça regulamentada, ciclo turismo; veículos motorizados.
Turismo rural	<ul style="list-style-type: none"> • agroturismo; • artesanato; • gastronomia típica; • lazer e recreação (desenvolvidas em caminhadas, cavalgadas, charreteadas; • colhe-e-pague, fazenda-hotel, hotel-fazenda, pesque-e-pague, pousada rural; • turismo eqüestre).
Turismo histórico - cultural	<ul style="list-style-type: none"> • atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural; • eventos culturais; • manifestações populares (cavalhada, fandango, folia de reis, tropeada, outras); • visitas a sítios históricos; • visitas a sítios arqueológicos.
Turismo técnico	<ul style="list-style-type: none"> • espeleologia; • pesquisa arqueológica; • pesquisa e treinamento; • visitas a sítios científicos; • visitas técnicas a reservas de fauna e flora, barragens, fazendas experimentais, etc.
Turismo de sol e praia	<ul style="list-style-type: none"> • atividades relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.
Turismo esportivo	<ul style="list-style-type: none"> • prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.
Turismo religioso	<ul style="list-style-type: none"> • atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas.
Turismo de negócios e eventos	<ul style="list-style-type: none"> • conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.
Turismo de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos.

FONTE: Secretaria de Estado do Turismo

TABELA A.4.1 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CONTRATOS DO PRONAF E RESPECTIVOS MONTANTES, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2000/2007

MUNICÍPIO	CONTRATOS						MONTANTE					
	2000/2001		2003/2004		2006/2007		2000/2001		2003/2004		2006/2007	
	Número	%	Número	%	Número	%	Reais	%	Reais	%	Reais	%
Curiúva	229	22,6	438	21,0	564	12,9	352 827,59	8,8	891 774,62	12,7	2 502 037,92	9,6
Figueira	1	0,1	82	3,9	73	1,7	1 516,83	0,0	162 007,99	2,3	162 356,63	0,6
Imbaú	2	0,2	94	4,5	229	5,2	8 618,66	0,2	175 630,93	2,5	1 302 902,07	5,0
Ortigueira	188	18,6	440	21,1	1 943	44,4	1 564 568,75	39,0	876 217,97	12,4	11 857 153,67	45,4
Reserva	232	22,9	532	25,5	953	21,8	703 145,04	17,5	2 508 980,21	35,6	6 415 076,03	24,6
Telêmaco Borba	171	16,9	66	3,2	19	0,4	810 639,00	20,2	1 117 000,00	15,9	108 112,22	0,4
Tibagi	112	11,1	327	15,7	399	9,1	450 275,77	11,2	1 047 472,94	14,9	2 754 920,32	10,5
Ventania	77	7,6	105	5,0	194	4,4	115 442,00	2,9	266 330,72	3,8	1 014 721,35	3,9
TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	1 012	100,0	2 084	100,0	4 374	100,0	4 007 033,64	100,0	7 045 415,38	100,0	26 117 280,21	100,0
PARANÁ	116 178	-	129 234	-	151 550	-	313 792 156,08	-	546 672 189,00	-	995 070 093,83	-

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTA: Dados extraídos de: www.mda.gov.br/saf. Acesso em setembro de 2007.

(1) Valores correntes.

QUADRO A 4 2 - CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES, SEGUNDO OS GRUPOS DO PRONAF - BRASIL - JUL 2005

TIPO	CARACTERÍSTICAS
Grupo A	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) • beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) • beneficiários que não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf
Grupo B	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro e que residam na propriedade ou em local próximo • agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor • agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento • agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento • agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar de até R\$ 2 000,00 (dois mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais
Grupo C	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA e que residam na propriedade ou em local próximo • agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor • agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento • agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária • agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 2 000,00 (dois mil reais) e até R\$ 14 000,00 (catorze mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais
Grupo A/C	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares egressos do Grupo A que não contraíram financiamento de custeio nos Grupos C, D ou E e que apresentarem a DAP para o Grupo "A/C" fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para os beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) para os beneficiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário
Grupo D	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA e que residam na propriedade ou em local próximo • agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor • agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento • agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir • agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 14 000,00 (catorze mil reais) e até R\$ 40 000,00 (quarenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais
Grupo E	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA e que residam na propriedade ou em local próximo • agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor • agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento • agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, admitido ainda a eventual ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir • agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 40 000,00 (quarenta mil reais) e até R\$ 60 000,00 (sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais

FONTE: MDA

QUADRO A 5 1 - CURSOS PROFISSIONALIZANTES POR TIPO OFERTADOS NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI - PARANÁ - 2006

TIPO DE CURSO	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	INTEGRADO	SUBSEQÜENTE	N ^o
Formação de Docentes	Ortigueira	C.E. Altair Mongruel			5
Formação de Docentes	Reserva	C.E. Manoel Ant ^o Gomes			
Formação de Docentes	Telêmaco Borba	C.E. Wolff Klabin			
Técnico em Celulose e Papel	Telêmaco Borba	Senai-Cetcep			4
Técnico em Eletrotécnica	Telêmaco Borba	Senai-Cetcep			
Técnico em Mecânica	Telêmaco Borba	Senai-Cetcep			
Técnico em Instrumentação	Telêmaco Borba	Senai-Cetcep			
TOTAL			3	6	9

FONTES: SEED, SENAI/CETCEP



PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL



IPARDES

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - 82630-900 - Curitiba - Paraná
Tel.: (41) 3351-6335 | 3351-6345 - Fax: (41) 3351-6347
www.ipardes.gov.br ipardes@ipardes.gov.br